**ELAINE MORAES DE ALBUQUERQUE**

# APP Fluvial Urbana: Navegando entre o Sensível e a Pressão

O caso da Sub-bacia do Córrego Taióca - no ABC Paulista

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração: Paisagem e Ambiente.
Orientadora: Profª. Dr. Catharina P. C. S. Lima

SÃO PAULO
2012

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade do autor e anuência do orientador.
O original se encontra disponível na sede do programa. são paulo, 07 de fevereiro de 2013.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: a3-arq@uol.com.br

Albuquerque, Elaine Moraes de
A345a APP fluvial urbana : navegando entre o sensível e a pressão : o caso da Sub-bacia do córrego Taioca – no ABC Paulista / Elaine Moraes de Albuquerque. --São Paulo, 2012.
158 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP.
Orientadora: Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

1. Proteção ambiental - 2. Recursos hídricos (Planejamento) 3. Bacia de Taioca I.Título

CDU 504.06

Nome: Elaine Moraes de Albuqueque
Título: **APP Fluvial Urbana: Navegando entre o Sensível e a Pressão - O caso da Sub-bacia do Córrego Taióca - no ABC Paulista**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em __/__/ ____

## BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Julgamento_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.: _____

Julgamento_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.: _____

Julgamento_____ Assinatura:_____

*Aos meus amados filhos, Jairo e Joel. Que possam desfrutar de uma cidade mais bela e saudável.*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho teve a colaboração de diversas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que fosse possível sua conclusão. Gostaria de expressar a todas elas, o meu sincero agradecimento.

À professora Catharina, pela preciosa orientação, carregada de sabedoria, acolhimento e incentivos, que muito me ensinou ao longo de todo o processo.

Aos professores das disciplinas e, de maneira especial aos professores que integraram a banca de qualificação, Eugenio Fernandes Queiroga e Caio Boucinhas, pelas ricas contribuições.

Aos cidadãos da Sub-bacia do Córrego Taióca que, gentilmente, nos receberam e compartilharam suas histórias e anseios, por meio dos quais pude conhecer a Paisagem do Haras São Bernardo.

À equipe da Prefeitura de Santo André e São Bernardo do Campo, pela disponibilização do material para a pesquisa.

À direção do SEMASA - Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - por permitir meu afastamento, no final da pesquisa, para a conclusão no tempo exigido.

Aos colegas e amigos do SEMASA, que me ajudaram com informações para a pesquisa, particularmente, ao Robson Moreno, Ana Paula de Freitas e Elena Rezende – pela amizade, pelas trocas de ideias e colaboração nas oficinas. Também ao Ângelo Cansoni – pela revisão e comentários preciosos à pesquisa.

À Aline Cristina Cardoso, pelo empenho em transcrever as entrevistas e, ao Felipe Nalesso de Freitas, pela cuidadosa elaboração gráfica deste trabalho.

Às minhas amigas Andréia Gisele, Cecília Angilieli e Ruth Ramos, pelas sugestões e encorajamento.

Aos meus familiares, pelo carinho e por acreditarem no meu trabalho. Sobretudo aos meus pais, pelo contínuo apoio na construção de meu conhecimento - um precioso presente que me trouxe até aqui.

Ao meu querido Waldo, por todo o amor, compreensão e incansável companheirismo, fundamentais para a elaboração desta dissertação.

*”... Assim como o Taióca vai para o grande ralo de São Paulo que é o Tietê, que vai para o Paraná, que vai para o da Prata, que vai para o Oceano e contribui para a qualidade de vida do Planeta, assim vamos ampliando o nosso olhar”.*

Boucinhas, 2011

Em depoimento na Reunião de “retomada dos trabalhos”

## RESUMO

A gestão das APPs urbanas consiste em um dos maiores desafios do planejamento das cidades contemporâneas, frente à tensão entre sua sensibilidade ambiental e a pressão causada pela ocupação de seu território. Trata-se de um tema atual, visto que a exponencial alteração de uso do solo, indicam que o Planeta tem se tornado mais urbano nos últimos anos. A pesquisa teve por objetivo a reflexão sobre as estruturas que sustentam as APPs urbanas – seus conflitos e potenciais – em uma abordagem biofísica e sociocultural com foco nas APPs fluviais, fazendo uso da mesma para o aprofundamento do tema na Sub-bacia do Córrego Taióca. Trata da deficiência da aplicação legal na efetiva proteção dessas áreas do meio urbano e aposta no planejamento, projeto e gestão compartilhados entre técnicos do poder públicos e sociedade civil como um caminho para a superação desses impasses. A metodologia consistiu no cruzamento entre a base empírica de dados, aspectos teóricos pertinentes ao tema, além da inclusão das opiniões e trabalhos dos atores sociais envolvidos, manifestadas tanto nas oficinas – por representantes da comunidade, do poder público local e Universidade - como nas entrevistas, concedidas por profissionais atuantes nas áreas de Planejamento, Paisagem e Ambiente. O resultado ampliou o conhecimento a respeito do tema e estudo de caso, possibilitando uma visão mais próxima da realidade, antevendo as transformações do processo. Desta forma, a pesquisa revelou que o assunto em torno da Área de Preservação urbana não pode ser tratado por uma única frente, ao contrário, há necessidade de ampliar e integrar os olhares sobre a questão e, ter abordado o tema no recorte da Bacia Hidrográfica foi um interessante exercício inicial para considerar outros fatores, que frequentemente, são negligenciados no planejamento urbano tradicional. Quanto ao enfrentamento da setorização das atuações, é indispensável uma revisão institucional que inclua a efetiva participação da sociedade civil junto ao Poder público, amparado pela Universidade, tendo em vista a construção coletiva de um novo conhecimento.



**PALAVRA CHAVE:** APPs Fluviais urbanas, Paisagem, Ambiente, Participação, Taióca.

## ABSTRACT

The management of urban Areas of Permanent Preservation (APPs) is one of the great challenges for the planning of contemporary cities, due to the tension between its environment sensitivity and the pressure caused by the occupation of its territory. It is a current issue, since the exponential change in land use indicates that the Planet has become more urban in recent years. The research aimed to reflect on the structures that sustain the urban APPs – their conflicts and potentialities – in a biophysical and socio-cultural approach focusing fluvial APPs and using them for the deepening of the subject in the Sub-basin of Taióca stream. It also deals with the implementation of a weak legislation in terms of the effective protection of these areas in the urban environment, betting on the planning, design and management shared between government and civil society as a way to overcome such an impasse. The methodology comprised the intersection of the empirical data base and theoretical aspects that were relevant to the theme, besides the opinions and works of social actors involved, expressed both in workshops with the participation of community representatives, local government and university and through interviews provided by professional working in the areas of Planning, Landscape and Environment. The result broadened the knowledge about the subject and case study, allowing a closer look at reality, foreseeing changes in the process. Therefore, the survey revealed that the subject of urban APPs cannot be handled by a single front , it rather requires a need to expand and integrate the glances on the issue; to have addressed the theme in the watershed approach was an important exercise to consider other factors that are often neglected by traditional city planning. In order to address the fragmentation of the roles and performances it is essential to comprise a review of institutional roles, including the participation of society with the government and with the cooperation of the university, towards the collective construction of a new kind of knowledge



**KEY WORD**: APPs River Urban, Landscape, Environment, Participation, Taióca.

## LISTA DE FIGURAS


**Figura 1** - Contextualização da Sub-bacia do Córrego Taióca no Grande ABC e RMSP. Fonte Anuário de Santo André, 2010.

**Figura 2** - Bairros predominantemente atingidos pelos limites da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado do PLAGESAN, 2008.

**Figura 3** - Localização da Sub-bacia do Córrego Taióca no mapa de zoneamento de Santo André. Fonte: modificado do Plano Diretor de Santo André, 2012.

**Figura 4 –** Localização da Sub-bacia do Córrego Taióca no mapa de zoneamento de São Bernardo do Campo. Fonte: modificado do Plano Diretor de São Bernardo do Campo, 2012.

**Figura 5**- Perímetro da Bacia do Alto Tietê sobrepondo a RMSP. Modificado da SMA (2012).

**Figura 6** - Localização da Sub-bacia do Córrego Taióca na Região do ABC. Fonte: Google Earth, 2012.

**Figura 7**- Matéria sobre as consequências das enchentes na região do Córrego Taióca. Fonte: Diário Regional, 2012.

**Figura 8 -** Cobertura vegetal de Santo André. Fonte: Modificado do Sumário de Dados de 1993.

**Figura 9**- Fotos da região da Sub-bacia do Córrego Taióca.

**Figura 10** - Percentual de moradores em áreas irregulares, por Região de OP do município de Santo André. Fonte: modificado de PSA, 2004.

**Figura 10** - Percentual de moradores em áreas irregulares, por Região de OP do município de Santo André. Fonte: modificado da PSA, 2004.

**Figura 11** - Áreas de enchente em 2001 e 2007, respectivamente. Fonte: PLAGESAN, 2008.

**Figura 12**- Proposta apresentada ao BNDS sobre a canalização do Córrego Taióca. Fonte: SEMASA, 2006

**Figura 13** - Parte da planta referente ao Plano de Ampliação do Sistema de ampliação Viário de Santo André (PASV) e a Sub-bacia do Córrego Taióca.

**Figura 14 –** Sistema Municipal de Áreas Verdes, trecho da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado da PSA, 2008.

**Figura 15**- Localização das APPs na Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado de SEMASA, 2007.

**Figura 16**- Processo de regeneração floresta do Haras São Bernardo.

**Figura 17**- Vista áerea do assentamento Jardim Irene.

**Figura 18**- Canalização do Córrego Taióca.

**Figura 19**- Localização da APP trabalhada pelo grupo. Fonte: modificado de SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 20**- Proposta de Implantação para o Parque Linear, desenvolvida pelo grupo do tema APP. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 21**- Proposta para o Haras São Bernardo - implantação geral e desenhos esquemáticos, elaborados pelo grupo do tema. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 22** - Proposta de Implantação de sistema de áreas livres, elaborado pelo grupo do tema “Áreas Livres de Uso Especial”. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 23** - Implantação geral das quatro praças que compõesm o Sistema de Espaços Livres, elaborado pelo grupo de alunos do tema

“Praças”. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 24 -** Prposta de tratsamento das esquinas elaboradas pelo grupo de alunos do tema ‘Mobilidade Urbana”. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Figura 25 -** Oficina “Retomada dos Trabalhos”. Foto: Moreno, R., 2011.

**Figura 26 -** Oficina “Linha do Tempo”. Foto: Santos, E., 2011

**Figura 27 -** Construção da Linha do Tempo. Fonte: E. Albuquerque, 2012.

## LISTA DE FOTOS

**Foto 1** - Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: GEOPORTAL, 1958

**Foto 2** -. Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: MSAOAG, 1992

**Foto 3** - Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: Google Earth, 2012.

**Foto 4** - Córrego Taióca, na região do Haras São Bernardo. Fonte: Albuquerque, 2011.

**Foto 5** : Ponte provisória na Rua João Ducin. Fonte: Ruge Ramos Jornal, 2009

**Foto 6**: Ponte reconstruída 45 dias depois das chuvas. Jornal ABCDmaior, 2009.

**Foto 7**: Limites entre municípios do ABC viram 'terra de ninguém'. Repórter Diário, 2012.

**Foto 8: D**esque à área central da faixa de APP e a área livre do núcleo antes do início das obras de intervenções. Fonte DENALD, R., 2012.

**Foto 9:** Desque à área atualmente ocupada pelos prédios construídos. Fonte DENALD, R., 2012.

**Foto 10:** Primeiro trecho da canalização aberta do Córrego Taióca, final da área do parque linear, após a canalização. Fonte SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Foto 11:** Segundo trecho do Córrego Taióca, referente ao final da área do parque linear, antes da canalização. Fonte SEMASA, 2007.

**Foto 12:** Segundo trecho da canalização aberta do Córrego Taióca, final da área do parque linear, após a canalização. Fonte SEMASA & FAUUSP, 2010.

**Foto 13:** Terceiro trecho do Córrego Taióca, antes da canalização - à margem direita a APA Haras São Bernardo. Fonte: SEMASA, 2010.

**Foto 14:** Terceiro trecho do Córrego Taióca, já canalizado fechado. Fonte: Albuquerque, 2010.

**Foto 15: Vistorias com alunos e comunidade. Fonte:Jovens Lideranças, 2010**.

**Foto 16:** Discussão e elaboração conjunta do Diagnóstico. Fonte Jovens Lideranças, 2010.

**Foto 17:** Apresentação por representantes da comunidade. Fonte: Jovens Lideranças, 2010.

**Foto 18:** Dinâmicas. Fonte: Jovens Lideranças, 2010.

**Foto 19:** Desenvolvimento das propostas. Fonte: Jovens Lideranças, 2010.

**Foto 20:** Apresentação das Propostas. Fonte: Jovens Lideranças, 2010.

## LISTA DE TABELAS

**Tabela. 1** - População estimada da Sub-bacia do Córrego Taióca.

**Tabela 2** - Cobertura Vegetal Nativa no Estado de São Paulo por Município.

**Tabela 3** - Características dos bairros que compõem a Sub-bacia do Córrego Taióca, área, população e densidade demográfica.

**Tabela 4** - Núcleos nos limites e no interior da Chácara Baronesa/ Haras São Bernardo.

**Tabela 5** - Proporção da Cobertura Vegetal do Haras São Bernardo para A Macrozona Urbana de Santo André.

**Tabela 6** - Proporção da Cobertura Vegetal do Haras São Bernardo para a Macrozona Urbana de São Bernardo do Campo.

**Tabela 7 –** Quadro síntese das propostas e encaminhamentos.

**Tabela 8 –** Aprendizados dos movimentos sociais e rumo a ser tomado

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AIA-** Área de Interesse Ambiental

**APA –** Áreas de Proteção Ambiental

**APP** – Área de Preservação Permanente

APRM – Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais

**AT –** Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

**BNDS** – Banco Nacional de Desenvolvimento

**CF –** Constituição Federal

**CFB –** Código Florestal Brasileiro

**CONAMA** – Conselho Nacional de Meio Ambiente

**CONSEMA –** Conselho Estadual de Meio Ambiente

**COMUGESAN** – Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental

**DDC** – Departamento de Defesa Civil

**DDPU** – Departamento de Desenvolvimento e Projetos Urbanos

**DEHAB** – Departamento de habitação

**DGA** – Departamento de Gestão Ambiental

**DPO** – Departamento de Planejamento e Obras

DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais

**EMPLASA** – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A

**IF** – Instituto Florestal

**INOCOOP** – Instituto de Orientação às Cooperativas habitacionais

**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

**MDDF** – Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MSAOAG –** Museu de Santo André Doutor Octaviano Armando Gaiarsa

**ONU** – Organização das nações Unidas

**OP** - Orçamento Participativo

**PA** – Processo Ambiental

**PLAGESAN** – Plano de Gestão e Saneamento Ambiental

**PSA** – Prefeitura de Santo André

**SABESP** - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

**SBPC/ABC** – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/ Academia brasileira de Ciências

**SEMASA** – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André

**SMA** – Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo

**SMAVL** – Sistema Municipal de áreas Verdes e Lazer

**RL** – Reserva Legal

**RMSP** – Região Metropolitana de São Paulo

**TAC –** Termo de Ajustamento de Conduta

**UGRHI –** Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

**UC** – Unidade de Conservação

## SUMÁRIO


**INTRODUÇÃO** 29

**1. LEITURA DA PAISAGEM** 37

**1.1. APPS FLUVIAIS URBANAS NA RMSP E ABC** 38

1.1.1. A Sub-bacia do Córrego Taióca no Ordenamento Territorial dos Municípios de Santo André e São Bernardo do Campo 39

1.1.2. População da Sub-bacia 40

**1.2. O TAIÓCA E SEUS ASPECTOS NATURAIS** 43

1.2.1. Aspectos Hidrológicos 43

1.2.2. Clima 43

1.2.3. Geomorfologia. 46

1.2.4. Cobertura Vegetal 46

**1.3. O TAIÓCA E SEUS ANTROPISMOS** 47

1.3.1. Uso do Solo. 47

1.3.2. Assentamentos Precários 50

.1.3.3. Esgotamento Sanitário 51

1.3.4. Permeabilidade do Solo e Pontos de Inundações 51

1.3.5. Drenagem: Canalização e Retificação dos Córregos. 53

1.3.6. Sistema Viário 56

1.3.7. Áreas Verdes Urbanas e o Sistema Municipal de Áreas Verdes e Lazer – SMAVL 57

1.3.8. A APA Estadual Haras São Bernardo 59

**2. A LEI E A PAISAGEM** 65

**2.1 OS INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES ÀS APPs** 66

**2.2 O CÓDIGO FLORESTAL E AS CIDADES** 67

**2.3 UM POSICIONAMENTO NO CAMPO DO URBANISMO MANIFESTADO NO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL** 71

**2.4 OS INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA** 72

**2.5 AS LEIS MUNICIPAIS REFERENTES ÀS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL** 73

**2.6 APLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE AS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL DO CÓRREGO TAIÓCA E SEUS DISTINTOS REFLEXOS NA PAISAGEM** 74

2.6.1. A Proteção do Haras São Bernardo 75

2.6.2. A “Recuperação Ambiental” da Sub-bacia do Córrego Taióca 75

**3. CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PAISAGEM** 83

**3.1. LIMITES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO** 84

**3.2. AS APPs FLUVIAIS DA SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA E OS HABITANTES DO ENTORNO DO HARAS SÃO BERNARDO** 88

**3.3. DISCUTINDO A QUALIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES DA SUB-BACIA: UMA LUTA URBANOAMBIENTAL** 90

3.3.1. A 1ª OFICINA – Memória, Percepção e Desejos na Bacia do Córrego Taióca 92

3.3.2. A 2ª OFICINA – Elaboração de Biomapas da Bacia do Córrego Taióca 92

3.3.3. A 3ª OFICINA – Apresentação dos resultados dos Biomapas e Estudos 94

3.3.3.1. Áreas de Preservação Permanente Urbana 94

3.3.3.2. APA Estadual Haras São Bernardo 95

3.3.3.3. Áreas Livres de Uso Especial 96

3.3.3.4. Praças 96

3.3.3.5. Mobilidade Urbana 97

**3.4. CONTRIBUIÇÕES À SUPERAÇÃO DO CONFLITO NATUREZA x SOCIEDADE** 98

3.4.1. A Escolha e Apresentação dos Entrevistados 99

3.4.2. Peculiaridades, Convergências e Divergências 100

**3.5. A CONTINUIDADE** 101

3.6.1. “A Retomada dos Trabalhos” 101

3.6.2. Construindo a “Linha do Tempo” 104

**CONCLUSÕES E DESAFIOS.....** 109

**BIBLIOGRAFIA.....** 117

**ANEXO I.....** 125

**ANEXO II.....** 149

# INTRODUÇÃO

*"A água tem um papel muito importante para a qualidade do viver cotidiano, no lugar onde se mora (...) mas, percebe-se que o 'desenvolvimento urbano' que se pratica vai acabando com os benefícios dos recursos naturais no ambiente urbano, aniquilando suas funções ambientais, tanto aquelas citadas no relatório da SBPC como suas funções como fonte de lazer, de recreação e de meditação."*

Boucinhas, 2011.

# INTRODUÇÃO

A gestão dos espaços às margens dos cursos d'água remete a uma análise que converge para os temas atuais da relação Cidade e Meio Ambiente, onde as Áreas de Preservação Permanentes Fluviais consistem, necessariamente, no lugar de coexistência entre a água e as pessoas. A partir dessa ótica, o tema se coloca como um importante desafio do planejamento urbano contemporâneo, considerando a complexidade representada pelas interrelações, conflitos e interações dos diversos processos e variáveis que se estabelecem nessa coexistência.

Na complexidade colocada, considera-se a ancestral relação do Homem com a água e suas transformações, compreendendo o desenvolvimento das civilizações às margens dos corpos hídricos. Esta relação, consolidada a partir da exploração das múltiplas funções disponibilizadas pelo recurso - seja no abastecimento de água potável, na pesca, na agricultura, no transporte de matérias-prima e produtos manufaturados e o sistema de defesa - contribuiu para o estabelecimento de modelos de estruturação de cidades bastante conflitantes, sob o ponto de vista socioambiental.

Por outro lado, a constante busca pela contemplação e fruição deste elemento na paisagem tem se mostrado como indicador de outras nuances dessa relação, mesmo que de modo conturbado, ainda comum no imaginário da sociedade atual.

Entretanto, o poder de atração do Homem à água, aliado a cultura de exploração e domínio da natureza, resulta, de modo geral, em um comportamento contraditório que acolhe a figura bucólica da água-distante, fora do mundo real, ao mesmo tempo em que repudia a água presente no cotidiano, resultante do modo de vida urbano, responsabilizando-a por estar suja, cheirar mal e, muitas vezes, manifestar-se de forma agressiva.

Neste sentido, os motivos que têm acirrado o conflito da relação 'homem x água', em vários lugares no mundo, decorrem do rápido processo de urbanização, que no Brasil ocorreu entre décadas de 1950 e 1990. Este processo, nas grandes e médias cidades, resultou em sérias implicações, principalmente a partir do aumento das demandas de

saneamento básico[1] e da forma como estas foram e são atendidas, onde as enchentes e seus efeitos são considerados como um dos problemas urbanos mais difíceis de resolver atualmente.

Apesar de reconhecer as mudanças climáticas como um fator importante no agravamento das tragédias resultantes das enchentes é fato que a raiz dessa problemática se refere ao uso inadequado do solo urbano que se apresenta pela conjunção de vários fatores como a excessiva impermeabilização das bacias hidrográficas e o tipo de ocupação das áreas de várzeas.

> *"A meu ver, o urbanoambiental tem uma compatibilidade de poucas variáveis, de um olhar linear, tipo: ÁGUA-EU, ÁRVORE-MIM, é no máximo, uma relação dialógica entre 'Eu + alguma coisa', entre 'Eu + Água', que absolutamente não é um elemento que acaba em si mesmo e nem tem recorte espacial, nem cronológico. Porque a água passa e, portanto, aquela que estou olhando não é aquela que eu vi e nem aquela que será amanhã. Então com qual delas estou conversando? Estou querendo conversar com toda ela? Ah, aí é outra conversa!"*
>
> Tagnin, 2011

O tema suscita divergência de opinião tanto em órgãos públicos, entre especialistas e até mesmo no meio acadêmico, sobre qual seria o tratamento adequado para essas áreas, tendo em vista o atendimento das necessidades imediatas da sociedade, sem desconsiderar seus consequentes impactos para a cidade como um todo. A falta de consenso contribui para que processos de compatibilização Água x Cidade tornem-se lentos e ineficientes, se comparados às intervenções que aceleram a degradação dessas áreas. Este descompasso evidencia a urgência em criar mecanismos dialógicos que considerem os conflitos, potencialidades e expectativas pertinentes, tendo em vista pactuar a construção de meios que superem a falta de integração.

Desta forma, reconhecer o modelo de desenvolvimento urbano atual, a falta de consistência do Estado da Arte sobre o tema, a correlação de forças na cidade e a dificuldade interdisciplinar - mesmo entre pessoas que, politicamente, encontram-se na mesma direção como componentes desse complexo quadro- significa um ponto de partida para o qual esta pesquisa pretende dar sua contribuição.

OBJETIVO

A pesquisa teve por objetivo a reflexão sobre as estruturas que sustentam as APPs urbanas - seus conflitos e potencialidades - em uma abordagem biofísica e sociocultural com foco nas APPs fluviais, fazendo uso das mesms para o aprofundamento do tema na Sub-bacia do Córrego Taióca. Trata da deficiência da aplicação legal na efetiva proteção dessas áreas do meio urbano e aposta no planejamento, projeto e gestão compartilhados entre técnicos do poder público e sociedade civil como um caminho para a superação desses impasses.

JUSTIFICATIVA

A escolha das APPs como objeto de estudo, surgiu do intuito de melhor compreender a sua gestão a partir da atuação do poder público local. A vivência profissional da autora em uma autarquia de saneamento ambiental, no município de Santo André, evidenciou uma peculiar 'angústia em torno da questão hídrica no ABC[2] , decorrente das pressões urbanas sobre as áreas de mananciais. Tal questão conduziu

1 - A Lei Federal 11.445/06 define como saneamento básico: abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, tratamento de resíduos sólidos e drenagem.

2 - A Região do Grande ABC, situada na Sub-região Sudeste da RMSP, é o reconhecida como um pólo industrial de importante força econômica. Suas siglas destacam três de seus municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, porém outros quatro compõem a região, sendo eles: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Possui uma área de 875km² com mais de 2,5 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE (2010), sendo Santo André e São Bernardo os mais populosos.

a um ajuste que passou a considerar as APPs fluviais como recorte da pesquisa.

Entretanto, considerando as várias dimensões e outros atores envolvidos no tema, encontrou-se um lócus onde a questão participativa com ênfase nas áreas públicas já estava bem amadurecida. Neste sentido, a Sub-bacia do Córrego Taióca foi escolhida como estudo de caso, uma vez que apresenta dois ricos componentes para a pesquisa: a APP fluvial e a participação social.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

No processo de amadurecimento da pesquisa sobre as tensões inerentes à questão da APP fluvial urbana surgiu a necessidade de construir um embasamento teórico a respeito deste objeto. Para tanto, utilizou-se como categoria de análise a noção de Paisagem, definida por MAGNOLI (1982) como resultante das relações entre os processos sociais e os processos naturais.

A partir da abordagem natural-social, a visão de Paisagem tem sido analisada por vários autores tendo em vista diferentes dimensões, entre elas, a biofísica, a estética, a sensorial, a cultural, a simbólica etc. Como uma opção de recorte metodológico, esta pesquisa buscou enfocar as interações entre a dimensão biofísica com a dimensão sociopolítica, evocando dois aspectos importantes para balizar a discussão: o *Ambiente* e a *Participação*.

Desta forma, a metodologia consistiu no cruzamento entre a base empírica de dados e aspectos teóricos pertinentes ao tema, além de contribuições resultadas das entrevistas e oficinas.

A análise da base biofísica realizada a partir do levantamento cartográfico, de campo e levantamento dos aspectos políticos administrativos e censitários resultou no material que subsidiou principalmente o capítulo 1, que se refere à “Leitura da Paisagem da Sub-bacia do Córrego Taióca“.

A busca de fundamentação teórica conduziu ao levantamento da produção relacionada ao tema das APPs fluviais urbanas. Para tanto, foram realizados: levantamento e a análise da legislação pertinente ao tema, no âmbito federal e local, revisão bibliográfica geral pautada nos conceitos que balizaram a pesquisa, e revisão bibliográfica específica, como o relatório elaborado pela SBPC/ABC – intitulado como *“O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo“*, o sumário executivo organizado pelo INPE – intitulado como *“Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: RMSP”*, e o relatório de inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, elaborado pelo MMA – intitulado como *”Áreas de Preservação Permanentes e Unidades de Conservação & Áreas de Risco. O que uma coisa tem a ver com a outra”*.

Adicionalmente ao trabalho de campo e de revisão bibliográfica, foi realizada análise de entrevistas de profissionais atuantes nas áreas de Paisagem, Ambiente e Planejamento Ambiental, bem como o registro das oficinas com comunidades habitantes da Sub-bacia do Córrego Taióca, cujo resultado ampliou o conhecimento a respeito do tema e estudo de caso, possibilitando uma visão mais próxima da realidade, antevendo as transformações do processo.

Cabe dizer que as etapas de trabalho não ocorreram de modo linear e sequencial; ao contrário, resultou de um trabalho de idas-e-vindas entre observações em campo e cruzamentos teóricos.

O ESTUDO DE CASO

A Região do ABC caracteriza-se por lutas sociais importantes, concretizadas no movimento sindicalista e na peculiar atuação do movimento por moradia no município de Santo André. Especialmente na Sub-bacia do Córrego Taióca, encontra-se uma comunidade que se destaca pelo histórico com o movimento ambientalista lutando, desde a década de 1980, em defesa da APA Haras São Bernardo; há também, nesse setor da cidade, grupos de moradores que defendem as áreas

verdes como direito da mesma importância que a urbanização dos núcleos.

Agrega-se ao potencial participativo da comunidade o fato de Santo André ser referência em práticas voltadas para o saneamento ambiental integrado que inclui a busca por uma gestão de suas áreas de interesse ambiental de modo mais harmonioso entre cidade e natureza e, expresso em sua Política Municipal de Saneamento Ambiental.

Vale destacar outros aspectos da Sub-bacia do Córrego Taióca, os quais nortearam sua escolha como estudo de caso:

- Sua localização em área de divisa entre Santo André e São Bernardo do Campo, o que remete à discussão da necessidade de encarar a gestão pública local pelo foco da região.

- Consiste na terceira maior Sub-bacia da macrozona urbana de Santo André em tamanho e possui a maior área de maciço florestal, conferida pela APA Haras São Bernardo, também chamada de Parque Estadual Chácara Baronesa.

- Possui dois resultados totalmente antagônicos a respeito da proteção das áreas de interesse ambiental: a APA Haras de São Bernardo e a canalização do Córrego Taióca, ambos submetidos à legislação ambiental.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo traz a caracterização de componentes da paisagem na Sub-bacia do Córrego Taióca, enquanto estudo de caso, a partir do recorte da bacia hidrográfica, considerando não apenas os aspectos relacionados aos processos biofísicos, mas também aqueles referentes aos socioculturais advindos das ações antrópicas peculiares ao meio urbano.

O segundo capítulo faz uma abordagem das leis brasileiras que incidem sobre as APPs fluviais urbanas e levanta uma discussão sobre os reflexos impressos na paisagem decorrentes de sua aplicação na cidade, tendo em vista avaliar o quanto sua essência protetiva tem sido suficiente para minimizar, frear ou reverter a degradação desses territórios. Para tanto se buscou a definição de APP, suas funções e os dispositivos legais que têm interface com esse tema. Entre as normas abordadas, há destaque para o Código Florestal Brasileiro e os limites de sua aplicação no meio urbano. Também foram analisadas as leis relacionadas, do âmbito federal e municipal.

O terceiro capítulo apresenta uma reflexão sobre o processo da participação social brasileira e os resultados de uma “experiência coletiva em construção“ que reuniu, em um mesmo esforço, um grupo seleto representado pela comunidade, universidade e técnicos do poder público enquanto atores sociais, vislumbrando a oportunidade de refletir e até mesmo de superar as tensões que incidem sobre as APPs fluviais urbanas, bem como antever possibilidade de fruir a qualidade de vida que as áreas livres podem oferecer para os vivenciadores daquele local. O capítulo também traz uma breve análise das contribuições, concedidas por meio de entrevistas, de três professores urbanistas atuantes na área da Paisagem, Ambiente e Planejamento Ambiental a respeito das tensões urbanoambientais sobre as APPs.

Nos anexos constam, na íntegra, as entrevistas com as respectivas cartas de cessão, e o registro da reunião “Retomada dos trabalhos“.

Certamente este trabalho não esgota a discussão que permeia a complexidade do assunto, ao contrário, pretende mostrar um panorama da situação atual que colabore para elucidar seus possíveis pontos de convergência. Trata-se de uma pesquisa que não é estanque e, seu dinamismo deverá dar fluidez para novas conclusões que são e serão construídas.

# CAPÍTULO 1

*“Quanto queremos nos aproximar e entender a água? Podemos iniciar alguma conversa respeitosa?*
*(...)*
*Não tem um lado certo para começar a conversa: tem vários lados. E como os arquitetos têm esse lado da percepção espacial, vale à pena começar a olhar (água urbana) pela morfologia. Isso não vai esgotar o assunto, porque o que está na morfologia não é o suficiente.Mas que tal começar por aí?*

Tagnin, 2011.

# 1. A LEITURA DA PAISAGEM:
## O CASO DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO TAIÓCA

A ideia de Paisagem tem sido objeto de estudo de muitas pesquisas, tratada por várias correntes de pensamento e, amplamente discutida em diversas disciplinas - como a geografia, a arquitetura e a ecologia - fato que atribui à palavra uma característica extremamente polissêmica. A expressão 'paisagem' manifesta também, em sua abrangência e complexidade, significados vagos e incompletos, ensejando uma perspectiva de várias dimensões e possibilidades de sínteses sob diferentes enfoques.

Uma diretriz geral de conceituação estabelecida no Grupo de Disciplinas da Paisagem e Ambiente da Faculdade de Arquitetura da USP acolhe a apresentada por MAGNOLI (1982), que define a Paisagem como decorrente, basicamente, das interações entre os processos naturais e as ações humanas: *"A morfologia da Paisagem é resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais (antrópico)". (MAGNOLI, 1982:47)*

Considerando a relação Natureza e Sociedade, MAGNOLI (1994) converge as noções de Paisagem e Ambiente a essa lógica de síntese das interações sociais sobre a base biofísica:

> *"Entendo o meio ambiente humano como o resultado das interações das sociedades humanas com o suporte, a base física e biológica que as envolve, contribuindo esse suporte, esta base, de diferentes maneiras para a sua subsistência biológica e espiritual. Este suporte, base física e biológica, já tem uma história de interações: desde o aparecimento do homem é objeto da ação do homem, alterando essa base. Daí, poderá se sintetizar a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada 'natural' ou construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conFORMAções, conFIGURAções, carregadas de interação social com o suporte temos denominado PAISAGENS."*

Dentro desse espectro, o presente trabalho elegeu o enfoque das interações das bases biofísicas e sociopolíticas tendo por objetivo compreender os principais elementos atuantes na APP fluvial urbana, a partir da relação que se estabelece entre Homem e Água.

No que valoriza o aspecto sociopolítico-cultural, adota a conceituação

apresentada por SANDEVILLE (2004:3), *"Uma paisagem é uma realidade relacional (...). As paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos. Assim, o melhor modo de começar o estudo de uma paisagem, a meu ver, não está no esforço quantitativo ou descritivo de seus elementos e arranjos e sim no reconhecimento (...) que traz para o universo da cultura e concebe seu sentido dependente de experiências partilhadas".*

É oportuno dizer que, a noção de Paisagem aqui abordada não será utilizada como conceito científico, mas como uma categoria[1] de análise, ou seja, um instrumento de reflexão e enfoque para entender o objeto de estudo, utilizando a bacia hidrográfica como recorte territorial.

Esse esforço investigativo significou um desafio instigante, uma vez que a utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento ainda não foi devidamente apropriada pelo planejamento urbano brasileiro, que por questões operacionais, prioriza os limites politicoadministrativos. Porém, a despeito do grau de dificuldade em relação à disponibilização dos dados e sobreposição de informações, a leitura da Paisagem da Sub-bacia do Córrego Taióca - localizada em área de divisa municipal, ver fig. 01 - traz a oportunidade de discutir o desenho das cidades a partir de um olhar mais amplo do ponto de vista da gestão compartilhada entre dois municípios.

Soma-se à complexidade dessa leitura, a atuação dos movimentos sociais, peculiar à região, cujo histórico de luta revela contradições e convergências relevantes para uma proposta de enfrentamento coletivo da problemática que se coloca sobre as APPs fluviais urbanas. É esse o ponto da pesquisa onde o conceito de Paisagem como experiencia partilhada encontra seu vigor, pois segundo SANDEVILLE, "Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, (...) o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e essencial do observador, sob o risco de um esteriótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo)". (SANDEVILLE, 2004:3)

1 - "A categoria não possui a precisão teórica e descritiva de um conceito, mas reune um conjunto de elementos que possuem características comuns e atribuem para a elaboração de um conceito científico" (RIBEIRO, 2007 *apud* FREITAS, 2011: 74).

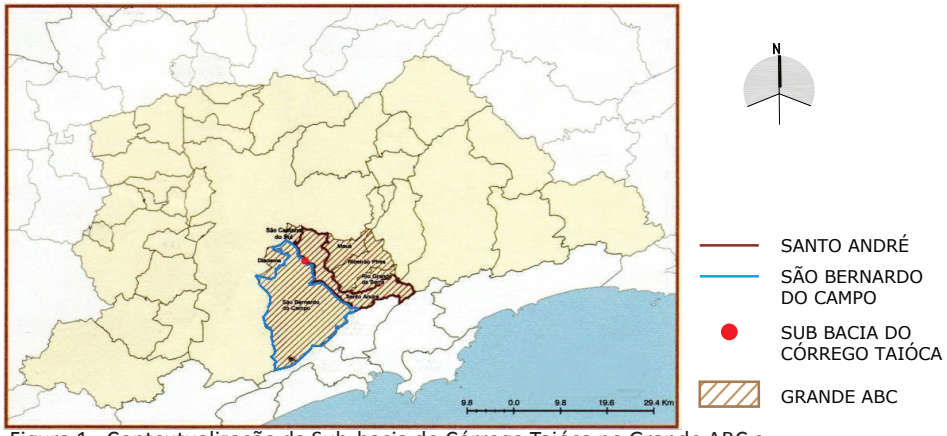



Figura 1 - Contextualização da Sub-bacia do Córrego Taióca no Grande ABC e RMSP. Fonte Anuário de Santo André, 2010.

### 1.1 - APPS FLUVIAIS URBANAS NA RMSP E ABC

Para compreender as dinâmicas que acontecem na Sub-bacia do Córrego Taióca é necessário contextualizá-las na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, considerada a quarta maior aglomeração do Planeta, dentre as vinte e uma megacidades[2], com 19.867.456 habitantes (SEADE, 2011), representando 10% da população brasileira.

A RMSP reúne 39 municípios e sua evolução urbana, considerada a partir da década de 1950, pode ser resumida por intenso processo de adensamento e conurbação, fatores que se agravam quando considerado o ritmo de crescimento aliado aos modos de vida urbanos.

2 - Megacidades: a ONU define centros urbanos com população maior que 10 milhões como "megacidade"

Seus impactos decorrem das intervenções desconexas, intensa verticalização, impermeabilização do solo, supressão de vegetação e canalização de cursos d'água.

Neste quadro se insere a Sub-bacia do Córrego Taióca, localizada na Região do ABC, uma das porções mais densas e conurbadas da RMSP, entre os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo .

Santo André conta com 678.957 habitantes (SEADE, 2011) em 174,38 km². Porém, sua distribuição no território não é homogênea, uma vez que mais de 95% de seus moradores concentra-se em menos da metade de seu território[3]. Tal dinâmica de ocupação do solo conduziu a uma densidade demográfica bastante elevada na chamada Macrozona Urbana. Segundo o SEADE (2011), a densidade demográfica de Santo André é de 3.883,3 hab./km², porém, ao considerar a concentração na Macrozona Urbana a densidade demográfica passa a ser de 8.828,15 hab./km². Em termos de comparação, Diadema que é considerado como o município com mais alta densidade demográfica do Estado de São Paulo, possui 12.688,35 hab./km² (SEADE,2011).

O município de São Bernardo do Campo tem população de 771.543 habitantes (SEADE,2011), em 406,18 km². Sua ocupação urbana se concentrou na Bacia do Tamanduateí por meio do Ribeirão dos Meninos. Divide-se em zona urbana, com apenas 28,9% do território; área destinada à proteção aos mananciais, com 53,7%, e o corpo d'água da Represa Billings atinge 18,6% do território. Da mesma forma que o município de Santo André, a concentração da população na zona urbana demanda uma análise mais adequada sobre as características do Município, pois aproximadamente 98% da população vivem na zona urbana. Tal concentração significa alta densidade demográfica da zona urbana do município, atingindo 6.741 hab./km², onde se destacam os bairros de Santa Terezinha, dos Casa, Ferrazopólis, Alves Dias e Baeta Neves como aqueles com maior densidade demográfica, todos com mais de 13.500 hab./km² (SÃO BERNARDO, 2010).

A somatória da população de ambos os municípios equivale a mais de 7% da população da RMSP e mais da metade da população da Região do ABC.

### 1.1.1. A SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANDRÉ E SÃO BERNARDO DO CAMPO

CConforme estabelecido pelo Plano Diretor de Santo André, Lei Municipal 9394/2012, o território do Município está dividido em duas macrozonas complementares: a Macrozona Urbana (MU) - que corresponde à porção urbanizada do território, situando-se em áreas pertencentes às bacias do Rio Tamanduateí e aos córregos Oratório e Ribeirão dos Meninos- e, a Macrozona de Proteção Ambiental (MPA) - que corresponde às áreas de proteção do ambiente natural, compreendendo a bacia do Rio Grande e Rio Pequeno e a Bacia do Rio Mogi. A Sub-bacia do Córrego Taióca está inserida na Macrozona Urbana, em "Zona de Qualificação Urbana" (figura 3), que se caracteriza por ordenar o adensamento construtivo/populacional e por evitar a saturação do sistema viário, aproveitando a infraestrutura existente, além de ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer.

No que se refere à São Bernardo do Campo, seu Plano Diretor, estabelecido pela Lei Municipal 6184/2011, divide o município em três macrozonas: Macrozona Urbana Consolidada (MUC); Macrozona de Proteção e Recuperação do Manancial (MPRM) e Macrozona de Proteção Ambiental (MPA). O bairro abrangido parcialmente pela Sub-bacia do Córrego Taióca, denominado Bairro Baeta Neves, enquadra-se na MUC, em Zona Urbana de Desenvolvimento (ZUD 1), conforme figura 4), onde estão previstos usos residenciais e não residenciais, distribuídos por níveis de incomodidade, conforme hierarquia viária.

3 - Mais de 55% do município consistem em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, implicando em severas restrições legais para novos assentamentos.

Uma vez contextualizada na escala regional, a Sub-bacia do Córrego Taióca será analisada a partir dos aspectos que contribuirão para composição de um quadro que reflita a paisagem do lugar. As informações seguintes serão apresentadas em três blocos referentes a população, aspectos naturais e antropismos.

**Tabela. 1 – População estimada da Sub-bacia do Córrego Taióca**

| Municípios | Bairros | População total | População na Sub-bacia do Córrego Taióca |
|---|---|---|---|
| Santo André | Jardim Stella | 7622 | 7622 |
| | Jardim Milena | 4396 | 4396 |
| | Jardim Las Vegas | 6444 | 6444 |
| | Jardim Jamaica | 1432 | 1432 |
| | Jardim Cristiane | 9021 | 9021 |
| | Jardim Alvorada | 12460 | 12460 |
| | Jardim Oriental | 1953 | 1953 |
| São Bernardo do Campo | Bairro Baeta Neves** | 46831 | 13.100 |
| Total Geral | | 90159 | 56.450 |

fonte: Anuário de Dados de Santo André de 2010 - Quadro 1.

**fonte: Sumário de Dados de São Bernardo do Campo 2009

### 1.1.2. POPULAÇÃO DA SUB-BACIA

Para estimar o contingente populacional da Sub-bacia do Córrego Taióca, considerou-se a totalidade dos bairros pertencentes ao município de Santo André e parte da população do Bairro Baeta Neves, conforme apresentado na figura 2.

De acordo com o apresentado na tabela 1, a população total residente no Taióca é de aproximadamente 56.450 pessoas, sendo que 23% desse contingente pertencem ao trecho do bairro Baeta Neves em São Bernardo do Campo.

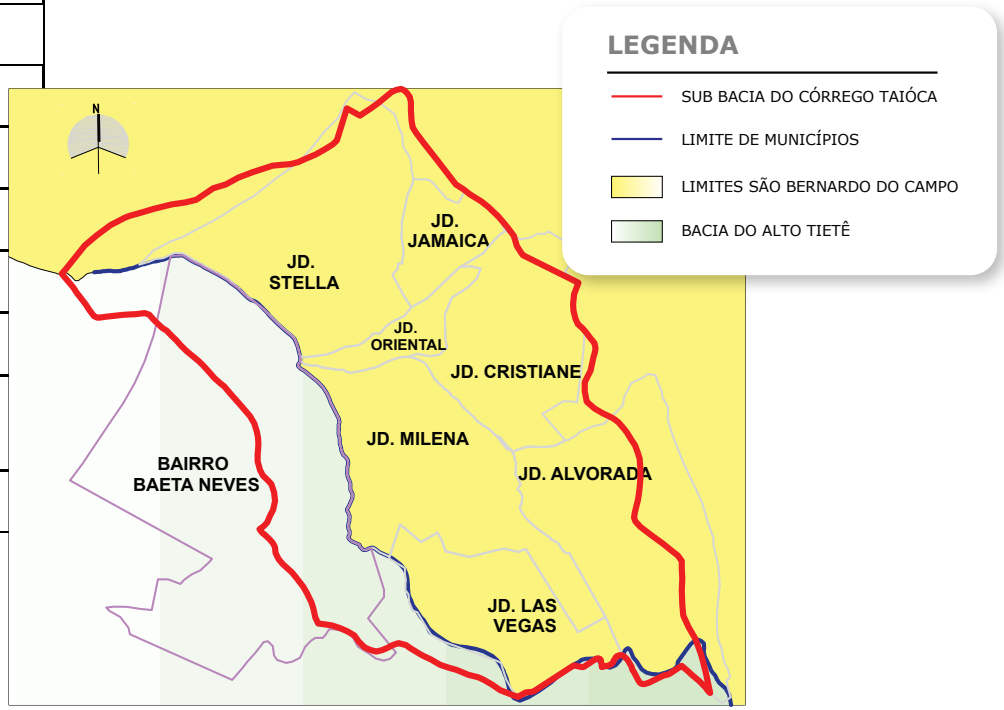



Figura 2 - Bairros predominantemente atingidos pelos limites da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado do PLAGESAN, 2008

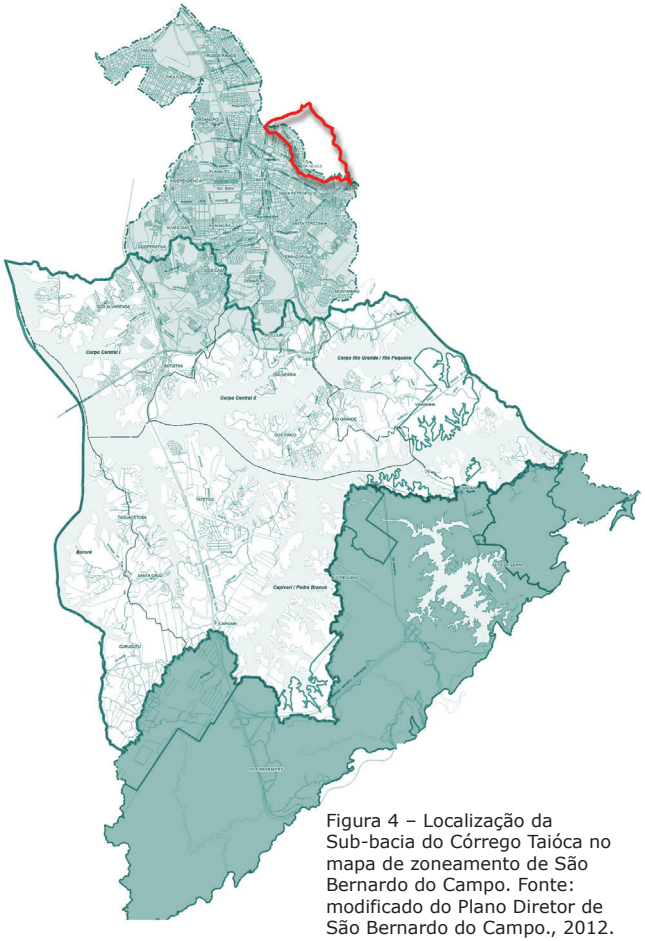


Figura 4 – Localização da Sub-bacia do Córrego Taióca no mapa de zoneamento de São Bernardo do Campo. Fonte: modificado do Plano Diretor de São Bernardo do Campo., 2012.

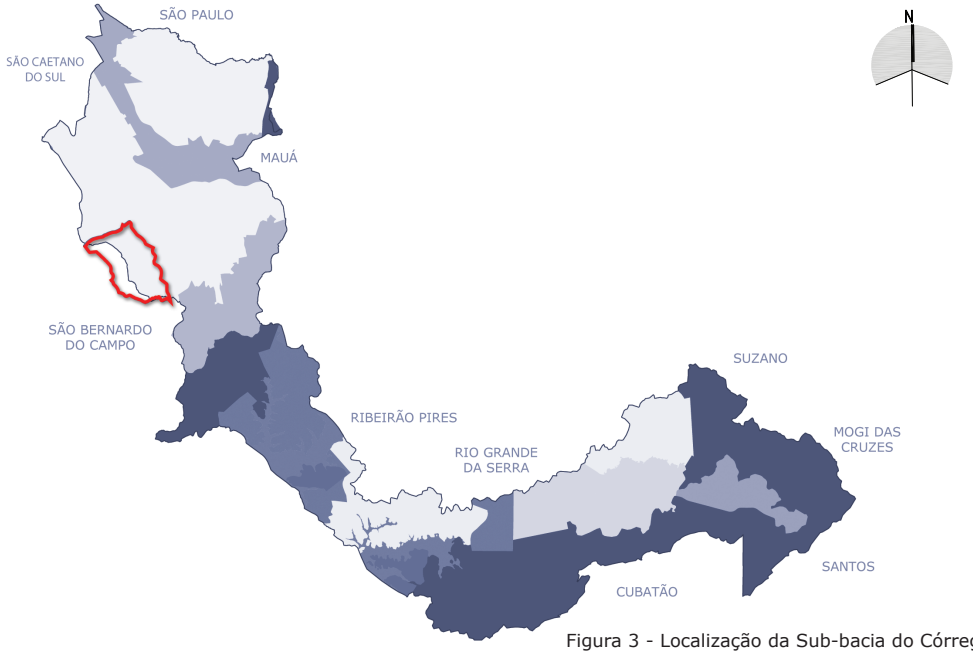



Figura 3 - Localização da Sub-bacia do Córrego Taióca no mapa de zoneamento de Santo André. Fonte: Modificado do Plano Diretor de Santo André, 2012

**LEGENDA**

- SUB BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA
- SANTO ANDRÉ
- SÃO BERNARDO DO CAMPO
- BACIA DO ALTO TIETÊ

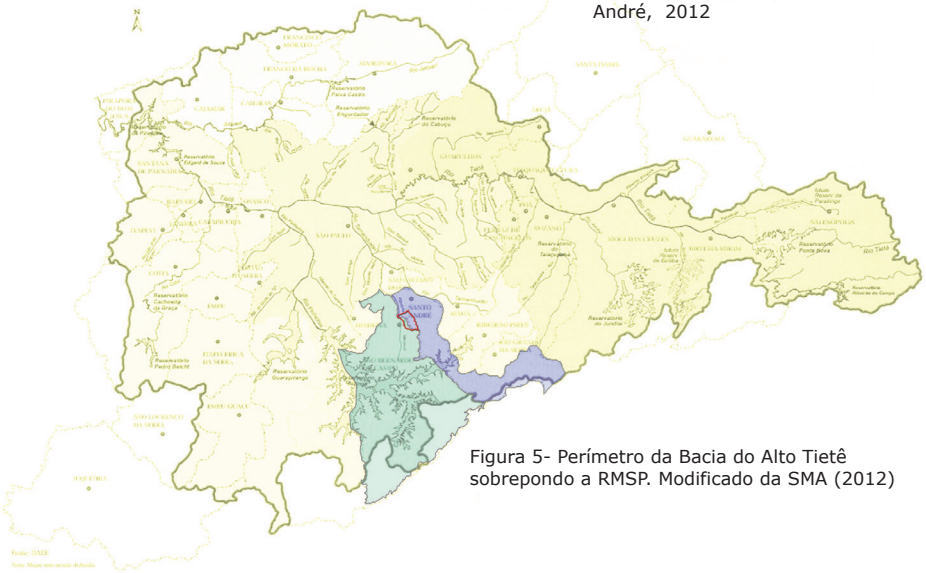


Figura 5- Perímetro da Bacia do Alto Tietê sobrepondo a RMSP. Modificado da SMA (2012)

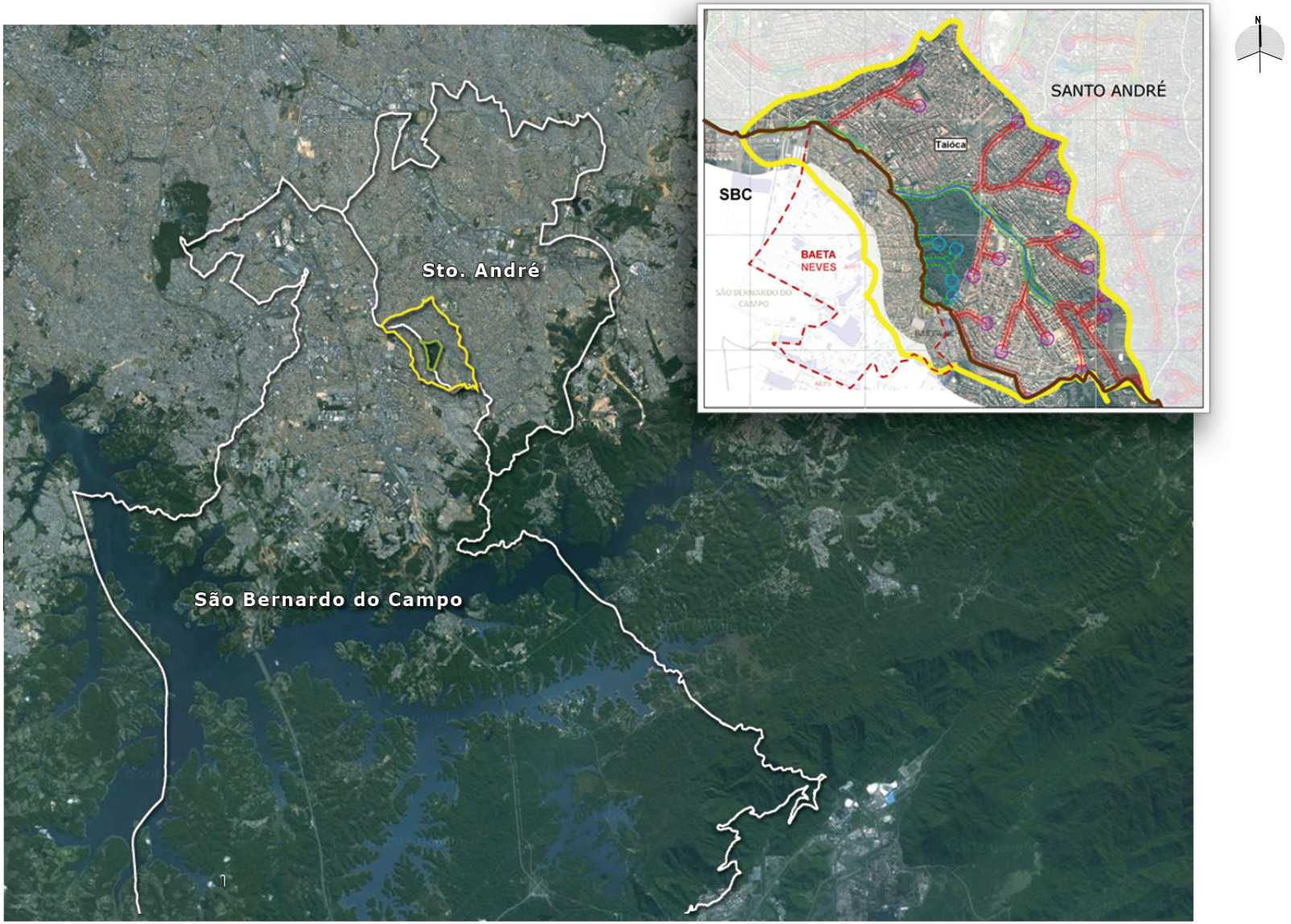



Figura 6 - localização da Sub-bacia do Córrego Taióca na Região do ABC. Fonte: Google Earth, 2012.

## 1.2 - A SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA E SEUS ASPECTOS NATURAIS

Por considerar como indissolúveis as interações homem x natureza, a seguinte análise trará uma abordagem dos aspectos naturais, enfatizando o olhar do lugar a partir das características físico-bióticas, contudo, sem se furtar à presença da população.

Ver a cidade a partir da água, estando ela no chão - por meio dos cursos d'água ou, no ar - representada pela chuva, é sempre uma análise enriquecedora para o urbanista, uma vez que, não raro, privilegia-se o olhar a partir do uso do solo.

### 1.2.1. ASPECTOS HIDROLÓGICOS

Referente à administração dos recursos hídricos, a área em estudo está inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Tietê[4], UGRHI – 6, Subcomitê Billings-Tamanduateí (fig. 5).

O Córrego Taióca Antigo é o principal curso d'água da Sub-bacia do CórrO Córrego Taióca Antigo é o principal curso d'água da Sub-bacia do Córrego Taióca; nasce no território de Santo André; recebe contribuição de vários afluentes de 1ª e 2ª ordem e flui para confluência com sua outra vertente, o denominado Córrego Taióca; de onde segue até sua foz - que se localiza próxima à Avenida Pereira Barreto que divide os municípios de Santo André (a Norte e Nordeste) e o município de São Bernardo do Campo (Sul e Sudeste). Apresenta cerca de 3.350 metros de extensão distribuídos entre trechos canalizados fechados e canalizados abertos. Constitui-se em um dos afluentes à margem direita do Ribeirão dos Meninos, que corre pela Sub-bacia do Tamanduateí em direção ao Planalto e desembocando no Rio Tamanduateí.

A Sub-bacia do Córrego Taióca se constitui em uma das 32 Sub-bacias hidrográficas da Macrozona Urbana do município de Santo Andre. De acordo com o Plano Diretor de Drenagem de Santo André, a Sub-bacia do Córrego Taióca ocupa área de 4,68 km² localizada em sua maior parte na Macrozona Urbana do município de Santo André e 0,97 km² no município de São Bernardo do Campo, abrangendo parte do Bairro Baeta Neves (figura 6).

Sob este aspecto, os limites da Sub-bacia do Córrego Taióca suscitam a discussão sobre a gestão das áreas de divisa das cidades, principalmente em municípios conurbados, com a necessidade de ampliar a abordagem além dos limites politicoadministrativos individuais considerando um constante intercalar entre as escalas local e regional. Este exercício favorece a compreensão da água e clima em um determinado território, cuja dinâmica não pode ser mensurada a partir de limites censitários, por exemplo.

### CLIMA

O clima predominante na região é o subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e úmidos e invernos com temperaturas mais amenas e menor incidência de chuvas, sendo que a primavera e o outono se caracterizam como estações de transição. Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, na bacia do Alto Tietê prevalece a classe de Clima C, distinguindo-se os tipos e variedades *Cw*[5]. Apesar da sazonalidade bem definida, ocorrem variações de temperaturas, como

4 - Bacia do Alto Tietê: é a maior bacia hidrográfica do Estado de São Paulo está localizada no Planalto Atlântico congrega uma rede de drenagem complexa, caracterizada por rios meândricos de baixa declividade e águas lentas, ou seja, a Bacia Hidrográfica do Alto Tiete possui características que lhe proporcionam baixa vazão e absorção das águas pluviais.

5 -O tipo Cw corresponde a altiplanos tropicais alternadamente secos e úmidos. Nestes, as temperaturas médias são reduzidas pela altitude. O inverno é seco, de forma que a precipitação do mês mais úmido pode ser até 10 vezes superior a do mês mais seco. No mês mais seco, precipitação é menor que 30 mm. Outra característica dos climas Cw é o fato da temperatura do mês mais frio ser inferior a 18ºC. (OMM/ONU e IPCC/ONU apud SANTO ANDRÉ, 2009:73)

nas demais áreas urbanizadas, chegando a 35 ºC em épocas quentes, bem como temperaturas no inverno abaixo de 10ºC.

Segundo o relatório disponibilizado pelo Centro de Pesquisa Meteorológicas e Climáticas Aplicada à Agricultura da UNICAMP (CEPAGRI, 2012), o clima de São Bernardo do Campo é classificado como Cwa, ou seja, "caracterizado pelo clima tropical de altitude, com chuvas no verão e seca no inverno, com a temperatura média do mês mais quente superior a 22 °C". Os valores médios de temperatura são de 19.9 °C anual, 16 °C em julho e, 23 °C em janeiro. A precipitação chega a 1473.5 mm ao ano, sendo que o mês mais chuvoso é janeiro com 218 mm, enquanto julho chega a 141.9 mm em julho.

Porém, o relatório "Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo", elaborado pelo INPE (2010), menciona alterações na temperatura média anual na RMSP até 2100, indica que "a temperatura média anual, projetada no cenário de altas emissões globais de gases de efeito estufa para o final deste século, indicam um aumento de 2 °C a 4 °C em todo o domínio analisado. No que concerne às mudanças de temperatura, os modelos concordam em todas as tendências projetadas, sendo elas: ***aumento no número de dias quentes, diminuição no número de dias frios, aumento no número de noites quentes e diminuição no número de noites frias"*** (INPE, 2010:8).

As mudanças na temperatura têm a ver, entre outros fatores, com as densas urbanizações, onde as áreas centrais, que são mais adensadas são mais quentes e o inverso acontece nas periferias à medida que a densidade diminui. Na RMSP, além do adensamento representado pelo município de São Paulo, com 7.443,92 hab/km² (SEADE, 2011), os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo e Guarulhos, em conjunto, têm contribuído para o aquecimento da Região, considerando-se sua densa urbanização, quantidade de indústrias (aproximadamente 40 mil) e veículos particulares que representam 21% da frota nacional (INPE, 2010:8).

Em concordância com essas afirmações, um estudo realizado na década de 1940 fez as primeiras observações considerando a influência da urbanização sobre o clima, destacando como um aspecto micrometeorológico (diminuição da evapotranspiração devido à pavimentação) pode alterar o clima em mesoescala quando reproduzidos em escalas metropolitanas: *"Numa cidade de 1½ milhão de habitantes e de 20 km de diâmetro, o solo se acha coberto em grande parte por edifícios e pelo calçamento das ruas e praças, de modo que as possibilidades de evaporação não são muito maiores no verão que no inverno* (SANTO ANDRÉ, 2009 *apud* Setzer,1946)".

A pluviosidade é outro fator que deve ser considerado nesse assunto, pois os eventos relacionados à precipitação são os mais alarmantes na RMSP que têm sofrido constantemente os efeitos extremos de precipitação, que causam enchentes, deslizamentos de terra e perdas de vida. *"Entre 1950 e 2003, a frequência e intensidade das chuvas têm aumentado nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, incluindo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro"* (INPE, 2010:8).

O mapa de pluviosidade de Santo André (SANTO ANDRÉ a, 1993) classifica a área da Sub-bacia do Córrego Taióca na categoria de chuvas de até 1.400 mm/ano, que é considerada alta. A alta pluviosidade atrelada à baixa capacidade do solo em absorver águas pluviais, devido à intensa urbanização, consiste em um conjunto de fatores que favorece a ocorrência de inundações.

O mais preocupante é que as intensas precipitações do verão de 2009 agravaram esse quadro na região, e confirmam a tendência defendida por estudos preliminares sobre a vulnerabilidade da RMSP às mudanças climáticas:

*"A Região Metropolitana de São Paulo, que já sofre todo verão com enchentes, pode sofrer um aumento do número de dias com fortes chuvas até o final do século. Estudos preliminares sugerem que, entre 2070 e 2100, uma elevação média na temperatura da região de 2°C a 3 °C poderá dobrar o número de dias com chuvas intensas (acima de 10 milímetros) na Capital Paulista"* (INPE, 2010:11*).*

Apesar de o poder público local mostrar um tímido esforço para incorporar as mudanças climáticas nas discussões técnicas voltadas ao manejo das águas urbanas, a população que sofre com as previsíveis perdas, manifesta seus temores na mídia (figura 7):

Entretanto, a pluviosidade não é o único componente que agrava as inundações, outros fatores, entre eles, aspectos relacionados à declividade e permeabilidade do solo contribuem nessa equação.

## Córrego na divisa de S. André e São Bernardo preocupa moradores

SEG, 09 DE JANEIRO DE 2012 08:43 - POR: NÁDIA MACHADO

Famílias que moram na rua João Ducin, na divisa de Santo André e São Bernardo, estão receosos com a chegada do período de chuvas. Reclamam das inundações, que os deixam ilhados com a água que invade as casas, por causa do córrego Taióca.

A Prefeitura de São Bernardo está realizando obras de contenção apenas na margem esquerda e informou, por meio de nota, que por se tratar de córrego em área limítrofe, ambos os municípios têm obrigações para a solucionar o problema da área. A margem direita pertence a Santo André, enquanto a esquerda a São Bernardo. "Fica uma prefeitura empurrando para a outra, mas ninguém vem aqui resolver de vez o problema", disse Vanessa Mello, uma das moradoras do entorno.

A Prefeitura de Santo André informou que o córrego passará por revitalização. Serão realizadas obras de canalização, construção de um parque linear com avenida marginal, ciclovia e paisagismo, beneficiando os moradores de Santo André residentes em bairros como o Jardim Cristiane, Jardim Milena, Parque Alvorada e Jardim Las Vegas. A intervenção abrange a extensão das avenidas Brasília até a Pereira Barreto, contribuindo para minimizar o risco de enchentes na região. Porém, não informou o prazo para o término das intervenções.

Imóveis interditados - A reportagem do Diário Regional foi ao local, onde encontrou casas com rachaduras e até pessoas morando em imóveis que foram interditados pela Defesa Civil, como é o caso de Kelly Aparecida Abraão, que recebeu auxílio aluguel durante o período de um ano e após ter o benefício suspenso voltou para o antigo domicílio. "Onde morava de aluguel tinha de completar o valor e, com o meu marido desempregado, não tenho como sair daqui. Queria que (prefeitura) voltasse a pagar o auxílio", disse Kelly. A administração andreense informou que vai averiguar o caso.

Enquanto não começam as intervenções por parte da Prefeitura de Santo André, os moradores enfrentam os problemas trazidos pela chuva. "A água está invadindo as casas por baixo, como se estivesse 'comendo' a terra. Quando chove entra água por todos os ralos, até pelo vaso sanitário, como da última vez", destacou a moradora Vanessa Mello.

Outro problema é a calçada da ponte que está cedendo e quase não há espaço para passagem de pedestres. Parte da margem do córrego não tem proteção, então, foram colocadas duas manilhas – tubos para sistema de esgoto – que estão sendo usadas como depósito de lixo.

**Problemas na margem do Taióca ocorrem desde fevereiro de 2009**

Moradores da rua João Ducin, na divisa de Santo André e São Bernardo, estão com medo das casas caírem dentro do Córrego Taióca, além de enfrentar alagamentos. Segundo os moradores, os problemas iniciaram após as obras para reconstrução da ponte próxima às residência, a qual cedeu em fevereiro de 2009. "Quando estavam batendo as estacas tive ir até a obra para pedir que parassem. Cada batida que davam, mais a minha parede descia", lembrou a moradora Kelly Aparecida Abraão.

Moradias úmidas, com a estrutura comprometida. Vanessa Mello acredita que os moradores deveriam ter saído antes das obras de reconstrução da ponte. "(A prefeitura) dizem que vão tirar a gente daqui. Então, poderiam ter feito em 2009, agora temos de viver com medo. Quando chove passo a noite inteira acordada.Quando a água começa entrar, a primeira coisa que faço e levar meu filho para um local seguro e depois tento resgatar as coisas de casa", destacou.

A Prefeitura de Santo André informou que os munícipes que habitam em residências abaladas pelas obras serão retirados durante processo de desapropriação este ano. O projeto de revitalização do córrego Taióca está orçado em R$ 18 milhões, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e contrapartida do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa).

Figura 7 - Matéria sobre as consequencias das enchentes na região do Córrego Taióca. Fonte: Reporter Diário, 2012.

### 1.2.2. GEOMORFOLOGIA

De modo geral, a região da Bacia do Alto Tietê apresenta declividades suaves, que adicionadas ao seu aspecto de alta pluviosidade definem os principais cursos d'água formadores de uma densa rede de drenagem com padrão meadrante e várzeas relativamente extensas, apropriadas à extravasão das águas dos leitos nas épocas mais chuvosas.

De acordo com a carta geomorfológica do IPT (1994) a Macrozona Urbana de Santo André e São Bernardo, onde se insere a Sub-bacia do Córrego Taióca, apresenta embasamento geológico constituído principalmente por sedimentos terciários consolidados (areias, argilas e cascalhos da formação São Paulo) e por sedimentos quaternários não consolidados nas várzeas dos principais rios e córregos. Inserida na Província Geomorfológica do Planalto Atlântico, uma região de terras altas, com predomínio de rochas cristalinas pré-cambrianas e cambro-ordoviciana, a área é caracterizada por "Colinas Pequenas com Espigões Locais", e significa que esta porção do território possui declividades mais suaves, de até 15%.

Porém, na escala local, o aspecto morfológico da Sub-bacia apresenta peculiaridades, pois se insere predominantemente em terreno caracterizado por micaxisto ou metarenito. Em relação à drenagem significa que, por serem "solos mais rochosos", causam maior escoamento superficial, ou seja, a água de chuva tende a correr com maior velocidade para os rios ao invés de se infiltrar. Esse fator também contribui para ocorrência de enchentes na região.

Entretanto, se o perfil natural do lugar favorece a ocorrência de enchentes, que podem se agravar com intervenções antrópicas relacionadas ao adensamento e impermeabilização, fatores como áreas permeaveis e cobertura vegetal podem ser atenuantes desse fenômeno.

### 1.2.3. COBERTURA VEGETAL

Para que se entenda a importância da cobertura vegetal em uma microbacia é preciso considerar que sua ligação com a água, o solo e o clima são a base dos ecossistemas. Com a supressão da vegetação, ocorre o rompimento dessa ligação e se desencadeiam inúmeros processos de degradação.

A Sub-bacia do Córrego Taióca está totalmente inserida no Domínio da Mata Atlântica[6], que originalmente era recoberta por Floresta Ombrófila Densa, mas hoje, conforme o Inventário Florestal da Cobertura do Estado de São Paulo (SMA, 2005), a região predominantemente se caracteriza como área urbana. O mesmo Inventário mostra os seguintes índices de cobertura florestal nativa referente aos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo:

**Tabela 2 - Cobertura Vegetal Nativa no Estado de SP/ Município**

| Município | Superf (ha) | Bacia | Floresta Ombrófila Densa (ha) | Total Geral (ha) | % cobertura no município |
|---|---|---|---|---|---|
| São Bernardo do Campo | 40.618 | AT | 19.547 | 19.547 | 48,1 |
| Santo André | 17.484 | AT | 7.840 | 7.840 | 44,8* |

6 - O Domínio da Mata Atlântica (DMA) engloba área de 1.306.000 km², cerca de 15% do território nacional, cobrindo total ou parcialmente 17 estados brasileiros. Na Lei Federal 11428/06, o DMA é descrito como "bioma da Mata Atlântica" e *"considera como integrantes do Bioma da mata Atlântica as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encraves florestais do Nordeste."*

Mas, o percentual de cobertura vegetal citado na tabela 2 é discrepante quando analisado no contexto de ocupação de solo daqueles municípios, uma vez que a tabela mostra a quantidade de cobertura vegetal pela área total municipal, porém os números não são capazes de mostrar o déficit de áreas vegetadas na região de maior concentração demográfica no município, na Macrozona Urbana.

A escala de abordagem é tolerante com a questão da carência de áreas vegetadas x concentração urbana; mesmo assim, observa-se que a APA Haras São Bernardo, também conhecida como Chácara Baronesa, foi considerada[7] como um fragmento da Floresta Ombrófila Densa, reforçando o valor de sua presença na área urbana, como pode apresentado no Mapa do Inventário de Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (SMA, 2005).

Também no âmbito local fica evidenciado que o Haras São Bernardo eleva o indicador de áreas verdes da Sub-bacia do Córrego Taióca em relação às outras da Macrozona Urbana de Santo André, conforme apresentado no mapa de distribuição de mata por bacia hidrográfica. Este indicador se destaca no mapa de cobertura vegetal do município, por meio da concentração de área florestada constituído pelo Haras de São Bernardo, conforme figura 8.

## 1.3 A SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA E SEUS ANTROPISMOS

Como qualquer área urbana, principalmente as que se inserem nos grandes centros, é imprescindível considerar que a Sub-bacia do Córrego Taióca resulta de interações complexas advindas de processos físicos, biológicos e culturais. É neste sentido que para entender a paisagem do lugar se demanda reconhecimento também das transformações antrópicas que nela se estabeleceram. A seguir, serão adicionados à leitura, aspectos pertinentes a intervenção humana.

7 - Para atender a escala de planejamento estadual, o Instituto Florestal, considera apenas os fragmentos florestais com área acima de 0,25 ha.

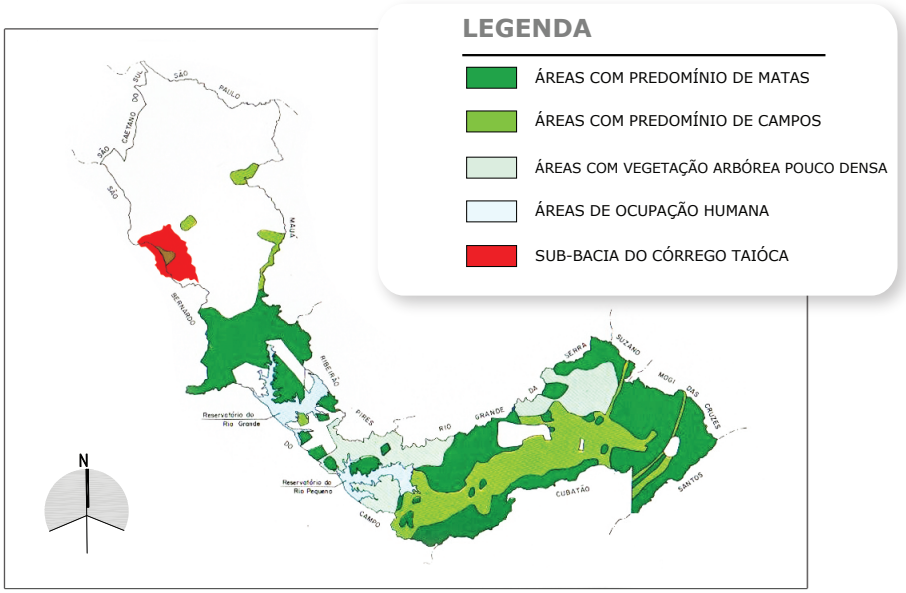



Figura 8 - Cobertura vegetal de Santo André. Fonte: Modificado do Sumário de Dados de 1993.

### 1.3.1. USO DO SOLO

A transformação do uso de solo na região da Sub-bacia do Córrego Taióca data, conforme afirmado por MÉDICI (1981), a partir da formação do Bairro Baeta Neves em 1925, cuja consolidação urbana pode ser observada na foto de 1958 (Foto 1), decorrente da "explosão" de seu adensamento a partir de 1940. Entretanto, no mesmo período, a área situada em Santo André, possuía características rurais e assim permaneceu por quase quarenta anos. A data de abertura do primeiro loteamento, conforme apresentado na Tabela 3, é 1963, referente ao Jardim Oriental.

**Tabela 3 - Características dos bairros que compõem a Sub-bacia do Córrego Taióca, área, população e densidade demográfica**

| Município | Bairro | Ano [3] | Área (ha) | População 2010 | Dens. Dem. |
|---|---|---|---|---|---|
| Santo André | Jardim Stella | Nd | 0,84 | 7622 | 9073 |
| | Jardim Milena | 1988 | 0,74 | 4396 | 5940 |
| | Jardim Las Vegas | 1981 | 0,45 | 6444 | 14320 |
| | Jardim Jamaica | 1970 | 0,19 | 1432 | 7536 |
| | Jardim Cristiane | 1968 | 0,58 | 9021 | 15553 |
| | Jardim Alvorada | 1964 | 0,89 | 12460 | 14000 |
| | Jardim Oriental | 1962 | 0,12 | 1953 | 16275 |
| São Bernardo do Campo | Bairro Baeta Neves | 1925 [2] | 3.41 | 46831 | 13733 |

* fonte: Anuário de Dados de Santo André de 2010 - Quadro 1 – p. 45 e 46
**fonte: Sumário de Dados de São Bernardo do Campo 2010 - Tab. 04 - p. 124
[2] fonte: Médici, A., 1981
[3] O ano se refere tanto a abertura dos loteamentos oficializado por decreto quanto a depoimentos de moradores.

A diferença do momento e a forma de ocupação entre o Bairro Baeta Neves e os demais, em Santo André, são perceptíveis na foto de 1958 (Foto 1) que retrata as distintas paisagens na região do Taióca. A demora na implantação de infraestrutura, naquela porção, proporcionou maior tempo da presença de vegetação nativa naquela Sub-bacia; fato que pode ter contribuído para da estrutura florestal do Haras São Bernardo na memória da população.

Em 1990 a paisagem urbana estava predominantemente estabelecida, pois todos os loteamentos da Sub-bacia já estavam consolidados, exceto o Jardim Milena, que além de ser um dos últimos loteamentos do Município a receber infraestrutura, tem boa parte de seu território representada APA Haras São Bernardo (Foto 2).

A comparação entre as fotos de 1958, 1990 e 2009 (figura 10) também revela parte do processo de transformação ocorrida dentro dos limites daquele Parque, no tocante à regeneração da estrutura florestal[8]. Tal processo foi deflagrado em decorrência da alteração de seu uso que ao deixar de ser haras, na década de 80, passou a ser área verde protegida.

Outro fator relevante para a manutenção de significativas cotas de áreas verdes na Sub-bacia resulta da aplicação da Lei Lehmann (Lei Federal 6766/79) nos loteamentos abertos a partir da década de 1980.

Sobre a tipologia de ocupação urbana da Sub-bacia do Córrego Taióca, há a predominância de uso residencial unifamiliar, o que resulta em um baixo gabarito naquela paisagem, sendo a maioria de até dois pavimentos. De modo geral, as construções são consideradas de médio padrão, mas apesar disto, a questão relacionada a assentamentos precários é de grande relevância quando comparada com outras regiões

8 - Regeneração da Estrutura Florestal: o temo regeneração não está relacionado a sua recomposição como era na sua origem, vegetação nativa da Mata Atlântica, mas à formação de uma estrutura florestal que “ressurge” em áreas abandonadas.

Foto 1 - Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: GEOPORTAL, 1958

Foto 2 -. Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: MSAOAG, 1992

Foto 3 - Área da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: Google Earth, 2012

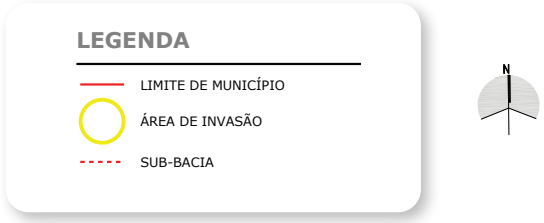



Figura 9- Fotos da região da Sub-bacia do Córrego Taióca.

do município de Santo André. Ao observar o "Mapa de percentual de moradores em núcleos e áreas irregulares por regiões de OP" (figura 10) conclui-se que a região "I", onde a Sub-bacia do Córrego Taióca se insere mais predominantemente, tem déficit habitacional de 20% a 40%.

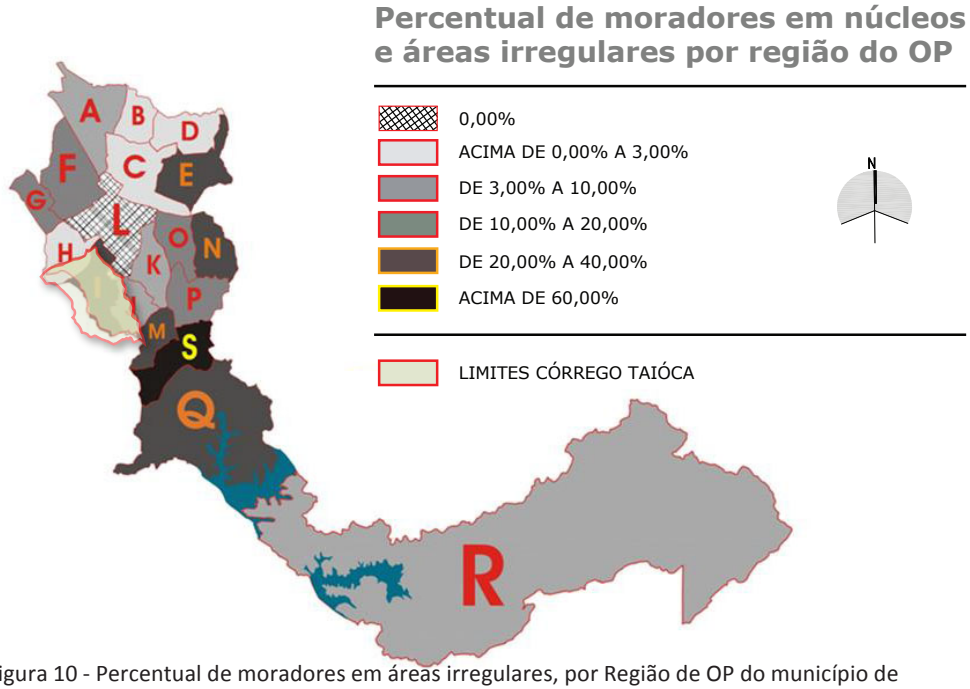



Figura 10 - Percentual de moradores em áreas irregulares, por Região de OP do município de Santo André. Fonte: modificado de PSA, 2004

## OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E AS APPs

O mapa de riscos gerenciados pela Defesa Civil de Santo André afirma que na Sub-bacia do Córrego Taióca os problemas ambientais estão relacionados aos **assentamentos precários em locais de risco**. São eles Núcleo Haras de São Bernardo, Núcleo Caiuby e Jardim Cristiane, conforme Tabela 4.

Quanto ao município de São Bernardo do Campo, o mapa de ZEIS do Plano Diretor (Lei municipal 6184/11) reconhece a existência de áreas classificadas como ZEIS 1[9], dentro dos limites da Sub-bacia do Córrego Taióca, representada pelo Núcleo Hermenegildo Simoni; porém a partir de 2012 houve a remoção dos domicílios e as ações de recuperação ambiental, por parte da Prefeitura encontra-se em andamento até a presente data. Sendo assim, os assentamentos precários ainda existentes na Sub-bacia do Córrego Taióca, pertencem ao município de Santo André, e sobre eles são apresentadas informações Tabela 4, elaborada por MORENO (2007).

**Tabela Tabela 4 - Núcleos nos limites e no interior do Haras S. Bernardo**

| Assentamentos | Ano da informação | Fonte | Qtde. de domicílios | Área total (ha) | Densidade (dom./ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Haras** | 2002 | Contagem DEHAB | 311 | 2,50 | 124,40 |
| **Jardim Cristiane** | 2002 | Contagem DEHAB | 853 | 5,43 | 157,08 |
| **Taióca Caiubi** | 2005 | Estimativa DEHAB | 85 | 0,25 | 337,73 |
| **Total** | | | 1.249 | 8,18 | 152,65 |

Os assentamentos irregulares são uma questão que sempre põem à prova os números (políticos) apresentados pelos municípios acerca da coleta de esgotos. Embora as ligações clandestinas não se resuma a existência dos assentamentos informais, o fato é suficiente para levantar questionamentos.

9 - ZEIS: *"áreas Constituídas por assentamentos precários situados em áreas de risco ou de preservação permanente (APPs), as quais necessitam de projetos de reassentamento"*. (SÃO BERNARDO DO CAMPO, plano diretor)

### 1.3.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Quanto ao serviço de esgotamento sanitário, Santo André tem 96% de coleta em todo o município; porém somente uma pequena parte deste esgoto é destinada aos coletores-troncos e, posteriormente, conduzida aos interceptadores da SABESP, de onde são direcionados para a ETE ABC.

Atualmente, cerca de 40% do esgoto de Santo André é tratado pelo município, e as obras de infraestrutura, como a construção dos coletores primários, coletores-tronco e interceptadores, são realizadas em parceria com a Sabesp. Tais obras estão em andamento, tendo em vista atingir a meta de 100% dos efluentes coletados e tratados até 2014, conforme TAC firmado com Ministério Público. Em São Bernardo a gestão do saneamento básico e atribuição do Estado, por meio da SABESP.

Foto 4 - Córrego Taióca, na região do Haras São Bernardo.
Fonte: Albuquerque, 2011.

Embora o Córrego Taioca se situe entre os dois municípios (foto 4), é notória a histórica falta de diálogo entre as empresas de saneamento com vistas ao desenvolvimento de trabalhos conjuntos na região; essa postura inviabiliza a resolução dos problemas que afligem a área, entre os quais, o lançamento de esgotos no Córrego Taióca por parte dos dois municípios.

### 1.3.3. PERMEABILIDADE DO SOLO E PONTOS DE ENCHENTES

A lógica de extravasão de córregos e a pavimentação do sistema viário contribuem para agravar problemas decorrentes da impermeabilização da bacia hidrográfica. Tais problemas interferem no ciclo hidrológico e clima; Anne Spirn, afirma que áreas pavimentadas irradiam 50% mais de calor do que áreas cobertas por vegetação (SPIRN, 1995:)

O município de Santo André aborda o tema permeabilidade do solo em sua Lei municipal 8836/06 que institui a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo da Macrozona Urbana de Santo André, onde disciplina, em seu art. 45 os parâmetros urbanísticos, entre eles, a "taxa de permeabilidade" dos empreendimentos em função da condição da Sub-bacia e da área do terreno, classificando as Sub-bacias hidrográficas entre Bacias Críticas[10] e Bacias Não-críticas[11]. A Lei considera a Sub-bacia do Córrego Taióca como ' Bacia Não-crítica', porém a análise reconhece, exclusivamente, a porção da Sub-bacia em Santo André e ignora que mais de 20% do território da Sub-bacia encontra-se no Bairro Baeta Neves, quanto à dinâmica de ocupação do solo bem como o grau de impermeabilização.

10 - Bacias Críticas: no inciso 3º, a Lei define: *"... aquelas que apresentam maior contribuição de volume de águas pluviais nas redes de drenagem, em consequência da impermeabilização do solo gerada pela ocupação urbana".*
11 - Bacias Não-críticas: no inciso 4º, a Lei define: *"... aquelas que apresentam condições satisfatórias de drenagem"*

Esta discussão reforça uma prática comum na elaboração dos diagnósticos e planejamentos, produto de uma 'visão municipalista', que parecem desconsiderar a condição do território em área conurbada, bem como sua contribuição metropolitana à jusante.

A respeito das enchetes, o relatório ambiental do projeto de recuperação Ambiental do Córrego Taióca, indicou e justificou pontos de enchentes ao longo do Córrego, no mesmo raciocínio, os mapas elaborados pelo Departamento de Planejamento e Obras do SEMASA (figura 11) indicam diferentes situações, sobre a existência de pontos de enchentes que, em 2001, se concentram na confluência dos dois córregos, o Taióca e o Taióca Antigo e, os problemas mitigados, em 2007.

Porém, as precipitações ocorridas no inicio dos anos de 2009 e 2011 refletiram uma realidade diferente da apresentada no segundo mapa. As informações a esse respeito não foram disponibilizadas pelas prefeituras, mas as fotos 5, 6 e 7 mostra os estragos causados pelas intensas chuvas, que chegaram a derrubar a ponte de concreto que liga a Estrada João Ducin com a Marginal Taióca.

### 1.3.4. DRENAGEM: CANALIZAÇÃO E RETIFICAÇÃO DOS CÓRREGOS

O Plano Diretor de Drenagem de Santo André, elaborado em 1997, descreve o Córrego Taióca da seguinte maneira:

> *"os córregos Taióca e Taióca Antigo, são, de modo geral, córregos bastante encaixados, com margens íngremes, com seus trechos em condições naturais, atendendo as demandas de vazão de pelo menos a 10 anos de recorrência. Os problemas de inundação que ocorrem, estão associados às canalizações executadas, pontilhões e áreas baixas lindeiras aos córregos. Esta boa capacidade de vazão está associada a altas declividades, em boa parte dos córregos, ocasionando altas velocidades para o escoamento, da ordem de 2,5 a 3,0 m/s. Resulta deste fator, certa tendência à erosão das margens*

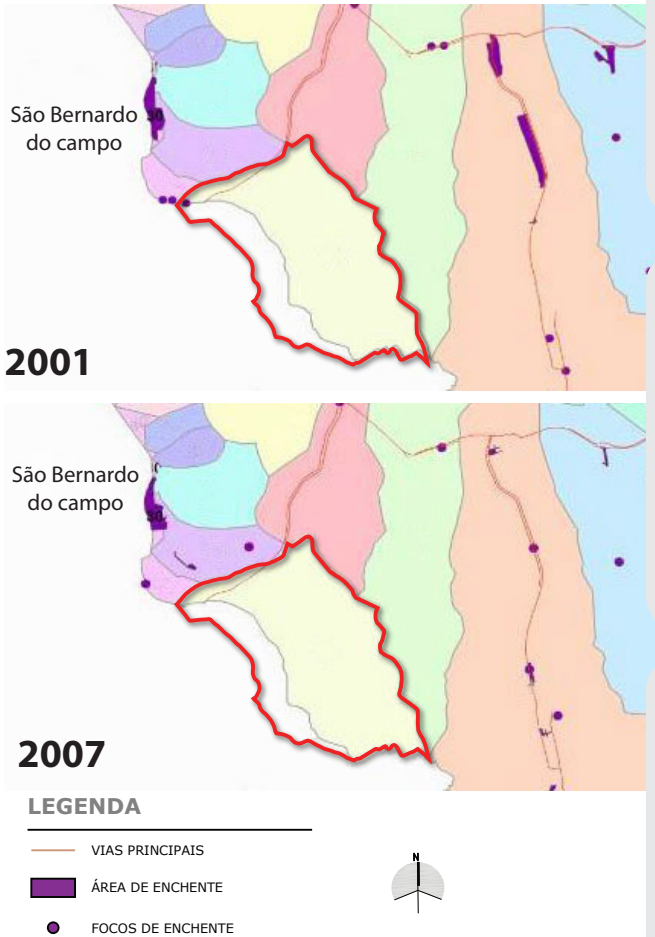



Figura 11 - Áreas de enchentes em 2001 e 2007, respectivamente. Fonte: PLAGESAN, 2008.

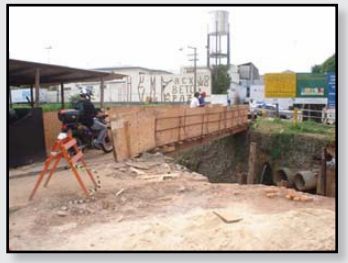


Foto 5 : Ponte provisória na Rua João Ducin. Fonte: Ruge Ramos Jornal, 2009.

Foto 6: Ponte reconstruída 45 dias depois das chuvas. Jornal ABCDmaior, 2009.

Foto 7: Limites entre municípios do ABC viram 'terra de ninguém'. Repórter Diário, 2012.

*e a deposição do material erodido em trechos com velocidades mais baixas. No Taióca Antigo, as inundações entre as Ruas Sinai e João Ducin estão associadas à certa falta de capacidade de vazão do Pontilhão existente, mesmo após as reformas, e ao canal pouco profundo, em relação ao Pontilhão da rua João Ducin.*

*No trecho do Taióca, a Montante, entre a nascente e a Rua João Ducin, tem-se adutoras, na Rua Campinas, limitando a capacidade de vazão do Canal.*

*No trecho à jusante, da Rua João Ducin ao Córrego Pirambóia, existem relatos de inundação nas ruas que chegam ao córrego, que ficam abaixo da Av. Marginal e que não possuem micro drenagem adequada. É o caso da Rua Evaristo de Macedo.*

*No trecho final do Taióca, a capacidade de vazão e as inundações estão associadas à baixa capacidade dos pontihões da Rua Tales e Av. Pereira Barreto."*

Como alternativa para minimizar os problemas de drenagem na Subbacia, o SEMASA utilizou um projeto chamado **"Recuperação Ambiental do Córrego Taióca"** que consiste em uma série de ações como canalização do córrego (com extensão de 3216 metros), implantação de tanque de retenção (piscinão), ampliação da Galeria sob a Avenida Pereira Barreto (foz), construção da ponte na Estrada João Ducin, implantação de coletor tronco do Taióca Antigo e reurbanização da Favela Jardim Cristiane, afirmando, que *"este empreendimento permitirá a recuperação de um local fortemente degradado, sob risco de inundações, de modo a oferecer melhor qualidade de vida aos moradores desta região"*

Este empreendimento foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, no âmbito do Projeto Multissetorial Integrado[12]. Sobre o projeto, o relatório apresenta as seguintes argumentações:

(i) Tem por justificativa o atendimento das normas do Plano Diretor de Drenagem (1997) quanto à canalização, bem como a necessidade de urbanizar o Núcleo Jardim Cristiane às margens do Córrego Taióca Antigo, uma vez que as *"melhorias hidráulicas não seriam possíveis sem fazer a intervenção na favela"*;

(ii)Tem por objetivo "*corrigir situações iminentes de risco, preservar e recuperar o meio ambiente, através da promoção de empreendimentos seguros e saudáveis, contando com o assentamento de famílias em áreas dotadas de infraestrutura, moradia adequada, regularidade fundiária e equilíbrio ambiental";*

(iii)Tem por pretensão *"fortalecer a cidadania e combater a exclusão social, com situações que priorizam a participação popular e emprego de geração e renda".*

Sobre a canalização do Córrego Taióca e seu afluente Taióca Antigo, o relatório afirma que *"o projeto procurou compatibilizar os levantamentos topográficos e geotécnicos aos estudos hidráulicos, de modo a se evitar as inundações na região e não permitir a transferência*

12 - Projeto Multissetorial Integrado (PMI): é definido como *"um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais que abrange soluções para os variados tipos de carências, articulando, no âmbito municipal, investimentos em diversos setores sociais, como, por exemplo, saneamento básico e transportes"* (BNDES, 2012). Entretanto, é relevante trazer à discussão, que, conforme TRAVASSOS (2010:23) a consolidação das práticas de canalização de córregos e implantação de avenidas de fundo de vale se deu por definição de uma política sanitarista: *"a partir da década de 1970, a canalização de córregos e a construção de avenidas de fundo de vale passaram a integrar programas de melhorias urbanas, dentro do escopo do saneamento de várzeas. Ou seja, onde houvesse um córrego a ser urbanizado, uma nova "avenida" seria construída, independentemente de sua utilidade na estruturação da cidade ou sua importância como acessibilidade*". O aproveitamento da verba de drenagem do PLANASA (Plano nacional de Saneamento) para a construção de sistema viário foi, conforme TRAVASSOS (2010), um procedimento reproduzido em outros níveis governamentais e, como consequência, *"Entre a década de 1970 e os dias atuais, a quase totalidade dos córregos nas áreas consolidadas do Município de São Paulo - e também de outros municípios da Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP) - foi canalizada, segregada e desapareceu da paisagem urbana, especialmente porque a ampla maioria foi confinada em galerias fechadas"*.

*da enchente para o Ribeirão dos Meninos a jusante."*

O mesmo relatório relaciona as seguintes recomendações para o DAEE:

- *Não transferir o problema de inundação para a jusante;*
- *Procurar utilizar degraus no fundo do canal;*
- *Estudar a possibilidade de utilizar tanques ou bacias de retenção, com objetivo de reduzir picos de cheias;*
- *A hidrologia deverá ser em conformidade com o Plano Municipal de Drenagem do Município de Santo André;*
- *O período de retorno para o projeto do canal deverá ter: TR igual a 25 anos com borda livre e TR igual a 50 anos sem borda livre e, período de retorno para o projeto das obras de arte, pontilhões e pontes de TR igual a 100 anos;*
- *Quanto à velocidade de projeto do canal: adotar faixas de 2,5 a 3,0m/s para velocidade d'água no canal a fim de não transferir problemas de inundações para jusante; caso ocorram velocidades maiores, considerar utilização de bacias de retenção em pontos estratégicos;*
- *Sobre as bordas livres: adotar uma vazão de 25 anos de período de retorno uma borda livre correspondente a 20% da altura da lâmina d'água;*
- *Fazer controle de assoreamento do canal.*

Os principais componentes do escopo do projeto são:

- **Implantação de Coletor–Tronco:** Da Rua Lavínia ao Interceptor dos Meninos (Rua Lauro Gomes);
- **Obras de Drenagem:** Canalização do Córrego Taióca, Reconstrução da galeria sob a Av. Pereira Barreto;
- **Obras Viárias**: Execução de Avenida Marginal Margem Esquerda, Reconstrução da ponte da Estrada João Ducin e Ampliação da Avenida Rangel Pestana;
- **Urbanização do Núcleo Jardim Cristiane**[13] **:**
  - Abertura de viário principal e pavimentação;
  - Reparcelamento do solo;
  - Infraestrutura e saneamento integrados;
  - Consolidação geotécnica;
  - Recuperação urbanística;
  - Remoções do Núcleo Jardim Cristiane;
  - Remoções do Núcleo Caiubi;
  - Melhorias habitacionais
  - Construção de novas unidades

Para melhor elucidar, a figura 12 mostra o Projeto da Prefeitura apresentado ao BNDS e ao COMUGESAN.

13 - Jardim Cristiane: A urbanização da favela passou a fazer parte do escopo tendo em vista viabilizar a canalização. Assim, apenas o núcleo Jardim Cristianefoi considerado, com a previsão de remoção de 170 famílias que se encontravam sob as influências das obras.
."Em termos de infraestrutura, o núcleo não é servido por rede oficial de água, esgoto e energia elétrica. Os moradores fazem uso de redes clandestinas e improvisadas. As moradias do assentamento, em sua maioria, são de alvenaria, mas, de baixa qualidade construtiva. Cerca de 90 famílias localizavam-se em área de risco às margens do córrego Taioca. A densidade de ocupação no núcleo era de aproximadamente 500 habitantes/ha e o sistema viário caracterizado pela existência de reduzido número de vias e vielas muito estreitas". (DENALD, 2012:8)

Figura 12- Proposta apresentada ao BNDS sobre a canalização do Córrego Taióca. Fonte: SEMASA, 2006

A visão sanitarista que orientou o projeto de "Recuperação Ambiental do Córrego Taioca" convergiu para as diretrizes o Plano de Ampliação do Sistema Viário do município:

### 1.3.5. SISTEMA VIÁRIO

O Plano de Ampliação do Sistema Viário (PASV) é o plano vigente em Santo André que legisla sobre a temática viária do município. Promulgado pela Lei Ordinária 7443/96 tem por objetivo estabelecer, conforme exposto no art. 1 *"normas e diretrizes para o desenvolvimento de projetos, visando ao aprimoramento e ampliação do Sistema Viário neste Município, com base em estudos realizados pela Secretaria de Transportes, tabela I e plantas anexas"*. A referida Tabela I, trata das 35 intervenções sobre as quais a lei estabelece a elaboração de projetos viários, entre elas, destacam-se três que atingem a Sub-bacia do Córrego Taióca: "Implantação da Marg. do Córrego dos Meninos"; "Implantação da Marg. do Córrego Taióca, entre Av. Pereira Barreto e divisa com São Bernardo do Campo" e, "Interligação da Av. Adriático com a Marg. do Córrego Taióca".

Na figura 13, percebe-se que as intervenções estabelecidas seguiram o clássico modelo de avenidas marginais implantadas em fundo de vale e se restringiram à questão das ligações viárias. O traçado da "Implantação da Marginal do Córrego Taióca" atinge a área de compensação ambiental do "Projeto de Recuperação Ambiental" do SEMASA.

*"Por outro lado, não é correto tratar a cidade como unidade independente das outras em uma bacia hidrográfica porque os fluxos estão amarrados intrinsecamente na área rural e urbana e não há como interpelá-los. É necessário fazer planejamento sobre as áreas ambientalmente sensíveis considerando-as como fundamentais para o funcionamento tanto da cidade como do campo".*

Pellegrino, 2011.

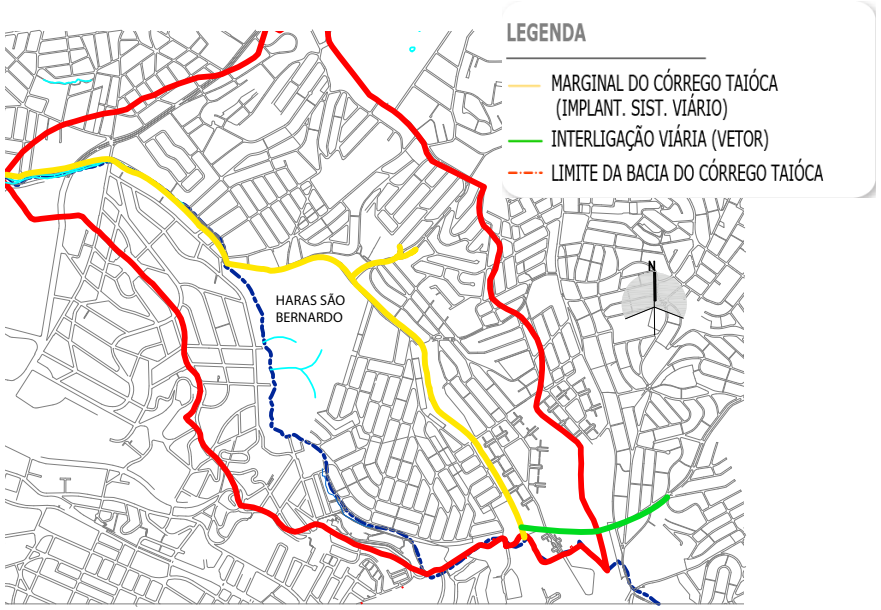



Figura 13: Plano de Ampliação do Sistema de Ampliação Viário de Santo André (PASV) - trecho da Sub-bacia do Córrego Taioca. Fonte: modificado da PSA, 1996

Não raramente, se menospreza a relação que há entre o incentivo público ao transporte individual e as causas das inundações, entretanto, conforme afirmado por TAGNIN (2011), seus efeitos têm amplitudes maiores que a óbvia apropriação do valor imobiliário pelo uso dos terrenos na cidade: *"O transporte individual é sedento de espaço, se vê que o consumo de carro é cada vez maior e o investimento público para a criação de espaço para transporte individual mostra uma falta absoluta de democratização de espaço e desse investimento público. (...) com dinheiro público se produz três grandes efeitos mensuráveis por toda a cidade: diminuição do investimento relativo ao transporte coletivo, haja vista o quanto se expande a cidade, o quanto se deteriora o transporte*

*coletivo e os resultados socioambientais de todo esse processo. Todos esses parâmetros são mensuráveis e, neles, verifica-se que estamos, claramente, perdendo"*.

> *"A visão da rede de drenagem, calcada na fisiografia, considera as APP como um elemento desse sistema junto com "parques lineares, zonas de mananciais, grandes cursos d'água e várzeas da cidade (...) não são espaços vazios esperando para serem urbanizados. São áreas estratégicas para facilitar e dar condições para o funcionamento da cidade"*
>
> *Pellegrino, 2011.*

Há quem defenda que o melhor enfrentamento para o combate de inundações das várzeas encontra-se fora do canal do curso d'água, onde evitar e até reverter a impermeabilização está entre as alternativas importantes, cuja contribuição pode ser potencializada quando as áreas permeáveis também são vegetadas. (CORMIER e PELLEGRINO, 2006; HELLMUND e SMITH, 1993; FRANCE, 2002; SPIRN, 1991 e muitos outros)

Mais que os serviços ambientais disponibilizados pelas áreas verdes, se reconhece a sua fundamental importância cultural para os moradores da região.

### 1.3.6. ÁREAS VERDES URBANAS E O SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES E LAZER – SMAVL

A carência de áreas verdes e espaços livres para lazer é uma realidade de toda a região do ABC, porém, no contraponto dessa defasagem em relação à população de Santo André e São Bernardo do Campo, a Sub-bacia do Córrego Taióca possui significantes espaços públicos - alguns urbanizados e outros não - em decorrência da formação dos loteamentos de Santo André, que ocorreram a partir da década de 80, já se enquadrarem na Lei Lehmann (Lei Federal 6766/79). Esta Lei estabelece para os mesmos a reserva de, no mínimo, 35% da área da gleba a ser loteada para implantação de sistema de circulação, equipamentos de uso urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público.

Santo André elaborou seu SMAVL abrangendo toda a Macrozona Urbana do município. Sua elaboração é uma das exigências do Plano Diretor do Município e, desde 2008 aguarda sua regulamentação enquanto instrumento legal.

Conforme depoimento de BOUCINHAS (2011), que coordenou a proposta, o objetivo do SMAVL era *"consolidar um tecido verde e azul no território urbano, onde estariam conectados todos os percursos das águas, os corredores de flora e fauna e o sistema de lazer que utilizasse todos esses percursos, conectasse os bairros, as praças, os parques, os lugares de encontro, não necessariamente todos verdes; pode-se ter uma praça seca e fazer parte desse sistema, desde que seja um ambiente acolhedor, bonito e seguro".*

Ainda que não regulamentado, considera-se a pertinência do SMAVL com o tema desta pesquisa, e sua proposta para a região da Sub-bacia do Córrego Taióca é abordada na figura 14.

O SMAVL também valoriza o potencial da APA Haras São Bernardo como Parque Urbano enquanto matriz das áreas verdes da Sub-bacia do Córrego Taióca, onde outros componentes como as áreas verdes públicas conectadas às APPs e demais corredores verdes pudessem funcionar como um microssitema, proporcionando melhor interação dos processos e maior qualidade de vida para todos os seres que usufruem daquele espaço.

Nesta direção, será apresentada, mais especificamente sobre a APA, uma abordagem sobre suas características, informações e relações com o lugar.

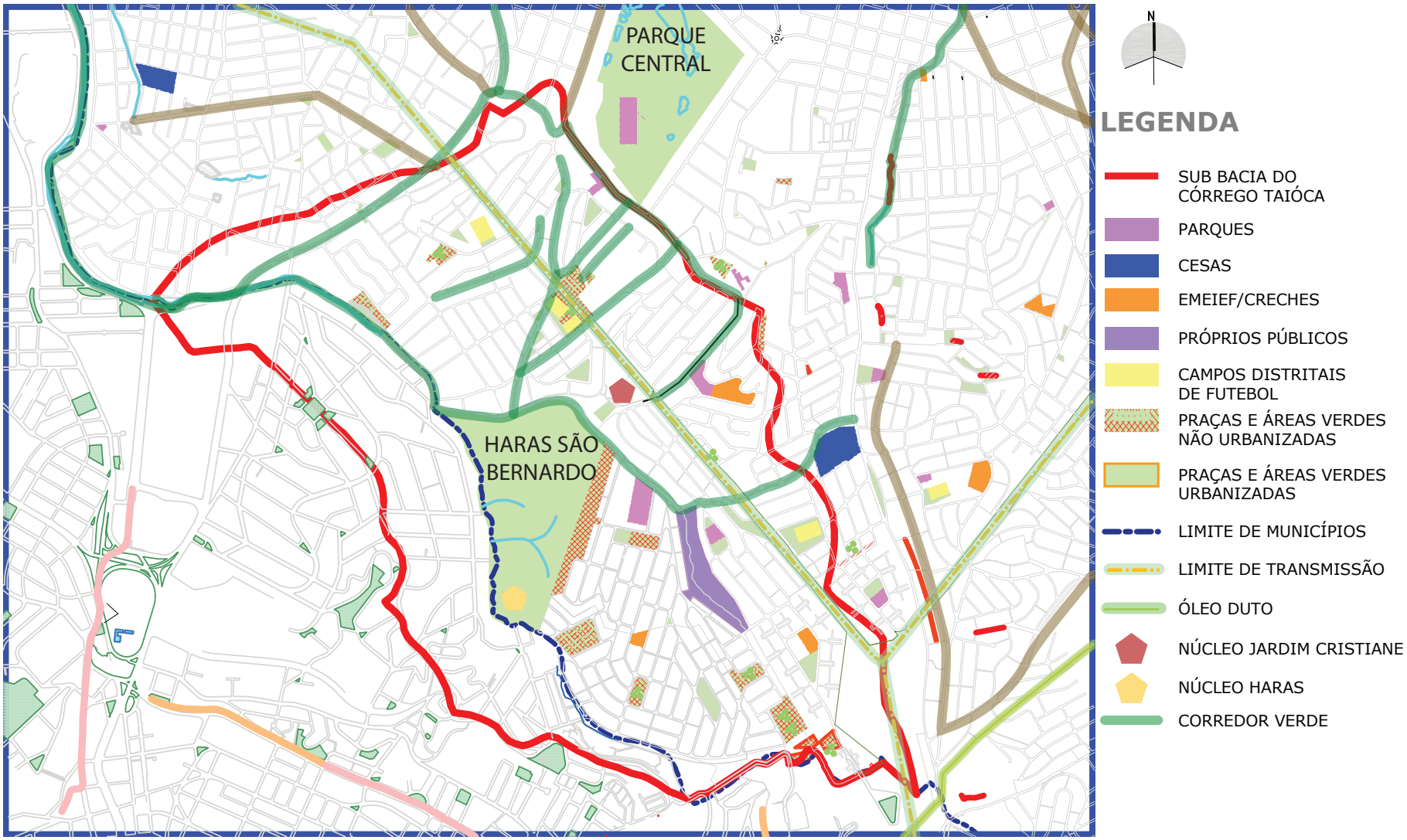



Figura 14 – Sistema Municipal de Áreas Verdes, trecho da Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado da PSA, 2008.

*"...há as experiências de Berlim, Boston e Sevilha sobre uma visão de sistema composto por espaços de lazer e de esporte conectados, formando um sistema benéfico para as pessoas, fauna, flora e recursos hídricos. Em Santo André a proposta foi discutida com ONGs, associações e todo o corpo técnico do município que tinham interesse e envolvimento no assunto. Um dos pressupostos da proposta era incluir as APPs, muitas delas ainda preservadas, como parques fluviais e importantes conectores no Sistema. Priorizou-se a macrozona urbana do município para a implantação do SMAVL, toda ela inserida na Bacia Hidrográfica do Tamanduateí."*

Boucinhas, 2011

### 1.3.7. A APA ESTADUAL HARAS SÃO BERNARDO

O Parque Haras São Bernardo, também chamado de Chácara Baronesa é uma área de proteção especial (ASPE), conforme Resolução SMA 11/03/87, e também classificada como área natural, tombada pela Resolução da Secretaria da Cultura como bem cultural de interesse turístico, social e cientifico. Possui 34,09 ha, mas em 1997 o CONDEPHAT autorizou a redução do perímetro de tombamento devido a dasafetação da área ocupada pela favela do Haras e passou a ter 28,28 ha.

Foram apresentados aspectos ambientais que atribui destaque à APA Haras São Bernardo em escala regional e estadual. Mas no âmbito municipal, a área também é relevante, tanto para Santo André como para São Bernardo do Campo - sendo menor apenas que o Parque Central e que o Parque Estoril Virgilio Simionato. Quando analisado seu percentual na soma total dos parques urbanos de Santo André, o Haras significa 25,43%, enquanto que para São Bernardo este percentual sobe para 41,02%, conforme tabelas 5 e 6.

**Tabela 5 - Proporção da Cobertura Vegetal do Haras São Bernardo do Campo para a Macrozona Urbana de Santo André**

| Denominação | Área Total (ha) | % em relação às áreas dos parques urbanos do município |
|---|---|---|
| Parque Central | 34,66 | 30,76 |
| Haras São Bernardo | 28,66 | 25,43 |
| Parque Prefeito Celso Daniel | 6,75 | 5,99 |
| Parque Regional da Criança Palhaço Estremelique | 6,63 | 5,88 |
| Parque Escola | 4,89 | 37,62 |
| Parque da Juventude | 4,07 | 31,31 |
| Parque Antonio Fláquer | 3,63 | 27,92 |
| Parque Antonio Pezzolo | 3,46 | 26,62 |
| Parque Norio Arimura | 1,67 | 12,85 |
| Parque Cidade dos Meninos | 1,26 | 9,69 |
| Parque Natural Municipal Pedroso (área de uso intensivo) | 17*** | 15,09 |
| Total | 112,68 | |

* fonte: Anuário de Dados de Santo André de 2010

***foi considerada apenas a área de uso intensivo do Parque do Pedroso, por causa de seu limite com a Macrozona Urbana do município.

Referente à cobertura vegetal, é expressivo o valor deste parque urbano para o município de São Bernardo, acrescentando que os demais parques considerados na tabela 6 servem mais a área rural do Município do que a zona urbana, que não possui parque com área verde representativa.

**Tabela 6 - Proporção da Cobertura Vegetal do Haras São Bernardo para a Macrozona Urbana de São Bernardo do Campo**

| Denominação | Área Total (hectares) | % em relação às áreas dos parques urbanos do município |
|---|---|---|
| **Haras São Bernardo** | 28,66 | **41,02%** |
| Parque Estoril Virgilio Simionato | 37,1 | 53,11% |
| Cidade de São Bernardo Raphael Lazzuri | 2,6 | 3,72% |
| Engenheiro Salvador Arena | 1,5 | 2,15% |
| Total | 69,86 | 100% |

**fonte: Sumário de Dados de São Bernardo do Campo, 2009

Para a Sub-bacia do Córrego Taióca o elevado índice de área verde arborizada se dá por causa do maciço florestal presente no Haras São Bernardo, que embora não possua uma composição florística de Mata Atlântica, a estrutura da paisagem é semelhante a de um ambiente natural - ainda que de regeneração inicial. Tal aspecto também diz respeito à fauna urbana[14], pois é essa cota florestada que o torna em um precioso abrigo para animais, a avifauna urbana e pequenos mamíferos. Para ilustrar sua importância também nesse aspecto, cita-se o relatório de uma vistoria recentemente realizada no local que identificou a presença de onze espécies, sendo dez nativas da Mata Atlântica, sendo eles: Pombo-doméstico (exótica); Rolinha caldo-de-feijão; Anu-preto; João-de-barro; Alegrinho; Bem-te-vizinho; Bem-te-vi; Andorinha-pequena-de-casa; Sabiá-laranjeira; Sanhaço-cinzento; Cambacica. (Ramos, 2009)

A respeito das condições dos cursos d'água e nascentes, a Sub-bacia do Córrego Taióca possui dezessete cursos d'água no total; destes, apenas três se mantém em seu estado natural e, conforme pode ser observado na figura 15, é no interior da APA Haras São Bernardo onde eles estão.

Ao descrever as características dessa área, pode se reconhecer um elemento de paisagem de qualidade, não apenas por sua função enquanto remanescente dos cursos d'água naturais, ou pela preservação da estrutura florestal e lugar de abrigo para a avifauna; mas, por sua função cultural, enquanto testemunho da formação daquela região e seu potencial como equipamento de lazer e pesquisa.

É nesse sentido que Ramos (2009) recomenda o reconhecimento do Haras São Bernardo como Patrimônio Natural e Cultural, por uma série de motivos: consistir-se em um extenso território de 'floresta urbana' em um ambiente altamente antropizado; ser um testemunho da paisagem rural existentes no início do século XX; ter uma cobertura vegetal significante enquanto fragmento no ambiente urbano, que em conjunto com outras áreas de parques e praças são fundamentais para a saúde ambiental da cidade; proporcionar importantes serviços ambientais para a comunidade local e população da região; e, significar um produto da luta dos moradores pela preservação do local, desde a década de 1980, sendo um importante elemento do vínculo da sociedade com a natureza e da apropriação da natureza pela

14 - Fauna urbana refere-se àquela presente na cidade, seja nativa ou não, que se estabelece e convive com o Homem. Neste tema, existem diversos estudos que relacionam a presença de espécies da avifauna urbana como indicadores da qualidade de vida de uma região. Da mesma forma, esses estudos relacionam a permanência dessas espécies com áreas arborizadas e fragmentos interligados por corredores verdes que possibilitem o fluxo desses animais. As modificações climáticas e a diminuição da disponibilidade de alimentos em um ambiente urbano condicionam a existência da fauna urbana, com aumento das espécies antrópicas e pequena diversidade de espécies nativas.

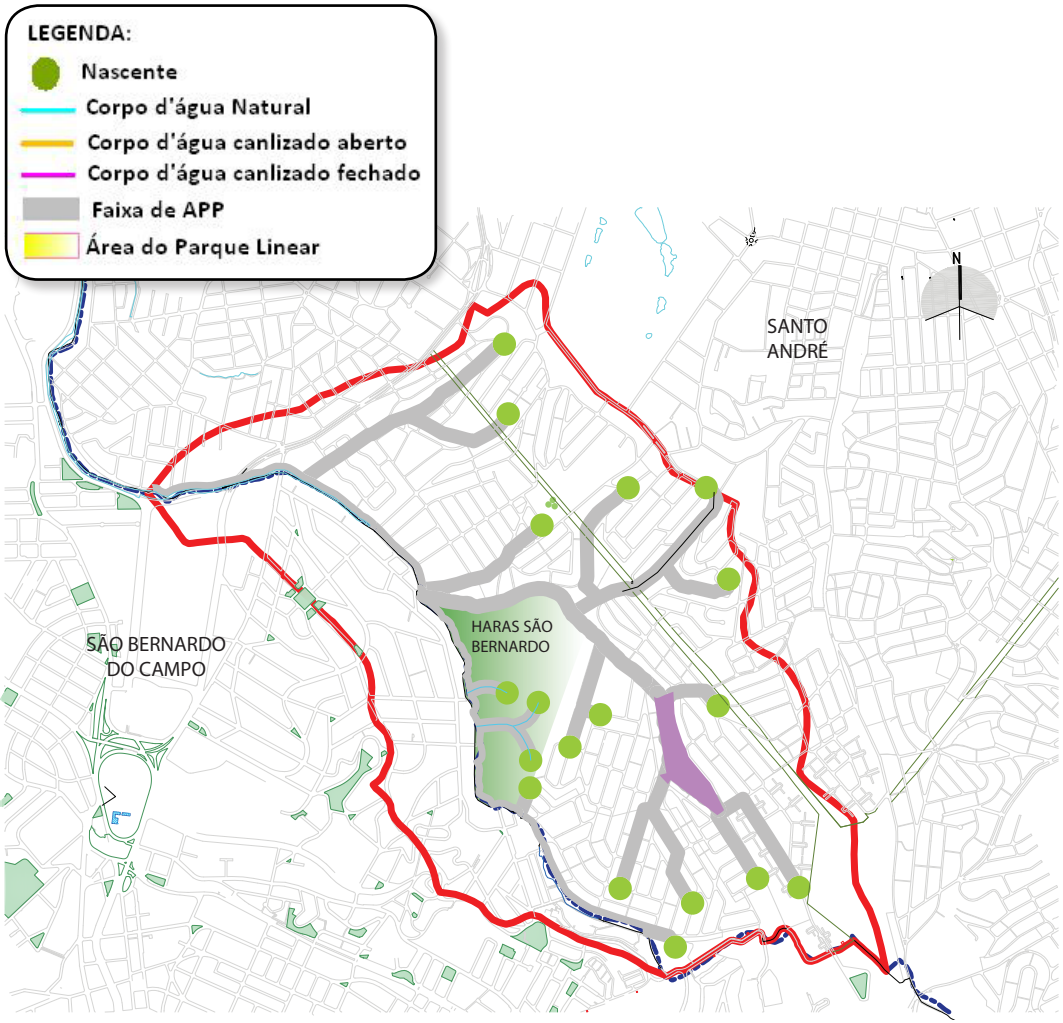



Figura 15- Localização das APP na Sub-bacia do Córrego Taióca. Fonte: modificado de SEMASA, 2007.

comunidade.

Assim, a busca por melhor compreensão das interações ocorridas na Sub-bacia do Córrego Taióca - desde as relações a ela externa até o interior do Haras São Bernardo e, dele para seu entorno - constituiu-se em um exercício que ampliou a noção de valor daquele parque, consolidando-o como ideia-força para embasamento de proposições para a região.

Percebeu-se então, que apesar da relevância dos elementos naturais da paisagem da Sub-bacia do Córrego Taióca, a exclusiva abordagem da dimensão natural significa uma leitura parcial da paisagem e, considerá-la isoladamente, não têm sido suficiente para a elaboração de adequados diagnósticos, propostas ou ações que efetivamente possam reverter o quadro de degradação. Ao que parece, a consciência de tais atributos ambientais não foram devidamente introjetados no cotidiano urbano a ponto de ocorrer transformação no modo de tratar o lugar, por isso, a visão da *máquina hidráulica* resiste, a despeito do afeto que a população do entorno possa demonstrar pela área.

É nessa contradição que reside a necessidade de uma leitura mais acurada, que não pode ser percebida nas dimensões operativas do planejamento. Nesse sentido, a visão da Paisagem dá lugar à outras nuances - objetivas e subjetivas - que nela se processam. Particularmente nesse trabalho, elege-se como discussão central a dimensão sociopolítica da paisagem sobre as APPs urbanas, aqui considerada como a atuação do Estado e da população local sobre a base biofísica.

O próximo capítulo, fará uma abordagem sobre o sólido esforço na elaboração de mecanismos legais, no intuito de garantir a preservação das áreas de interesse ambiental, sua

vulnerabilidade frente às pressões urbanas e impasses da gestão pública
e seus reflexos na Paisagem Fluvial do Córrego Taióca.

# CAPÍTULO 2

*"É correto quando a Lei é a mesma para as pessoas, mas para os lugares não são iguais. Cada lugar é diferente um do outro com uma função, com um valor diferente (...) devido a falta de conhecimento, criou-se uma regra única, tendo em vista evitar um estrago maior, pelo menos, segurando o mínimo. Mas essa etapa precisa ser vencida, pois é na verdade o momento de avançar com o conhecimento e pesquisas, para definir cada lugar - o que pode e o que não pode ser feito, o que causa estrago e o que não causa estrago".*

Pellegrino, 2011. .

# 2. A LEI E A PAISAGEM:
## DISCUSSÃO DA LEGISLAÇÃO INCIDENTE NAS APPS

Face à vulnerabilidade das APPs fluviais urbanas quanto à capacidade de suportar impactos antrópicos, especialmente ao reconhecer a sua conectividade que desencadeia processos em escalas mais amplas, cumpre investigar em que medida aquelas se encontram protegidas no âmbito da lei. Para isso será feita uma abordagem sobre as leis que incidem sobre as APPs fluviais urbanas, discutindo os reflexos impressos na paisagem decorrentes da aplicação desses dispositivos, tendo em vista compreender o quanto sua essência protetiva tem sido suficiente para minimizar, frear ou reverter a degradação desses territórios. Para tanto, será abordada a definição de APP, suas funções e os dispositivos legais que têm interface com esse tema, bem como a sua aplicação em duas situações na Sub-bacia do Córrego Taióca e seus distintos resultados.

Ao considerar esta Sub-bacia como objeto de estudo, é importante mencionar que as APPs fluviais ali presentes se caracterizam como córregos e nascentes e, juntamente com a APA Haras São Bernardo, compõem um conjunto de Áreas de Interesse Ambiental (AIAs) significativo para a região. Sendo assim, esta revisão abordará leis pertinentes às APPs fluviais e UCs em meio urbano, no âmbito federal e municipal[1]. Cabe destacar que a respeito da legislação municipal, serão consideradas apenas as que se referem à Santo André - a despeito da porção territorial da Sub-bacia localizada em São Bernardo do Campo - pelo motivo de todas as nascentes da Sub-bacia do Córrego Taióca estarem situadas naquele município.

Para entender a discussão que se coloca acerca da eficiência da proteção legal sobre as APPs fluviais urbanas é preciso considerar que o modelo de ocupação adotado pela maioria das cidades brasileiras, formadas às margens dos corpos d`água, a partir de uma visão exploratória do recurso (seja, para abastecimento ou lançamento de resíduos) deflagrou um processo de degradação dessas áreas.

Tal processo vem se intensificando por razões, além do crescimento urbano própriamente dito, que decorrem da combinação com outros fatores, como aqueles realcionados à desregulação do mercado

1 - Incide sobre o território, a Lei Estadual 7663/95, referente à Política Estadual de Recursos Hídricos, que em função da abordagem do trabalho não serão aprofundadas.

imobiliário[2], que ao encarecer outras áreas da cidade estimula a população de baixa renda a ocuparem, por meio de assentamentos precários, justamente as áreas que deveriam ser preservadas, comprometendo a manutenção adequada do ambiente ecológico urbano, além de colocar em risco a integridade física de seus moradores.

Não se quer argumentar, aqui, que o problema da ocupação das APPs deva ser atribuído, exclusivamente, à pobreza urbana, até porque a ocupação também acontece por empreendimentos de médio e alto padrão, principalmente onde há relevância paisagística; entretanto, ressalta-se que na prática, a despeito dos mecanismos legais sobre o tema, a ocupação de APPs fluviais urbanas ocorre, predominantemente, pela população de baixa renda onde o mercado imobiliário entende que não lhe é atraente.

Outro fator é que a degradação dessas áreas tem muito a ver com a atuação do poder púbico ao optar por determinados modelos de uso e ocupação das áreas de fundo de vale conjugando canalização e/ou retificação dos cursos d`água com a implantação de sistema viário de grande porte sobre as várzeas drenadas. O problema se agrava na sua inoperância, quando se negligencia a gestão de políticas urbanas capazes de integrar moradia, propriedade e meio ambiente, fatores que fomentam o processo de ocupação informal sobre essas áreas.

Como consequência, as tragédias das chuvas se agravam a cada ano, pois cada vez mais, maiores inundações atingem as áreas de várzeas das grandes cidades, uma vez que boa parte delas coincide com as chamadas *áreas de risco*[3].

Sobre essa relação, o "*Relatório Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco - O que uma coisa tem a ver com a outra",* elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, levantou uma discussão sobre a vulnerabilidade socioambiental referente às ocupações urbanas nessas áreas e suas consequências, também na esfera econômica, por meio de uma análise da relação entre áreas de interesse ambiental e área de risco. Ressalta-se que tal análise foi realizada em decorrência das tragédias ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, por causa das chuvas torrenciais

Estes fatos reforçam a necessidade de reflexão sobre o tema urbano no arcabouço legal ambiental brasileiro.

### 2.1 OS INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES ÀS APPs

Antes de abordar a aplicabilidade da lei ambiental no meio urbano, serão revisados os principais dispositivos constitucionais e legais referentes à gestão das APPs bem como a ocupação dessas áreas no território brasileiro.

Visando garantir o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição Federal Brasileira, no art.225, atribuiu ao Poder Público e à coletividade o dever defender e preservar o meio ambiente.

Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público deverá, entre outras exigências:

*II - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer*

2 -Entre os mecanismos que viabilizam tais interesses estão, segundo MARICATO (2011: 80) as decisões sobre investimentos públicos e privados nas cidades brasileiras, frequentemente norteadas por uma lógica de aplicação de fundos públicos de subsídio a produção de novas localizações para a expansão desse mercado.

3 - A recente Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, a Lei federal 12608/2012, se propõe a fazer um enfrentamento integrando a questão urbano ambiental das ocupações em áreas de risco de desastres.

*utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. (art. 225, § 1º, III).*

O Novo Código Florestal Brasileiro, Lei Federal 12.651/12, que dispõe sobre a vegetação nativa, manteve a definição de APP apresentada na revogada Lei 4771/65:

*"II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas".* (art. 3º, II).

Neste sentido, além da função de preservar a vegetação e a biodiversidade, a Lei reconhece maior abrangência da função ambiental das APPs, voltada para proteger espaços de relevante importância para a conservação da qualidade ambiental como a estabilidade geológica, a proteção do solo e o bem-estar das populações humanas.

Promulgado em maio de 2012, o atual texto do Novo Código Brasileiro, foi criado para flexibilizar critérios de proteção e, no que tange às APPs de curso d'água em meio urbano, destacam-se duas importantes alterações: a primeira trata da referência sobre a qual eram estabelecidas as faixas de APPs, e a segunda diz respeito à autorização para intervir ou suprimir nessas faixas.

Sobre a mudança da delimitação das APPs ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, a Lei anterior estabelecia que a demarcação das faixas marginais deveria ser desde o seu nível mais alto, ou seja, a partir do limite do rio no período das cheias. Já no novo texto o cálculo é feito a partir da "borda da calha do leito regular" . Sob este critério, as áreas de inundação que estiverem fora dos limites estabelecidos a partir do leito regular do curso d'água não poderão ser considerada como APP.

A outra alteração refere-se ao regime de proteção das APPs: apesar de o atual CFB manter o princípio da intocabilidade nas áreas de APPs com exceção dos casos enquadrados na hipótese de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto, ao alterar as definições destas modalidades, ampliou a relação incluindo vários usos:

> *"VIII - utilidade pública: b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte,* ***sistema viário****,* ***inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios****, saneamento,* ***gestão de resíduos****, energia, telecomunicações, radiodifusão,* ***instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais****, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;*
>
> *(...)*
>
> *IX - interesse social: c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em* ***áreas urbanas e rurais consolidadas****, observadas as condições estabelecidas nesta Lei; d)* ***a regularização fundiária de assentamentos humanos*** *ocupados* ***predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas****, observadas as condições estabelecidas na Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009".* (art. 3º, VIII e IX, negrito nosso)

Seja pelo possível intuito de driblar algumas implicações político-econômicas pertinentes as APPs fluviais urbanas, como reafirmar o modelo de implantação das avenidas de fundo de vale e construção de estádios em terrenos de menor valor imobiliário (tendo em vista "resolver o problema" da falta de infra-estrutura para a COPA/2014 e Olimpíadas/2016), ou pela flexibilização da proteção ambiental em áreas "urbanas consolidadas" - que permite, por exemplo, a implantação de ruas de loteamento, aterros sanitários e locais para reciclagem de resíduos sólidos, quadras esportivas, bem como a regularização fundiária de assentamentos humanos - o novo texto do CFB revela vários conflitos típicos da tensão urbano-ambiental sobre essas áreas.

Para contextualizar a aplicabilidade da Lei ambiental no meio urbano, cabe um breve histórico da legislação florestal:

## 2.2 O CÓDIGO FLORESTAL E AS CIDADES

Criado, em 1934, o Código Florestal traz, em sua essência, a finalidade de garantir a proteção das florestas e a apropriação adequada dos recursos naturais no território brasileiro, partindo do pressuposto de que essa proteção promoveria a qualidade de vida das populações humanas. Foi criada para regulamentar o uso da madeira, que era um elemento importante para a economia do País naquela época e, para estabelecer parâmetros claros e objetivos para uso e ocupação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Trinta anos após sua criação, o Novo Código Florestal brasileiro foi sancionado, aperfeiçoando alguns dos instrumentos[4], porém, manteve os objetivos e pressupostos originais, ou seja, a orientação para a gestão das APPs se embasou no principio das "áreas intocadas", advinda da ideologia preservacionista estadunidense de preservação dos espaços naturais vazios excluindo a presença humana.

A perpetuação deste princípio se consolidou no argumento advindo do Ministério da Agricultura sobre a importância das florestas[5]. Naquele contexto, o então ministro. Armando Monteiro Filho[6] expôs apreciação do anteprojeto de Lei que daria origem ao CFB da seguinte maneira:

> *"Há um clamor nacional contra o descaso em que se encontra o problema florestal no Brasil, gerando calamidades cada vez mais graves e mais nocivas à economia do País.*
>
> *(...)*
>
> *Urge, pois, a elaboração de uma lei objetiva, fácil de ser entendida e mais fácil ainda de ser aplicada, capaz de mobilizar a opinião pública nacional para encarar corretamente o tratamento da floresta. Tendo em conta este quadro, surgiu a compreensão da necessidade de atualizar-se e de dar, ao Código Florestal, as características de lei adequada exigida por panorama tão dramático.*
>
> *(...)*
>
> *Assim como certas matas seguram pedras que ameaçam rolar, outras protegem fontes que poderiam secar, outras conservam o calado de um rio que poderia deixar de ser navegável etc. São restrições impostas pela própria natureza ao uso da terra, ditadas pelo bem-estar social. Raciocinando deste modo os legisladores florestais do mundo inteiro vêm limitando o uso da terra, sem cogitar de qualquer desapropriação para impor essas restrições ao uso".*

Mesmo em um cenário predominantemente rural, percebe-se que já estava estabelecida a correlação de forças, pois a manifestação do Ministério da Agricultura consistia em uma reação contra os avanços indiscriminados sobre as matas, o que segundo o entendimento do setor, resultava em impacto direto na agricultura. Entretanto, até aquele momento, o contexto não justificava a abordagem do tema no

4 - As principais alterações trazidas na Lei Federal 4771/65: determinando a preservação de 50% da vegetação de cada propriedade na Amazônia e 20% nas demais regiões do país. Os proprietários que eventualmente já tivessem derrubado além dessa porcentagem teriam de se responsabilizar pela recomposição da área; definindo a obrigação de manter as APPs nas áreas rurais e urbanas.

5 - Ministério da Agricultura: cabe destacar, que foi o Ministério da Agricultura quem reivindicou a criação do CFB, em 1934, bem como sua reformulação, promulgada em 1965.

6 - Texto do folheto "Projeto de Lei Florestal", editado na SÉRIE DOCUMENTÁRIA n. 23, publicada pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, em 1962.

meio urbano.

Entretanto, na década de 1980, a discussão sobre a aplicação do CFB no meio urbano se concretizou através de duas alterações na norma:

- AMPLIAÇÃO DAS FAIXAS DE APPs, ocorrida em 1986. A respeito dos limites das faixas de APPs, estabelecidos pela Lei 4771/65 e as faixas não edificáveis da Lei Federal 6766/79, COELHO JUNIOR (2010) defende tratar de aparente conflito na qual a primeira define uma faixa de 30 (trinta) metros de largura ao longo de curso d'água de até 10 (dez) metros, enquanto a última define faixa de 15 metros localizados em terrenos objeto de parcelamento nada pode ser construído. Assim, de 1979 a 1986, a faixa não edificável de 15 metros da Lei de Parcelamento de Solo Urbano prevaleceu sobre a faixa marginal de 5 metros do Código Florestal em loteamentos urbanos. De 1986 em diante, com as alterações promovidas pela Lei 7.511/86 (que alterou a 4771/65), a faixa marginal ampliada para 30 metros sobrepôs a faixa não edificável da legislação urbanística.

Fato curioso sobre a motivação da proposta de ampliação das faixas foi a relação estabelecida com as áreas de risco. Apresentada ao Congresso Nacional por um empresário do setor madeireiro, o Deputado Artenir Werner, *"natural de uma das cidades do Vale do Itajaí em Santa Catarina, atingidas pelas grandes enchentes de 1983 e 1984. Naquela época levantamentos realizados na região mostraram que as pessoas e infraestruturas mais atingidas pelas cheias e deslizamentos de terra foram aquelas que ocupavam as áreas muito próximas aos rios, riachos e encostas com grande declividade. Cálculos da época apontaram que os prejuízos econômicos e perda de vidas humanas teriam sido significativamente menores se as faixas de APPs fossem maiores. Tais argumentos, entre outros, sensibilizaram o Congresso Nacional (numa época que não havia ainda comissões de meio ambiente), a ponto de a Comissão de Agricultura ter aprovado por unanimidade a ampliação da faixa de 5 para 30 metros, da APP nos rios com largura inferior a 10 metros, assim como a ampliação de outros parâmetros"* (MMA, 2011:10).

- REGULAÇÃO DA APLICABILIDADE DO CBF NAS ÁREAS URBANAS, incluída pela Lei Federal 7.803 de 18 de agosto de 1989:

  *"Parágrafo único: No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, em todo o território abrangido, obervar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo".*

Se por um lado, as tragédias puderam sensibilizar tomadas de decisões em favor da integridade do suporte físico, como foi o caso da ampliação das faixas, a alteração de 1989 resultou em significativo movimento para impedir a aplicabilidade do CFB no meio urbano. Naquele momento, estruturou-se uma interpretação, oposta à intenção protetiva da Lei nas áreas urbanas, onde seria observado somente o disposto nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação de Solo. Um exemplo de investida contra a aplicabilidade do CFB em zona urbana aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 10.931/04 que continha um artigo com a seguinte redação: *"na produção imobiliária, seja por incorporação ou parcelamento de solo, em áreas urbanas e de expansão urbana, não se aplicam os dispositivos da Lei 4771/65."* Tal dispositivo foi vetado pelo Presidente da República por violar o art. 225 da Constituição Federal, uma vez que a extinção das APPs no meio urbano agravaria ainda mais as tragédias das chuvas e diminuiria a qualidade de vida (COELHO JUNIOR, 2010).

Em 2001, a MP 2166-67 alterou o artigo 4º, da Lei Federal 4771/65, inserindo um parágrafo que extinguiu esta divergência de interpretações - do ponto de vista jurídico - esclarecendo a aplicabilidade do CFB na área urbana:

*"§2º A supressão de vegetação em área de preservação permanente* ***situada em área urbana,*** *dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico"* (grifo nosso).

Em 2002, o CONAMA estabeleceu duas resoluções para as APPs, a Resolução CONAMA 303/02 que dispõe sobre parâmetros, definições e limites das áreas de preservação permanente, além de estabelecer, com base no art. 3º, o mesmo regime de proteção a outras áreas relevantes sob o ponto de vista ecológico, como os manguezais, as dunas e os locais de refúgio ou reprodução de aves migratórias e animais em extinção; e a Resolução CONAMA 302/02, como regulamentação complementar, dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

Reforçando o entendimento da aplicação do CFB nas cidades, o CONAMA aprovou a Resolução 369/06 que se configurou como marco legal na gestão das APPs urbanas, tendo em vista disciplinar os casos excepcionais de intervenção ou supressão de vegetação nas APPs em três situações: utilidade pública, interesse social e baixo impacto.

Para melhor elucidar o uso do dos termos *utilidade pública* e *interesse social,* COELHO JUNIOR (2010:16) coloca: *"Por utilidade pública deve-se entender aqueles casos em que a supressão da APP atende o interesse de toda a coletividade (...). Já por interesse social deve-se entender aqueles casos em que a supressão da APP atende imediatamente aos anseios de um grupo determinado, mas mediatamente ao anseio de toda a sociedade pela melhoria das condições de vida da população".*

Ainda que comprovada a excepcionalidade, seja por utilidade pública ou interesse social, a norma estabelece que a intervenção ou supressão em APP só será autorizada se comprovada a inexistência de alternativas técnica e locacional, bem como ausência de risco de enchentes, erosão ou deslizamentos (art. 3º).

Quanto à autorização para a intervenção, só poderá ser concedida no âmbito local, se o município tiver conselho ambiental deliberativo e plano diretor, ou com a anuência do órgão estadual competente, para municípios menores (menos de 20 mil habitantes). A mesma Resolução estabelece regras para regularização fundiária sustentável em área urbana, aplicada para ocupação, com as seguintes características: ser de baixa renda e situar-se em áreas declaradas pelo município como ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social); ter implantado, no mínimo, três itens de infraestrutura urbana como: malha viária, captação de águas pluviais, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, rede de abastecimento de água, rede de distribuição de energia; apresentar densidade demográfica superior a 50 habitantes por hectare e; caracterizar-se como ocupação consolidada até 10 de julho de 2001, data da promulgação do Estatuto da Cidade. Além dessas restrições, a regularização só é valida exclusivamente para APP em margens de rios, lagos e lagoas, topo de morro e restingas (art. 9º, inciso IV).

Para a implantação da regularização fundiária, a Resolução 369/06 condiciona o município a apresentar um Plano de Regularização Fundiária Sustentável que apresente características da área como as fragilidades e riscos ambientais, a localização de mananciais próximos, medidas de recuperação, bem como a comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbanoambiental. Ressalta-se aqui, que o referido plano deve ser elaborado com a participação popular e prever mecanismos de monitoramento ambiental.

Esse instrumento, assim como o CFB tem sido alvo de críticas, pois se, por um lado, há um grupo que defende que a flexibilização da intangibilidade, trazida na Resolução, atende à diretriz de proteção estabelecida pelo CFB, por outro lado, há quem argumente que os muitos requisitos exigidos refletem uma intenção unilateral do órgão

ambiental que privilegia o direito ao meio ambiente em detrimento do direito a moradia (COELHO JUNIOR, 2010:17).

Apesar das criticas, há uma corrente que afirma que a resolução CONAMA 369/06 considera a necessidade de um tratamento diferenciado em função da renda, bem como a garantia do direito à moradia e a gestão democrática da cidade, conforme diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal e com o Estatuto da Cidade. "*Os requisitos exigidos pela Resolução nº 369/2006 do CONAMA estão em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, na medida em que levam em consideração a necessidade de tratamento diferenciado em função da renda dos habitantes, a garantia do direito à moradia e a gestão democrática da cidade."* (SAULE JUNIOR, Nelson, *et al. Op. Cit.*, p. 3.768 *apud* COELHO JUNIOR, 2010: 18).

Em 2009, com o advento da Lei Federal 11.977/09 que instituiu o "Programa Habitacional Minha casa Minha Vida", a questão levantada sobre a inconstitucionalidade da Resolução CONAMA 369/06 foi resolvida, uma vez que, no âmbito nacional da política urbana, esta legislação estabeleceu o objetivo da regularização fundiária acomodando questões relacionadas à propriedade, moradia e meio ambiente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade.

Comparada à Resolução CONAMA 369/06, a Lei 11.977/09 é entendida como mais flexível quanto às restrições para a regularização fundiária, porque dá ao município a possibilidade de regularização em áreas com pré-existência até 31 de dezembro de 2007 e em qualquer tipo de APP, porém, a proteção ambiental fica garantida na condição de haver comprovação técnica de melhoria ambiental em relação a situação anterior.

*"O Município poderá, por decisão motivada, admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em área urbana consolidada, desde que estudo técnico comprove que esta intervenção implica a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior" (art. 54, § 1º).*

O argumento geralmente utilizado para justificar tal flexibilização é o clássico exemplo de que melhor do que ter uma ocupação assentada nas margens de um córrego totalmente poluído por esgoto e lixo é a urbanização da favela com saneamento básico e controle de inundações, mesmo que as moradias continuem às margens desse córrego.

Apesar da polêmica suscitada, fica claro um significativo esforço em busca de solução que atente para a justiça social ao mesmo tempo em que se assegure a integridade da base física em áreas de interesse ambiental. A esse respeito, Travassos (2010:21) afirma que, na década de 2000, começaram a ser formuladas e praticadas novas políticas públicas que tratam da relação: rio, várzea e áreas urbanizadas, a partir de conceitos que ampliaram o escopo de intervenção nessas áreas. Tanto a Resolução 369/06 como a Lei 11.977/09 apontam que a avaliação ambiental deve ocorrer de modo integrado ao planejamento urbano, o que significa algum avanço em relação a visão tradicional segmentada que acirra o descompasso entre os setores ambientais e de moradia no meio urbano.

Considerando esta busca, a Lei 12.651/12, procurou acolher a questão da regularização fundiária nas áreas consolidadas em APPs em seu art. 64, porém é evidente que um longo caminho ainda deve ser percorrido para compatibilização das necessidades que se sobrepõem

ao tema, mantendo os princípios da preservação ambiental[7].

### 2.3 UM POSICIONAMENTO NO CAMPO DO URBANISMO MANIFESTADO NO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL

Apesar da promulgação da Lei 12.651/12, a discussão sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro encontra-se em curso. Neste contexto, para contribuir com a discussão sobre a aplicabilidade da norma no meio urbano, serão apresentados destaques de uma palestra ministrada pela Prof.ª Dr.ª Ermínia Maricato no Seminário Nacional sobre o Código Florestal, ocorrido em 2011, no SENAC/Consolação, São Paulo - SP.

Naquele encontro, vários segmentos da Sociedade ligados ao assunto e contrários à proposta do substutivo elaborado pela Câmara, puderam expor suas razões e percepções.

Entre os argumentos apresentados, será dado destaque ao esvaziado debate sobre a aplicação do Código Florestal na cidade; neste ponto, apesar de reconhecer a histórica dificuldade de diálogo entre um grupo representado por urbanistas voltados às questões de justiça social e o movimento ambientalista, ambos os grupos concordaram que o contexto de revisão do CFB significou um ataque à democracia brasileira, uma vez que todo o processo preteriu a contribuição técnica, reduzindo-o exclusivamente a discussão política, em uma lógica estabelecida pelo jogo de força de alguns grupos representantes de uma pequena parcela da sociedade. Mas, em meio à crise estabelecida, MARICATO apontou um ponto positivo a respeito do tema no meio urbano: *"Pode-se dizer que, pela primeira vez, se vê uma proposta de diálogo aberto e sem preconceitos entre ambos os grupos ligados pelo viés progressista, pois, apesar da insuficiência da aplicação do atual CFB para o meio urbano, os urbanistas preferiram recuar entendendo que a proposta defendida pelos ruralistas seria ainda pior do que o texto vigente. A discussão que se põe é sobre a necessidade de uma discussão mais ampla que contemple reforma agrária e reforma urbana a partir de uma agenda ambiental"*. Neste sentido, MARICATO defendeu a *"unidade"* como potencial enfrentamento da sociedade por uma política de sustentabilidade.

MARICATO destacou o debate do novo texto como deficiente porque tratou do assunto de forma fracionada, sendo que, para que se atinja uma proposta mais condizente com a necessidade presente e futura do País, é preciso que se faça uma abordagem que integre os múltiplos interesses (agrário, urbano, socioambiental). Outro equívoco da visão fragmentada que guiou o processo de revisão do texto do CFB foi o demasiado esvaziamento da questão urbana por causa do maior apelo do tema agrário, mas tal dicotomia não deve ser tratada de modo separado, uma vez que urbano e campo têm interdependência. Neste sentido, MARICATO afirmou que a dificuldade para se discutir a aplicabilidade do CFB nas cidades seria o reflexo da negligência para com o trato da reforma urbana na Agenda Nacional da última década, que apesar dos vários avanços relacionado à distribuição de renda e até mesmo de inclusão da questão ambiental. Conforme MARICATO, "a *questão urbana não foi acolhida na agenda. Extinguiram-se as comissões no Congresso Nacional e nas Câmaras Municipais que discutiam a reforma urbana na década de 90".*

Porém, recomendou a necessidade de considerar a especificidade

7 - Cabe aqui apresentar o contexto da correlação de forças estabelecidas em torno da ocupação das APPs no processo de elaboração da Lei 12.651/12: A tramitação no Congresso para a revisão do CFB, iniciada em 2009, partiu da iniciativa da bancada ruralista visando a flexibilização da Lei Florestal. Entre as mudanças, aprovadas pela Câmara dos Deputados, estavam a *diminuição das faixas de APPs* e a *redução da necessidade de sua recomposição*. Quando aprovado, foi enviado para o Senado que tinha como proposta tornar o texto mais equilibrado, no sentido de manter a preservação ambiental sem prejuízo aos produtores rurais. O texto retornou para a Câmara, com o objetivo de encaminhamentos para uma versão final, na expectativa de não houvessem retrocessos do ponto de vista da preservação ambiental e nem anistias, porém algumas medidas que haviam sido alteradas pelo Senado, tornaram a ser incluídas - por exemplo, deixar sob a responsabilidade dos Estados a definição de quais APPs deveriam ser recompostas - ao contrário do que o Executivo esperava. Por esse e outros motivos, quando no momento de sanção da Lei, a Presidenta Dilma optou pelo veto parcial.

das APPs no meio urbano, sobre as quais se relaciona as seguintes questões:

- Mais de 50% da população mundial vive em cidades;
- 84,4% da população brasileira vivem na cidade, ou seja, 160,9 milhões de pessoas, sendo que a região sudeste do país é a mais urbanizada, com 92,7% de população urbana;
- Os países mais desenvolvidos têm mais população urbana;
- O crescimento populacional ocorre mais rapidamente nos países menos desenvolvidos.

Neste contexto destacou que os impactos ambientais na área urbana são mais intensos em áreas de maior aglomeração e são promovidos por alguns fatores, sobre os quais MARICATO se referiu como *"a falta de controle sobre o uso e ocupação do solo, a ocupação desordenada da terra, a especulação fundiária e imobiliária sem regulação e sem controle, a segregação urbana com o crescimento exponencial de favelas, os desastres decorrentes de ocupação de áreas de alta declividade e, a impermeabilização de solo sem nenhum controle, que é a principal causa de enchentes. O motor disso tudo é a valorização imobiliária que é considerada progresso para alguns, é o mesmo mercado desregulado que expulsa a população pobre para as áreas de mananciais. São quase dois milhões na área de proteção dos mananciais do Alto Tietê".*

## 2.4 OS INSTRUMENTOS LEGAIS REFERENTES À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA

Em muitas situações, as APPs estão contidas no interior das Unidades de Conservação (UCs), como é o caso da APA Haras de São Bernardo, em cujo território se encontra três das dezessete nascentes da Sub-bacia do Córrego Taióca. Por este motivo, inclui-se nesta revisão, a Lei Federal 9985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

A referida Lei tem como proposta organizar a classificação e a nomenclatura das áreas protegidas, no âmbito nacional, a fim de que componham um mosaico, cumprindo os objetivos a elas estabelecidos, assim as Unidades de Conservação (UCs) são divididas em dois grupos: (i) Proteção Integral, aquelas voltadas para a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Esse grupo é composto por cinco categorias: as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques, os Monumentos Naturais e os Refúgios de Vida Silvestres. (ii) Uso Sustentável, aquelas onde é permitida a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Este grupo é composto por sete categorias: as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Nacionais (FN), as Reservas Extrativistas (RE), as Reservas de Fauna (RF), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA).

O artigo 15 do SNUC traz a seguinte definição para a APA: *"uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*".

A propriedade das Ucs pode ser pública ou privada. No caso de propriedade pública, como no caso da APA Haras de São Bernardo, as condições de pesquisa e visitação pública deve ser estabelecida pelo órgão público gestor da Unidade. A Unidade deve dispor de um "Conselho Gestor**"** presidido pelo órgão administrador e composto por representantes da sociedade civil bem como da população residente e, também deve dispor de "plano de manejo".

O SNUC estabelece um processo de avaliação a partir da implantação da UC, como o plano de manejo e conselho específico, tendo em vista

sua conservação, viabilizando a correção de seus principais problemas. Porém, a maioria destas áreas existe apenas por determinação legal, pois não foram realmente efetivadas, ocorrendo o efeito cunhado de "parques de papel". Este mecanismo tem sido bastante utilizado em locais antropizados e com alto nível de degradação, limitando sua aplicação a um tipo de disciplina de uso de solo, sem, entretanto, implantar a devida gestão do espaço, o que consequentemente resulta no descumprimento de suas finalidades básicas de proteger a diversidade biológica, assegurar a sustentabilidade de uso dos recursos naturais e regular o processo de ocupação.

Particularmente no caso das APAs, o efeito "parque de papel" se agrava ao observar-se os termos como "uma área, em geral extensa" ou "certo grau de ocupação" presentes no texto da Lei. Trata-se de colocações muito vagas e, por si só, apontam para um preocupante grau de imprecisão de sua proteção. Reforça-se aqui, o argumento referente à fragilidade legal sobre as áreas protegidas que demanda a necessidade de uma estruturação institucional mais elaborada, envolvendo não apenas a atuação do Estado, mas também da sociedade civil com melhor participação e maior controle dos tais planos de manejos.

## 2.5 AS LEIS MUNICIPAIS REFERENTES ÀS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

No âmbito municipal, dois dispositivos manifestam-se sobre as APPs: a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André - Lei Municipal 7733/98 e, o Plano Diretor de Santo André - Lei Municipal 9394/2012.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

A Lei Municipal 7733/98 instituiu a Política de Gestão e Saneamento Ambiental de Santo André e trata das Áreas de Interesse Ambiental no seu capítulo IV, que se divide em três seções: I - Unidades de Conservação, II - Vegetação urbana e, III- Fundos de Vale e Áreas de Preservação Permanente.

O art. 57 considera como área de interesse ambiental *"... os fundos de vale e as demais Áreas de Preservação Permanentes definidas no código florestal, particularmente aqueles sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade e prejuízos ambientais, através de uso inadequado".*

O art. 58 define a competência do Poder Público municipal e estabelece diretrizes sobre a gestão dessas áreas:

*"É competência do SEMASA, em conjunto com a Prefeitura, observando as demais legislações incidentes sobre o assunto:*

*I - examinar e propor o uso mais adequado para os fundos de vale, priorizando a recomposição das matas ciliares, a drenagem, a preservação de áreas críticas e a implantação de áreas de recreação; (...)*

*III - garantir a proteção da faixa de preservação permanente; (...)*

*V - incentivar a recuperação dos fundos de vale e outras áreas de preservação permanente".*

Finalmente, o art. 59 atrela ao plano de drenagem o dever de considerar soluções alternativas respeitando as diretrizes estabelecidas:

*"Art. 59. O Plano de Drenagem deverá prever a adoção de mecanismos de diminuição dos picos de cheias em locais de contribuição acentuada de águas pluviais nas várzeas dos rios e córregos e soluções alternativas respeitando o Artigo 58".*

- PLANO DIRETOR DE SANTO ANDRÉ

A gestão das APPs no município de Santo André é tratada no capítulo do Saneamento Ambiental Integrado, no Plano Diretor de Santo André, Lei municipal 9394/12. Sobre as diretrizes estabelecidas no art. 12 as APPs são abordadas, de modo indireto, nos serviços de *drenagem* tratados nos incisos IV e VII, para evitar alagamentos ou promover a segurança e conforto aos seus habitantes; nas *áreas de risco*, que geralmente se coincidem com as APPs, tratados no inciso XIII; assim como na paisagem e os elementos naturais, conforme inciso XIV.

Entretanto, os incisos X, XII e XIII tratam as APPs de forma direta, onde estabelece a necessidade de garantir sua preservação, recuperação e proteção.

Ao revisar a Lei 8.696/04, o vigente Plano Diretor estabeleceu para o PLAGESAN a elaboração de diagnóstico das APPs, art. 16, tendo em vista seu tratamento:

> *"Parágrafo único: O Plano de Gestão e Saneamento Ambiental - PLAGESAN também deverá conter o levantamento das Áreas de Preservação Permanente do Município, seu estado e sua devida destinação, definindo os procedimentos a serem adotados para o tratamento das mesmas".*

Relacionada à vegetação urbana, o inciso XII estabelece outra diretriz sobre as áreas de interesse ambiental, das quais as APPs é categoria:*"XII - promover o manejo da vegetação urbana de forma a garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural".*

Em resposta a esta diretriz, o Plano diretor estabelece a regulamentação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e Lazer, artigo 16, e faz menção ao tratamento paisagístico como forma a garantir multifuncionalidade às unidades deste sistema.

## 2.6 APLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL SOBRE AS ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL DO CÓRREGO TAIÓCA E SEUS DISTINTOS REFLEXOS NA PAISAGEM:

A análise a seguir trata de dois objetos presentes na Sub-bacia do Córrego Taióca, dando destaque à aplicação da regulação ambiental e como esta interferiu nos resultados. O primeiro é a APA Haras São Bernardo, cujas potencialidades foram abordadas no capítulo anterior e, o segundo são as APPs do Córrego Taióca.

### 2.6. 1. A PROTEÇÃO DO HARAS SÃO BERNARDO

A APA Haras São Bernardo é uma Unidade de Conservação Estadual, assim definida, desde o final da década de 1980, como fruto das lutas sociais que pleitearam sua proteção em reação ao risco da ocupação da área por uso habitacional. Como mencionado, a proteção legal, expresso pelo SNUC, estabelece a elaboração de um plano de manejo, bem como

Foto Aérea do antigo Haras, 1958. Fonte: Geoportal

Foto aérea do antigo Haras, 2010. Fonte: Google Earth

Figura 16 - Processo de regeneração florestal no Haras São Bernardo

a instituição de conselho gestor para tais áreas. Neste sentido, há mais de 20 anos, a área permanece fechada para o uso público, enquanto espera por definições da gestão pública[8]. Por outro lado, o mecanismo de congelamento da área parece ter desencadeado um processo de regeneração florestal, conforme mostra a figura 16.

8 - Em 2009, o poder executivo municipal retomou as discussões acerca da gestão do Parque, onde expressou, por meio da assinatura de um Protocolo de Intenções, o desejo de assumir a responsabilidade compartilhada de gestão do Parque junto à SMA. Apesar da assinatura do Protocolo de Intenções, o convênio não foi firmado, até o momento.

Ao contrário do que geralmente ocorre no processo de urbanização, principalmente na região do Grande ABC, a área que na década de 1950 apresentava um aspecto empobrecido de pastagens, atualmente, consiste em um fragmento de grande relevância florestal no meio urbano.

Mas apesar do produto positivo, do ponto de vista ambiental, as mesmas imagens evidenciam o espraiamento das ocupações irregulares, mostrando que o "enquadramento legal protetivo" não conseguiu evitar seu processo de degradação ambiental por muito tempo. Ademais, sem ter uma gestão que, minimamente, aplicasse as exigências de manutenção do lugar, o Haras São Bernardo não conseguiu sobreviver livre de sérios riscos de depredação ambiental e, sobretudo, social e cultural.

**2.6. 2. A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL" DA SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA:**

Em 2003, firmou-se, um convênio entre o SEMASA (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) e a SMA (Secretaria Estadual

Foto 8 - Destaque a área central da faixa de APP e a área livre do núcleo antes do início das obras de intervenções. Fonte: DENALD, R. 2012.

Foto 9 - destaca a área atualmente ocupada pelos prédios construídos. Fonte: DENALD, R. 2012.

Figura 17- Vista aérea do assentamento do Jardim Cristiane.

Foto 10 - Primeiro trecho da canalização aberta do Córrego Taióca, final da área do parque linear, após a canalização. Fonte SEMASA & FAU USP, 2010.

Foto 11 - Segundo trecho do Córrego Taióca, referente ao final da área do parque linear, antes da canalização. Fonte: SEMASA, 2007

Foto 12 - Segundo trecho da canalização aberta do Córrego Taióca, final da área do parque linear, após a canalização. Fonte: Albuquerque, 2010

Foto 13 - Terceiro trecho do Córrego Taióca, antes da canalização (à margem direita a APA Haras São Bernardo). Fonte: SEMASA, 2010.

Foto 14 - Terceiro trecho do Córrego Taióca já canalizado  fechado. Fonte: Albuquerque, 2010.

de Meio Ambiente), definindo que a realização dos procedimentos de licenciamento e fiscalização ambiental de empreendimentos de impacto local passaria a ser de competência do SEMASA, conforme Lei Municipal 8499/03.

Apesar de não mencionar, especificamente, o reconhecimento da intervenção de APP em meio urbano como impacto local[9], o plano elaborado para o licenciamento ambiental denominado "Recuperação Ambiental do Córrego Taióca" passou a ser analisado pelo Município, embasado no Decreto Municipal 15091/04, que estabelece que empreendimentos referentes à canalização de córrego com extensão menor que 5 km e conjuntos habitacionais que ocupem área inferior a 10.000 m² ou/e com movimentação de terra acima de 3.000 m² podem ser licenciados pelo Município. Neste plano, constava a urbanização do núcleo Jardim Cristiane[10], mas era a obra de canalização do Córrego Taióca o objeto central da análise.

As licenças ambientais foram expedidas pelo SEMASA, em 2006, condicionando a intervenção em APP à anuência do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN). Para atender a resolução CONAMA 369/06, a equipe técnica da Prefeitura encaminhou, em 2007, o processo de licenciamento ambiental com o Plano de Regularização Fundiária Sustentável do Núcleo Jardim Cristiane para aprovação do DEPRN. No mesmo ano, o processo foi desmembrado em dois objetos, um sobre a urbanização e outro sobre as obras de canalização e do coletor tronco de esgoto.

Com a decisão de não aguardar a conclusão do processo de licenciamento, o Município iniciou a construção de dois edifícios, destinados a abrigar 40 famílias removidas da área de risco, finalizando-os em 2008. Em 2009, o DEPRN manifestou indeferimento ao projeto de urbanização e desautorizou a regularização dos edifícios construídos. Até a presente data, não foi concluído o processo de regularização do núcleo. Por outro lado, ainda que licenciadas desde 2006, as obras de canalização e do coletor tronco de esgoto estão em andamento, sob o argumento de que os recursos federais não podem ser repassados ao município pela falta de licença ambiental da urbanização (DENALD, 2012).

> *"... falamos com os superiores e eles explicaram que os entulhos precisavam permanecer lá, porque se retirassem esses entulhos a comunidade voltaria a ocupar com barracos. Eu disse que não poderia corroborar com isso, porque se houver uma parceria efetiva entre comunidade e Poder Público o lugar poderia ser um 'espaço de lazer' ao invés de ser 'espaço de lixo'."*
>
> *Depoimento do Sr. Valdir Reis, conselheiro da EMEIF Yvonne Zahir, sobre os questionamentos da população sobre os resultados na área do Jardim Cristiane – na oficina "Retomada das Ações".*

Porém, os entraves burocráticos que permeiam os conflitos entre a regularização fundiária e licenciamento ambiental não justificam plenamente os resultados negativos que marcaram a paisagem do Córrego Taióca, conforme mostram as figuras 26 e 27. A questão pode até ser acirrada pelas contradições das leis urbanoambientais, que ainda não dão respostas à devida aplicação no meio urbano; porém, esta paisagem reflete a deficiência de projeto norteado pela visão sanitarista, reforçada por uma sequência de intervenções desconexas,

9 - Intervenção de APP em meio urbano como impacto local: Posteriormente, em 2009, por meio do Programa Estadual de Descentralização da Gestão Ambiental, deliberado pelo CONSEMA, a *"intervenção de APP em área urbana nos casos permitidos pela legislação, quando a área se apresentar sem vegetação, árvores isoladas ou com vegetação em estágio pioneiro de regeneração" bem como "canalização de córregos quando não ultrapassarem ao limite municipal"* (SÃO PAULO, 2012 apud DENALD, 2012:18).

10 - Núcleo Jardim Cristiane: conforme informações disponibilizadas no Sumario de Dados de Santo André, o assentamento iniciou em 1971 às margens do córrego Taióca, e em 2005, possuía 853 domicílios em uma área de 5,43 ha. O diagnóstico físico de 2006 definiu a área como 'consolidável com remoção' e a situação fundiária como não regularizada. (SANTO ANDRÉ – d, 2007:115)

baseada na ausência de diálogo entre os setores de moradia e gestão ambiental.

São justamente estes quesitos que a lei não consegue contribuir, pois seu papel se limita a frear o que é discrepante.

A lei ambiental pode até frear uma determinada situação de degradação, como no caso do Haras São Bernardo, mas sua atuação é limitada no tempo e espaço, quanto à proteção. Neste sentido, é imprescindível a conjunção com outros instrumentos, como o planejamento urbano ambiental, projeto e tecnologias que fortaleçam sua gestão.

Entretanto, não se quer deixar de atribuir a merecida importância ao mecanismo legal no panorama colocado; neste sentido, Boucinhas (2011) se coloca: *"a lei ajuda a abrir trincas e fendas no que está posto, para podermos entrar, cutucar e abrir espaços".* De outra forma, reconhecer o limite da lei não diminui sua importância, mas é preciso entender sua relação na correlação de forças na cidade, como condicionante para que o discurso se concretize na prática. Conforme Boucinhas (2011), *"elas (as leis) existem, mas como fazê-las sair do papel? É a tal correlação de forças que produz a cidade, que faz a lei sair do papel ou virar 'letra morta'; e as leis devem ser regulamentadas, para ter operacionalidade; isso tem sido um processo onde é o poder que define o que sai e o que não sai do papel, influenciado pela tal correlação de forças na qual podem dialogar, influenciar, se digladiar o poder público e todas as instâncias da sociedade – movimentos sociais (ambientalistas, sem teto, sem terra, etc.), mercado imobiliário e universidade (com papel importante na democratização do conhecimento). É claro que de acordo com cada conjuntura, um tem mais poder do que o outro".*

Mais que articular tais instrumentos à adequada gestão das APPs, deve abrir-se para incluir uma mais ampla gama de instâncias e atores sociais envolvidos na questão se realmente quiser enfrentar o complexo tema da ocupação das APPs no meio urbano. Neste sentido, o próximo capítulo tratará da atuação compartilhada entre poder público e sociedade civil.

# CAPÍTULO 3

*"Acho que se os gestores públicos tivessem a intenção de fazer suas parcerias com as universidades, eles conseguiriam bons exemplos como o parque Pinheirinho d'Água, que foi uma parceria entre sociedade civil, poder público e universidade e, vários outros exemplos, como os de Santo André, com o projeto GEPAM (...). Esses processos são muito ricos, pois se tem que inventar formas de procurar as parcerias possíveis e necessárias e, ampliá-las cada vez mais para que seja mais efetiva a busca de brechas, de trincas, de aberturas. Para poder avançar nessa sociedade é preciso a cada momento inventar, sonhar, ousar."*

Boucinhas, 2011.

# 3. CONSTRUÇÃO COLETIVA DA PAISAGEM:
## O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL – AMADURECENDO A PARCERIA

A Paisagem é resultante de uma construção social para a qual contribuem atores diversos do Estado e sociedade civil, em uma correlação de forças historicamente desigual e, quase sempre, em prol de interesses privados. Nesse contexto, quanto mais amplos forem os canais e as oportunidades de participação da sociedade civil no processo de construção dessa paisagem - considerando todos os conflitos e contradições - mais terá condições de fazer frente aos anseios e necessidades populares.

Atualmente, as definições atribuídas à expressão 'sociedade civil' geram bastante polêmica. Para melhor esclarecer, a definição, aqui empregada, recorrerá ao proposto por Jean Coeh e Andrew Arato (1992), *"autores que libertam o conceito da visão liberal - e da definição entre sociedade e Mercado - e o diferenciam de outras visões contemporâneas - comunitarista, foucaultiana - que repelem qualquer caráter de institucionalidade que se possa atribuir à sociedade civil"* (Jean Coeh e Andrew Arato, 1992 apud TEIXEIRA, 2002:19).

Na América Latina, incluindo o Brasil, a participação da sociedade em processos democráticos se configurou como reação em forma de resistência aos vários regimes autoritários do Estado, porém, o projeto de democratização brasileiro se diferencia dos demais por ter sido, desde o período da resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil: *"ao contrário de outros países do continente, esse projeto, gestado no interior de uma sociedade civil bastante consolidada, encontra suporte significativo em vários dos seus setores, tendo sido capaz de inspirar a criação de novas instituições que abrigassem seus princípios, tais como os Conselhos gestores, os Orçamentos Participativos etc."* (DAGNINO, 2004:99).

A evolução desse processo foi se constituindo desde as décadas de 1970 e 1980, quando a atuação dos movimentos sociais tinha um caráter totalmente reivindicativo - tais atuações significaram a base da construção de uma cultura participativa autônoma e até mesmo antagônica ao Estado - até que se transformou, gradativamente, no sentido mais propositivo, revelando-se nos anos 1990, como a aposta na atuação conjunta entre Sociedade Civil e Estado, traduzida pela criação de espaços públicos como os Conselhos Setoriais e Orçamento Participativo: *"os anos noventa no Brasil são caracterizados por uma*

*inflexão nas relações entre o Estado e os setores da sociedade civil comprometidos com o projeto participativo democratizante, onde os últimos substituem o confronto aberto da década anterior por uma aposta na possibilidade de uma atuação conjunta com o Estado."* (DAGNINO, 2004).

> *"Mas nós temos que cobrar dos nossos gestores que eles aproveitem as brechas de fato, e pensem em como criar alianças que avancem esse processo. (...) no passado se questionava muito o socialismo, enquanto modelo de uma estrutura nova de poder, muito mais democrática, muito mais eficiente, muito mais cabida, mais justa, que iria gerar mais oportunidades para todo mundo, etc (...) o que eu estou vendo é que nós avançamos em muitas coisas no Brasil depois da ditadura, mas ainda estamos sonhando em poder utilizar esses novos instrumentos, à partir da base da Constituição e da base do Estatuto da Cidade, para teimar em fazer modificações e avançar num processo mais democrático"."*
>
> Boucinhas, 2011.

O marco divisor dessa mudança de postura é atribuído à promulgação da Constituição Federal Brasileira[1] de 1988, a qual instituiu mecanismos de participação, fortalecendo a criação de espaços públicos e o crescente envolvimento da sociedade civil na discussão e tomada de decisão referente às questões do interesse público.

Esta inovação da relação entre sociedade civil e Estado e fortalecimento da participação se concretizou em uma série de conquistas ao longo desses 20 anos, dentre as quais MARICATO (2011:94) atribui à luta dos movimentos urbanos, destacando os seguintes resultados: *"alguns capítulos na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em 2000, a MP 2220 em 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003, as conferências nacionais das Cidades em 2003, 2005 e 2007, um Programa Nacional de Regularização Fundiária, inédito em nível federal em 2003, o Conselho Nacional das Cidades em 2004, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental em 2005, a Lei Federal dos Consórcios Públicos em 2005, a Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005, a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social em 2006, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, um PL (atualmente no Congresso) que visa instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o PAC da habitação e do saneamento, em 2007. Essa relação, extraordinária, mostra a força da organização e da unidade desse movimento. Boa parte dessas conquistas foi impulsionada pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho das Cidades a partir de 2003, mas é preciso lembrar que estas instituições foram, elas mesmas, conquistas sociais".*

Entretanto, vive-se um período que MARICATO (2011:96) sugere como término de um ciclo nos processos participativos, cuja inserção no cenário de mudanças globais, crise política e partidária no mundo, avanços e recuos do governo Lula e a recente história das lutas urbanas remeterá a sociedade civil à uma nova postura de participação.

É nessa expectativa que se apresenta esta pesquisa; mas antes, entende-se por oportuno, esclarecer o conceito adotado para "participação cidadã", suas principais formas de participação, bem como uma breve análise de seus limites, contradições e potencialidades.

### 3.1. LIMITES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO

Reconhecendo que o termo "participação popular" é polissêmico, será acolhido o termo "participação cidadã", conforme proposto por TEIXEIRA (2001:30): *"processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo*

1 - A Constituição Federal brasileira é conhecida como 'Constituição Cidadã, pois inclui mecanismos de democracia direta participativa. Entre eles, o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária entre Estado e Sociedade Civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres, etc. (DAGNINO, 2004:96)

*fortalecimento dessa sociedade civil mediante atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações"* para melhor delimitar o conceito utilizado. Neste sentido, o que o autor denomina como *"participação cidadã"* não se reduz à prestação de serviços à comunidade ou a uma organização isolada, da defesa de interesses específicos ou expressão de identidades. Seu processo pode conter os elementos citados, porém seus objetivos são mais amplos: *"embora essencialmente política, constituindo-se numa atividade pública e de interação com o Estado, distingue-se da atividade política 'stricto sensu', uma vez que se sustenta na sociedade civil e não se reduz aos mecanismos institucionais nem busca o exercício do poder"* (TEIXEIRA, 2002:31).

A respeito das formas de participação praticadas no Brasil, também é fato existir uma discussão teórica em torno de suas várias modalidades. Assim, nesta abordagem serão consideradas as duas principais adotadas por CARVALHO (1998:13): as 'experiências de cogestão', referente àquelas cujas práticas ocorrem por meio da cogestão entre Estado e Sociedade, dentre as quais se destacam as experiências dos Conselhos Gestores, Orçamento participativo, e Parceria entre Estado e Sociedade; e, 'participação não institucionalizada na gestão da sociedade', caracterizada por práticas cuja incidência sobre as políticas públicas ainda que relevante, não se dá através de canais institucionalizados. São ações que provocam mudanças na agenda pública, incluindo nelas novas questões pertinentes e relevantes como a Reforma Agrária, o combate à mortalidade infantil, a segurança pública e a segurança alimentar[2].

Além destas, CARVALHO (1998) menciona a *"participação no exercício do poder estatal"* como a presença de lideranças formadas fora da tradição político-partidária brasileira, nos parlamentos e governos municipais, a partir dos movimentos sociais democráticos. Porém, trata-se de uma forma de participação mais voltada para o Estado que as anteriores.

Destacando que tais práticas participativas não são excludentes, ao contrário, TEIXEIRA (2002) recomenda contar com outros formatos de participação além dos institucionais:

> *"os institucionais podem conferir-lhe um caráter de permanência e regularidade, mas contém o risco de envolver os agentes sociais na lógica própria do poder, na racionalidade técnico-burocrática. Daí a necessidade de outros, oriundos dos movimentos sociais, que possam garantir autonomia e potencializar a ação frente ao Estado, à sociedade política, ao mercado. Esses mecanismos, mais flexíveis e menos formais, têm sido criados, ao longo do tempo, pelos movimentos e organizações sociais".* (TEIXEIRA, 2002:29)

Da mesma forma, MARICATO (2011) reconhece o valor dos espaços institucionais, porém aponta para a importância de ampliar as conquistas por demandas sociais e complementa:

> "ao contrário do que pensam muitos intelectuais que veem ali um desprezível reformismo, as conquistas de reivindicações concretas imediatas são alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas. Mas é preciso entender o que é o Estado em sua complexidade, especialmente numa sociedade como a nossa, patrimonialista e desigual (...). Não se trata, portanto, de ignorar a luta por espaços institucionais por via eleitoral ou qualquer outra via, mas de dar a ela a devida dimensão no processo de construção de um outro mundo marcado por outras relações sociais". (MARICATO, 2011:93)

Como visto, ambos os autores apontam para a necessidade de mecanismos não institucionais como importante complemento para minimizar, inclusive, o risco de cooptação dos agentes sociais na lógica do poder. Por outro prisma, CARVALHO (1998) indica para uma

2 - Como participação não institucionalizada, a autora cita o Movimento dos Sem Terra, a Pastoral da Criança, os fóruns de iniciativa civil, como, por exemplo, o Fórum em Defesa da Vida e Contra a Violência, de Campo Limpo, na zona Sul de São Paulo, campanhas como a Ação da Cidadania.

tendência dos movimentos e participação social em migrar entre as duas formas como estratégia de adaptação aos distintos cenários políticos: *"quando o Estado é ditatorial, muito pouco permeável às demandas da sociedade, a tendência dos movimentos e da participação social é centrar-se neste tipo de ação autorreferida, às vezes até mesmo substitutiva da ação estatal. Mas em tempos mais democráticos, em que o Estado, os partidos, os espaços políticos instituídos, se tornam mais permeáveis à sociedade, a participação social concentra-se na busca de democratizar o Estado e as políticas públicas. Esta democratização tem retirado do Estado o monopólio da gestão da sociedade, que é assumida e partilhada cada vez mais por ela mesma".*

Porém, apesar dos esforços no avanço da democracia representados pela criação dos espaços formais de participação, os processos participativos têm obtido mais força no campo da retórica do que na prática, quando o assunto é a resistência contra a lógica capitalista. Tal dificuldade ocorre porque, segundo JACOBI (1999:32), os processos *"estão permeados pelos condicionantes da cultura política, tanto do Brasil como demais países da América Latina, marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, por padrões de relações clientelistas, meritocráticos e de interesses criados entre Sociedade e Estado".*

Na proposta de ação conjunta entre a Sociedade Civil e o Estado, tendo em vista efetivo compartilhamento de propósitos, levanta-se uma questão central sobre a relação entre dois projetos políticos antagônicos, chamada por DAGNINO (2004) de *"confluência perversa"*, onde um projeto participatório, construído a partir da ampliação da cidadania e da participação da Sociedade Civil, conflui para o projeto pautado na lógica neoliberal que exige a constituição de um Estado mínimo que se isenta gradativamente de seu papel de garantidor de direitos, reduzindo os fundos públicos e utilizando o argumento de transferência de responsabilidades para a sociedade civil que antes eram a ele vinculados: *"a coincidência na exigência de uma sociedade civil ativa e propositiva, que estes dois projetos antagônicos apresentam, é, de fato, emblemática de uma série de outras 'coincidências' no nível do discurso, referências comuns que, examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais. Assim, o que essa 'confluência perversa' determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa"* (DAGNINO, 2005:99).

Nesse contexto, a maioria dos movimentos sociais[3] e outros pontos que compõem o universo participativo se inserem em uma situação de vulnerável atuação sustentada no debate esvaziado das questões estruturais[4], que segundo MARICATO (2011:90), decorre da maneira como os movimentos investem suas energias buscando melhores condições de vida, por meio de uma abordagem dividida e fragmentada, tomando as partes como o todo dentro de limites de um horizonte restritos sem tratar do presente ou do futuro do capitalismo. Além dessa fragilidade, muitos movimentos incorrem no equívoco de negligenciar a ampliação e renovação de suas lideranças, valorizando demasiadamente a prática participativa por si só: *"os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido*

3 - Com exceção do MST, que é referencia pela priorização que dá a formação política do grupo, segundo MARICATO, "O MST é alimentado pela forte prioridade que é dada a formação política ou educação. A importância dada à informação, que contraria o que parece ser de senso comum, revela o lugar essencial ocupado pela comunicação."

4 - Para exemplificar o esvaziamento do debate de temas estruturais, MARICATO relata um pronunciamento de uma representante do Banco Mundial em uma mesa redonda denominada Poverty Alleviation and Participation, no World Urban Forum de 2006 , quando 'fervorosamente' favorável à participação democrática, reduzia à participação dos moradores na busca de soluções para aplicar de forma eficiente, e sem corrupção, os parcos recursos destinados a melhorar o local de moradia da comunidade, mas em nenhum momento houve espaço para debater *"a gigantesca transferência de recursos públicos para a esfera financeira por meio de pagamento de juros da dívida pública"*

*esquecidos. Nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso fosse um fim em si"* (MARICATO, 2011: 93).

Importante parte da crise citada pode ser superada[5] a partir da sólida construção da formação política dos atores sociais, onde o acesso ao conhecimento pode vir a ser o meio para ampliação do discernimento e fortalecimento da atuação da sociedade civil frente às adversidades que inibem o real compartilhamento de projetos entre Estado e Sociedade Civil.

Esta questão será abordada a partir da gestão das APPs urbanas, cujo tema traz em sua complexidade, a necessidade de atuação conjunta entre a sociedade civil e o Estado para o enfrentamento das tensões urbanoambientais, inseridas em sua essência e, por isso pode consistir em um interessante exercício de superação da "crise do discurso participativo" no meio urbano.

Considerando os prejuízos que decorrem da atuação social sob uma visão fragmentada do mundo, entende-se relevante refletir sobre a forma como tem acontecido a participação das pessoas em processos que dizem respeito ao seu cotidiano e que vão decidir suas vidas. É nesse ponto que até mesmo gestores bem intencionados e favoráveis ao projeto democrático acabam por contribuir para a consolidação do sistema do capital, quando reduzem o objetivo de luta das comunidades às necessidades básicas.

Quando a luta tem por foco exclusivo às premências e carências das classes de baixa renda, fica difícil para as pessoas submetidas à tamanha vulnerabilidade social perceber o papel das APPs, por exemplo, e sua contribuição para promoção da *"qualidade de vida"* na cidade, à qual elas devem ter acesso também. O que, muitas vezes, não se leva em consideração é que "despencar no córrego sujo" não é opção, mas a falta desta, o que é reflexo da ausência de políticas públicas capazes de fazer frente ao impasse de acomodar moradia e outras funções às custas da redução da biota, das áreas de várzea, dos serviços ambientais que elas desempenham, para não falar do "apagar a memória da paisagem", desconectando a cultura, as pessoas, de seu suporte de vida etc.

A respeito do desenho urbano que se pratica, muitas vezes sem reflexão sobre suas consequências para a cidade, Boucinhas (2011) argumenta:

> *"... no urbanismo que vai sendo feito nessa correlação de forças, está criando cidades que negam o espaço público, por exemplo, as APPs urbanas, que devem estar em espaço urbano e é interesse de todo mundo! Esse espaço público com seus rios, seus córregos, suas nascentes, sua vegetação, seja arbórea, seja arbustiva, seja de forração, seja qual for a vegetação (mais adequada no solo mais adequado, no uso mais adequado para aquele espaço), esse espaço deve ter usos adequados. As pessoas devem ser bem-vindas nesse espaço, recuperando a cidade como lugar da urbanidade, do encontro das pessoas, da diversidade, do conhecimento, das atividades mais significativas de arte de participação, de postura política, de passeatas, de comemorações, de celebrações à vida. A recuperação do espaço público está ligada à recuperação e ao respeito aos recursos naturais no tecido urbano".*

Sem o acesso a esse conhecimento, sem a discussão sobre a dialética da cidade, sobre a correlação de forças e a consciência ambiental é como "participar às escuras", não liberta para pensar! É nesse nível que o conhecimento precisa ser democratizado. As pessoas precisam saber que elas têm direito à cidade no amplo sentido para que seu posicionamento crítico também possa ser ampliado, tendo em vista

5 - É claro que se reconhece a necessidade de uma série de outras iniciativas, dentro e fora da sociedade civil, para o devido enfrentamento da "crise", como por exemplo, a importância da presença de agentes chaves dentro do aparelho estatal favoráveis aos processos participativos para garantir o efetivo compartilhamento de projetos, porém o a questão não será aprofundada neste trabalho.

interagir de modo mais qualificado sobre os rumos da Sociedade.

Por outro lado, MARICATO (2011:97) vislumbra a superação da fragmentação dos movimentos sociais citadinos na unificação das agendas urbana e ambiental: *"a questão ambiental parece ser a única via de enfrentamento do capitalismo no mundo atual. Embora parte do movimento ambientalista desconheça a realidade empírica (social e territorial) e se oponha a muitas das propostas que os movimentos ligados à Reforma Urbana defendem, em especial, no Brasil, a de regularização fundiária, é preciso insistir na busca da unidade daqueles que querem um mundo baseado em padrões de consumo menos predatórios, mais éticos, mais igualitários, mais humanos, mais sustentáveis. A dinâmica avassaladora do capital ignora totalmente esses valores, submetendo o mundo - territórios, sociedades, culturas, recursos naturais - ao fetichismo da mercadoria. Esse pode ser o caminho para superarmos a fragmentação que nos enfraquece"*. Essa aposta tem pertinência, inclusive se considerarmos a força que a questão ambiental conquistou na escala mundial, ao mesmo tempo em que, cada vez mais, encontra abrangência na escala do cotidiano. Esta discussão apresenta potencial musculatura para o enfrentamento contra a lógica do capital.

No enfrentamento da crise, além da real identificação da lógica neoliberal e do eficaz compartilhamento de projetos entre a sociedade civil e o Estado, é preciso entender que um processo pedagógico precisa ser construído que considere a democratização do conhecimento como forma de capacitação da sociedade a respeito das questões urbanas, ambientais e de paisagem por uma visão que supere a forma fragmentada de atuar.

A gestão do conflito entre a ocupação das APPs e a preservação de sua integridade ambiental é entendida por Boucinhas (2011) como um processo de aprendizado que se dá a partir da consciência que se vai tomando sobre o assunto. *"A forma como se projetava a cidade há cinquenta anos não pode ser como se deve projetar no contexto atual. Mas essa mudança de postura só acontece a medida que se adquire mais conhecimento sobre a questão ambiental"*. Neste sentido questiona, *"como democratizar o conhecimento da questão ambiental urbana, quando cada vez mais, participação significa democratização do conhecimento?*".

A democratização do conhecimento deve objetivar uma construção coletiva para formação e transformação cultural, social e política, promovendo fundamentação suficiente para decodificar o que está sendo proposto - inclusive quanto ao discernimento no que diz respeito a prestações de contas públicas - e, dar condições de qualificar as proposições de modo mais politizado e autônomo[6].

### 3.2. AS APPs FLUVIAIS DA SUB-BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA E OS HABITANTES DO ENTORNO DO HARAS SÃO BERNARDO

As dificuldades e contradições colocadas a respeito das propostas participativas no processo democrático brasileiro não impedem que cada vez mais se formem focos de uma cultura política mais democrática, em busca de criar e exercer direitos bem como deveres e responsabilidades políticas, incluindo o controle sobre o Estado e mercado por meio de definições de parâmetros negociados na esfera pública pelos vários atores sociais e políticos. Neste sentido, será descrita uma experiência relevante na região do ABC, na Sub-bacia hidrográfica do Córrego Taióca que pode ser considerada como indicador de potencial de participação crítica ou participação ampliada.

Reconhece-se que seus limites territoriais podem não ser

6 - Sobre esta questão, há controvérsias sobre a forma que o Estado encontrou para resolver a defasagem técnica dos movimentos, deslocando a representatividade da sociedade civil para as ONGs. A solução é questionável quando se reflete quem é o 'patrocinador' do serviço prestado e o provável direcionamento para seus interesses. Segundo DAGNINO (2004), "no caso das ONGs, esse deslocamento não é só sustentado pelas próprias organizações, mas reforçado pelos governos e pelas agencias internacionais, que buscam parceiros confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais e com organizações de trabalhadores, e alimentado pela mídia, com frequência por motivos semelhantes".

percebidos, tão claramente, pelos vivenciadores daquele lugar, mas a unidade territorial foi adotada como o recorte, porque a experiência a ser relatada tem a ver com a relação entre APPs urbanas, os Espaços Livres e as pessoas daquela região, onde uma Unidade de Conservação, a APA Haras São Bernardo é o elemento sempre presente nas discussões.

Inserida na Sub-bacia do Córrego Taióca, conforme abordado no Capítulo 1, a APA Estadual Haras São Bernardo, antiga Chácara Baronesa, é uma área de proteção especial (ASPE) localizada no município de Santo André, na divisa de São Bernardo do Campo.

Apesar de se localizar em território andreense, a APA Haras São Bernardo também é de interesse para a população de São Bernardo do Campo, por sua proximidade à área central do município.

Além de sua relevância enquanto área verde no aspecto territorial, Ramos (2009) atribui importância ainda maior do ponto de vista da Floresta Urbana, *"pois sua estrutura florestal é considerada como uma área extensa para o meio urbano. Pois além de abrigar a avifauna fornece importantes serviços ambientais para a comunidade local e para a população do município".*

Entretanto, o Haras São Bernardo é percebido, pela população, por uma abordagem que vai além da ideia de natureza menos processada ou dos serviços que pode prestar para aquela região. Nesta visão, a APA é relevante por sua expressão enquanto natureza e cota de lazer. Consiste em uma paisagem extraordinária com alto magnetismo para capturar e galvanizar o imaginário do povo. Está tão marcantemente presente nesse imaginário, que  sua proteção foi resultado de lutas sociais. Nessa essência se estrutura como ideia-força que perpetua e potencializa novas lutas na região.

É fato que a participação da comunidade na gestão pública do território da Sub-bacia do Córrego Taióca está muito relacionada à historia do Movimento em Defesa do Parque Haras de São Bernardo, antiga Chácara Baronesa. Nesse sentido, destaca-se, que boa parte desse grupo possui um histórico de atuação política em movimentos sociais, originados, basicamente, de três correntes:

(i) Movimento Sindical: ressurgido na década de 1970, o sindicalismo do ABC se destacou por sua inserção em uma região marcada pela cultura do trabalho, mas na década de 1980, ao agregar-se à resistência contra a ditadura evoluiu, segundo MORENO (2004) para uma postura de cidadania, de luta pelos direitos e redemocratização do País, ganhando uma dimensão mais ampla do que ele próprio;

(ii) Movimento por Moradia: surgido em 1963, o foco era de resistência aos despejos[7]contando com o apoio de voluntários e de instituições de várias instituições como a Diocese local e a Pastoral da Moradia, mas "na década de 1980, o movimento iniciou a discussão sobre a necessidade da luta não só pela defesa dos favelados, mas também por seus direitos, passando a se denominar Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Favelas de Santo André - MDDF" (SANTO ANDRÉ – c, 2006:40);

(iii) Movimento Ambientalista: que surgiu no Grande ABC entre os anos 1980 e 1990, iniciando sua formação em Diadema e São Bernardo, porém, como afirma Moreno (2004), com uma atuação mais regional, diferente dos outros movimentos sociais, como o de moradia, que sempre atuaram fortemente junto à administração pública local, influenciando, inclusive, na formulação de políticas públicas. Quanto à atuação do Movimento em Defesa do Haras São Bernardo luta pela proteção da APA Haras de São Bernardo, RAMOS (2009) afirma que *"o Movimento surgiu na década de 80, anterior ao tombamento estadual e persiste até hoje na defesa do local. Com a leitura dos fatos ocorridos e*

7 - Particularmente na região do Taióca, destaca-se a mobilização do Conjunto Habitacional dos Metalúrgicos do ABC, conhecido como INOCOOP do Jardim Alvorada, que culminou na ocupação dos edifícios. No final de 1985, com a tropa de choque da Polícia Militar, foi realizada a expulsão dos ocupantes.

*noticiados, é possível afirmar que a participação ativa da sociedade civil foi fundamental para a sobrevivência da área até hoje".*

Também é oportuno dizer que, a força desse movimento, expressa na proteção de uma área florestada tão importante para Santo André e São Bernardo, não ocorreu sem deixar as marcas do conflito de interesses internos da sociedade civil, evidenciada na luta do movimento ambientalista, que ao sobrepor a luta do movimento por moradia do Núcleo Haras considerou, exclusivamente, a questão ambiental da área, ignorando outras necessidades da população daquela região.

Como resultado, ao invés de promover a proteção do Parque, o conflito potencializou os impactos causados pela ocupação em seu interior, pois reduziu a luta à formalização da criação da APA e ao desmonte das ações de urbanização do núcleo ali existente, sem refletir sobre a inserção da UC na área urbana e sua adequada gestão.

As consequências desta falta de diálogo se refletiram em impasses nas negociações entre moradores dos núcleos e a CDHU, que junto ao governo municipal, estavam discutindo um projeto de urbanização que contemplasse a desafetação da área do Núcleo para conter a expansão da ocupação e, a urbanização vertical para evitar seu espraiamento (até o momento, apenas a desafetação foi autorizada pelo CONDEPHAT). Esses conflitos tornaram cada vez mais distantes o alcance dos objetivos de um assentamento adequado e condizente com as necessidades socioambientais da área.

Por outro lado, a falta de conhecimento sobre o espaço urbano tem tornado as reivindicações dos movimentos por moradia, pelo menos daquela região, um tanto esvaziados quanto às questões que vão além da habitação. Essa limitação se reflete na falta de posicionamento da população frente à decisão do poder público, em canalizar o Córrego Taióca, como alternativa de combate à enchentes na Sub-bacia e Urbanização do Jardim Cristiane, onde mesmo em uma administração democrática, não foi encontrado qualquer registro de participação popular no processo de decisão, além da "Audiência Pública no Jardim Cristiane" - constante no processo ambiental do Município e depoimento de moradores do Núcleo. É evidente que, da forma como a consulta pública foi conduzida, o grupo participante, que tinha interesse imediato na urbanização do Núcleo, acabou apoiando aquele tipo de obra (canalização tradicional), cuja amplitude demandava a participação de outros atores sociais atingidos por ela.

Tal situação nos remete às seguintes questões:

- Se o desenvolvimento do projeto ocorreu no período de um governo democrático, seria possível que sua aprovação tenha acontecido sem a devida participação da comunidade?
- Ainda que a consulta pública tenha abordado de modo transparente sobre os impactos positivos e negativos do projeto, por que apenas a comunidade do Jardim Cristiane foi envolvida? A frágil participação da população atingida pela obra seria em decorrência da ausência de adequada divulgação ou da ausência de interesse dos envolvidos?
- A consulta pública é um mecanismo de abordagem participativa suficiente para discutir esse tipo de obra em uma bacia hidrográfica de modo claro e pleno para leigos?

Mas, é evidente que a história de atuação política dos moradores do Taióca não pode se resumir a conflitos e contradições, ao contrário, a convergência dos anseios coletivos daquela população que possibilitou os resultados de uma experiência compartilhada entre comunidade, USP e técnicos do poder públicos, como relatada:

### 3.3. DISCUTINDO A QUALIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES DA SUB-BACIA: UMA LUTA URBANOAMBIENTAL

Considerando o potencial da participação popular daquela região, resultante não apenas da tradição participativa do Município, mas do

histórico da região da Sub-bacia, a FAU-USP, no primeiro semestre de 2010, aplicou duas disciplinas aos alunos da Graduação, *"Sistemas de Espaços Livres Públicos"*, e Pós-graduação na área Paisagem e Ambiente, *"A Paisagem no Desenho do Cotidiano Urbano"*, tendo por finalidade sensibilizar para elaboração de projetos na área de Paisagem, envolvendo na análise do objeto de estudo, seus atores sociais, sua inserção metropolitana, bem como suas especificidades paisagísticas e ambientais. Tais disciplinas que compreendiam ensino, extensão e pesquisa, foram ministradas pelos professores Dr. Eugenio Queiroga e Dr. Caio Boucinhas e Drª. Catharina Lima, orientadora desta pesquisa.

Ao tomar conhecimento do objeto de estudo das disciplinas, a autora propôs junto à orientação participar como observadora do processo de construção de propostas entre comunidade, técnicos da municipalidade e alunos das referidas disciplinas, tendo em vista apreender as percepções, contradições e desejos dos moradores e usuários do local.

O método utilizado considerou a complexidade e abrangência dos sistemas naturais e socioculturais, desenvolvendo-se por aulas expositivas com diversos especialistas; leitura bibliográfica, seminários para articulação das bases empíricas e teóricas, visitas de campo e realização de oficinas participativas. As técnicas utilizadas nas oficinas foram: Biomapa[8], Estudo do Meio[9] e desenvolvimento dos projetos em ateliês. Os trabalhos foram divididos em cinco grupos de discussão: as áreas de preservação permanente no meio urbano; a APA Estadual Haras de São Bernardo; as áreas livres de uso especial, as praças e a mobilidade urbana.

A seleção dos participantes da comunidade foi motivada pela busca da percepção daquela população sobre os problemas da região; por isso foi mobilizado grupo de moradores e usuários do espaço público urbano, envolvidos com questões relacionadas à reivindicação de qualidade urbana, incluindo paisagem e apropriação desse espaço. Apesar do histórico de participação, ficou constatado que há um contingente bem maior da população que embora queira, no seu íntimo, uma melhoria da qualidade ambiental do seu espaço urbano, ratifica a cultura da canalização ou a visão da hidrografia urbana como "máquina hidráulica". Desta forma, na medida em que o projeto se desenvolveu, percebeu-se que o pequeno grupo "mais atento" se encontrava desmobilizado, mas que, ainda assim, havia um potencial de articulação e multiplicação suficientes para consolidar oportunidades de melhoria na região.

O grupo de participantes da comunidade incluiu moradores do Jardim Las Vegas, Jardim Milena, Jardim Cristiane e Favela Haras, além da participação de representantes do Projeto Jovens Lideranças[10] (do Conjunto Prestes Maia - localizado nas proximidades da Sub-bacia). Este grupo, apesar de pequeno em relação à totalidade da população da Sub-bacia, mostrou-se capaz de automobilização e mostrou potencial de articulação e multiplicação suficientes para consolidar oportunidades de melhoria na região.

As disciplinas optativas citadas tomaram como estudo de caso a Sub-bacia do Córrego Taióca, seus atores sociais, sua inserção metropolitana e suas especificidades paisagísticas e ambientais, tendo em vista

8 - *Biomapa é uma técnica que permite representar os conhecimentos coletivos biológicos, físicos e culturais, de comunidades*

9 - *O Estudo do Meio pode ser compreendido como um método de ensino interdisciplinar que visa proporcionar aos alunos e aos professores o contato direto com determinada realidade, um meio qualquer, rural ou urbano, que se decida estudar. Esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na complexidade de um determinado espaço geográfico, do estabelecimento de um diálogo inteligente com o mundo, com o intuito de verificar e de produzir novos conhecimentos" (LOPES & PONTUSCHKA,2009).*

10 - Projeto Jovens Lideranças: Foi criado por jovens do Conjunto Prestes Maia - um conjunto habitacional em Santo André, SP - e apoiado pelo Fundo de Oportunidades para o Desenvolvimento Impulsionado Pelos Jovens da Agência de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas. Projeto Jovens Lideranças Ambientais tem por proposta *"propiciar um processo de desenvolvimento comunitário e melhoria ambiental protagonizado por jovens na sua própria comunidade".* ( JOVENS LIDERANÇAS, 2012)

aprimorar uma metodologia que associasse aulas teóricas e práticas na área de Paisagem e Ambiente, desenvolvendo-se *"um processo de reflexão e trabalho consorciando à discussão teórica que alicerça a Área do Paisagismo, provocações da realidade"* (ementa da disciplina, 2010).

No decorrer do semestre foram realizadas aulas teóricas com a presença de convidados e para promover uma interação de trabalhos entre alunos de graduação, alunos de pós-graduação e moradores da Sub-bacia do Córrego Taióca. Foram desenvolvidos trabalhos de campo como interpretações da paisagem, realização de Mapas Bioregionais, ou Biomapas e vistorias por parte dos técnicos da municipalidade que participaram da disciplina. Estas atividades foram realizadas aos sábados.

### 3.3. 1. 1ª OFICINA - MEMÓRIA, PERCEPÇÃO E DESEJOS NA BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA

Realizada em 24/abril/2010, no Centro de Referência do SEMASA, e conduzida pelos professores Prof.ª Dr.ª Catharina Lima, Prof. Dr. Eugenio Queiroga e Prof. Dr. Caio Boucinhas. Estes, com o objetivo de dar início aos trabalhos e contextualizar a proposta da disciplina e o estudo de caso, fizeram abertura dos trabalhos e logo a seguir deram a palavra ao Arquiteto Robson da Silva Moreno[11] que fez uma exposição sobre os problemas atuais da área de estudo e apresentou alternativas para aplicação de tecnologias de infraestrutura verde. Na sequência, a Gestora Ambiental Sarah Bryce[12] fez uma apresentação explicando o que seria Mapa BiorregionaL, também c[illegible] objetivo sua aplicação no decorrer da disciplina.

Posteriormente, o grupo foi dividido para desenvolvimento de mapeamento biorregional. Formaram-se grupos com temas diferenciados e cada grupo foi composto por alunos da graduação e pós-graduação, representantes da comunidade e técnico da Prefeitura de Santo André. O encontro foi encerrado com a apresentação dos grupos em plenárias das discussões realizadas para compor o diagnóstico participativo.

*"Eu participei um pouco no ano passado, tanto oficinas como vistoria, e acho fundamental essa relação Universidade, moradores e pessoas próxima da gente como os, funcionários do SEMASA.(...) e espero que a gente dê continuidade na perspectiva do que foi colocado e vejo que essa reunião já é resultado da pesquisa que os alunos começaram a fazer e algumas coisas já estão caminhando. (...)Agora é nossa tarefa é fazer o Haras mais bonito, o Las Vegas mais bonito, as nascentes mais bonitas...".*

*Depoimento do Sr. Adilson Gatti, morador do Jardim Las Vegas – na oficina "Retomada dos Trabalhos".*

### 3.3. 2. 2ª OFICINA - ELABORAÇÃO DE BIOMAPAS DA BACIA DO CÓRREGO TAIÓCA

Realizada em 15 de maio de 2010, na EMEIF Prof.ª Yvonne Zahir - Jardim Milena e foi conduzida pelos professores Prof.ª Dr.ª Catharina Lima, Prof. Dr. Eugenio Queiroga e Prof. Dr. Caio Boucinhas, Com o objetivo de elaboração de diagnóstico da área delimitada pela Sub-bacia do Córrego Taióca com aplicação de Mapas Biorregionais e Estudo do Meio.

11 - Robson da Silva Moreno é arquiteto e funcionário concursado do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental – SEMASA e trabalha no Departamento de Gestão Ambiental. O SEMASA é uma autarquia da Prefeitura de Santo André que consiste no órgão ambiental do município.

12 - Sara Bryce é coordenadora do Projeto Ação em Conjunto e Projeto Jovens Lideranças Ambientais, ambos com ALMA Ambiental, e assessora de projetos do Movimento de Defesa dos Direitos de Moradores em Núcleos Habitacionais - MDDF Santo André.

Foto 15 - Vistorias com alunos e comunidade. Fonte: Jovens Lideranças

Foto 16 – Discussão e elaboração conjunta do Diagnóstico. Fonte: Jovens Lideranças

Foto 17 - Apresentação, por representantes da comunidade. Fonte: Jovens Lideranças

Foto 18 – Dinâmicas. Fonte: Jovens Lideranças

Foto 19 – Desenvolvimento das propostas. Fonte: Jovens Lideranças

Foto 20: apresentação das propostas. Fonte: Jovens Lideranças

Figura 18: Desenvolvimento das Oficinas.

### 3.3. 3. 3ª OFICINA - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS BIOMAPAS E ESTUDOS

Realizada em 14/agosto/2010, na EMEIF Prof.ª Yvonne Zahir - Jardim Milena, foi conduzida pelos professores Prof.ª Dr.ª Catharina Lima, Prof. Dr. Eugenio Queiroga e Prof. Dr. Caio Boucinhas. Como trabalho final das disciplinas foram as propostas desenvolvidas pelos alunos sensibilizados pela leitura do lugar com a participação da comunidade - representada por alguns moradores - e alguns técnicos do Poder Público.

Figura 19 - Localização da APP trabalhada pelo grupo. Fonte: modificado de SEMASA & FAUUSP, 2010.

O principal resultado pode ser percebido, além dos trabalhos desenvolvidos, no engajamento dos alunos, do grupo que representava a população por meio de suas contribuições, bem como a promoção da atuação integrada da municipalidade por meio dos técnicos do saneamento ambiental, do planejamento urbano e da educação. Quanto às propostas desenvolvidas, discutiram-se cinco temas. Os trabalhos foram apresentados em cinco propostas referentes aos temas discutidos no curso: Áreas de Preservação Permanentes; APA Haras São Bernardo; Áreas Livres de Uso Especial; Praças e Mobilidade Urbana.

#### 3.3.3. 1. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE URBANA:

Conforme figura 20 se observa o grande potencial da área na questão dos recursos hídricos, porém a maneira como se deu o parcelamento e a ocupação do solo seguiu um modelo de urbanização que priorizou a canalização dos rios urbanos para dar suporte à implantação de vias nos fundos de vale.

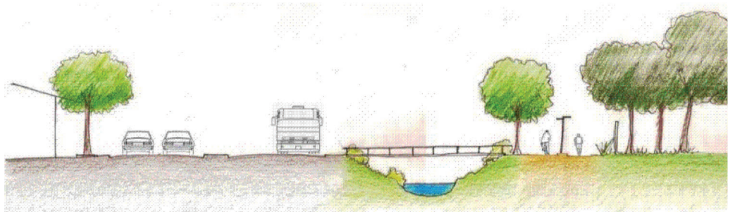
Ao explicar a intenção da proposta o grupo afirmou que *"o projeto desenvolvido pretende, por meio de algumas pequenas barragens, criar um espelho d`água no parque linear e na área pública contígua a ele, que permitam a proximidade entre os moradores e visitantes destes locais com a água. Desta maneira, o Córrego Taioca, até então tão desqualificado paisagisticamente, seria revelado, propiciando a melhoria da qualidade ambiental de todo o entorno"*(SEMASA & FAUUSP, 2010).

Figura 20 - Proposta de implantação para o Parque Linear, desenvolvida pelo grupo. Fonte: SEMASA & FAUUSP,2 010.

### 3.3.3. 2. APA ESTADUAL HARAS SÃO BERNARDO:

O grupo que desenvolveu a temática da APA Haras de São Bernardo elaborou projetos e fez oficinas especiais para apreender a percepção das crianças do entorno da área: *"o trabalho com as crianças do Haras foi pensado a partir da constatação de que faltam espaços para as práticas sociais na comunidade, e as crianças acabam sendo as mais prejudicadas pela falta de espaços de brincar"* (SEMASA & FAUUSP, 2010).

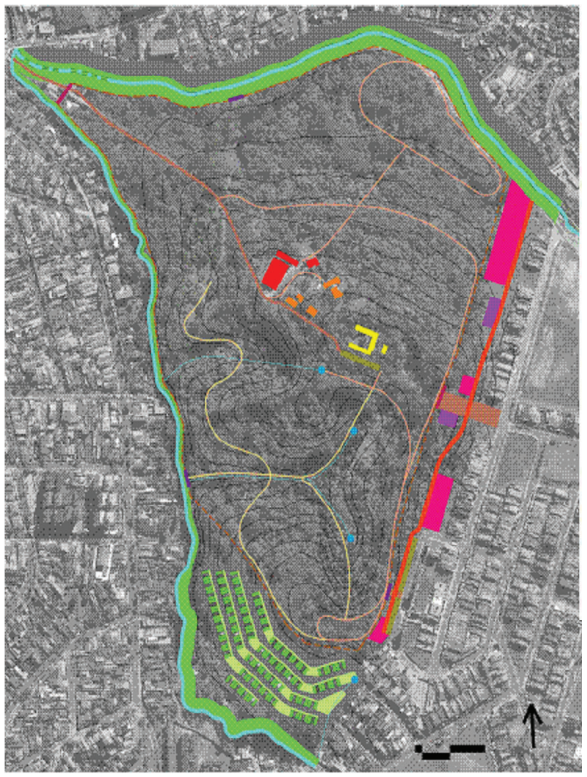
Quanto ao projeto desenvolvido pelo grupo, trabalhou-se três vertentes de intervenção: o Entorno Próximo; o Programa do Parque Chácara da Baronesa e as Habitações. A figura 21 apresenta a proposta do grupo.



ENTORNO: Corte esquemático da Av. Taioca (a esquerda), do Córrego Taióca e do parque linear na divisa com o Parque Chácara da Baronesa (a direita). Fonte: VICENTE (2010

Revalorização histórica das construções em ruínas: Projeto de Estação Ambiental nas antigas instalações do Haras. Fonte: KOSAKA (2010)

Habitação: Corte das habitações com entradas independentes em dois níveis diferentes. Fonte: KUROIVA (2010



Implantação geral da APA Haras de São Bernardo

Figura 21 - Proposta para o Haras São Bernardo - implantação geral e desenhos esquemáticos. Fonte: SEMASA & FAUUSP, 2010.

### 3.3.3. 3. ÁREAS LIVRES DE USO ESPECIAL:

Foram considerados "espaços livres" (EL) de uso especial aqueles reservado para o uso institucional e de lazer exigidos pela legislação de parcelamento solo (Lei Federal 6766/79), bem como as demais áreas de propriedade particular cujo uso, por decisão do proprietário, restringe a edificação. Muitas vezes são as áreas permeáveis exigidas pela legislação, os espaços de circulação intra-quadra ou intra-lote ou espaços particulares sem edificação. Na Sub-bacia do Córrego Taióca, esses espaços foram classificados da seguinte maneira: *"EL das instituições de ensino, são as quadras e jardins das escolas, creches e universidades; EL do cemitério, são áreas de circulação e área de expansão do cemitério; EL da linha de transmissão, é um espaço não passível de edificação por motivos de segurança abaixo e ao lado da linha; EL dos conjuntos habitacionais, são áreas permeáveis exigidas pela legislação e os espaços de circulação; EL das residências, são áreas permeáveis exigidas pela legislação e EL de áreas comerciais e industriais, são áreas permeáveis exigidas pela legislação e estacionamentos"* (SEMASA & FAUUSP, 2010). A figura 22 apresenta a proposta do grupo.

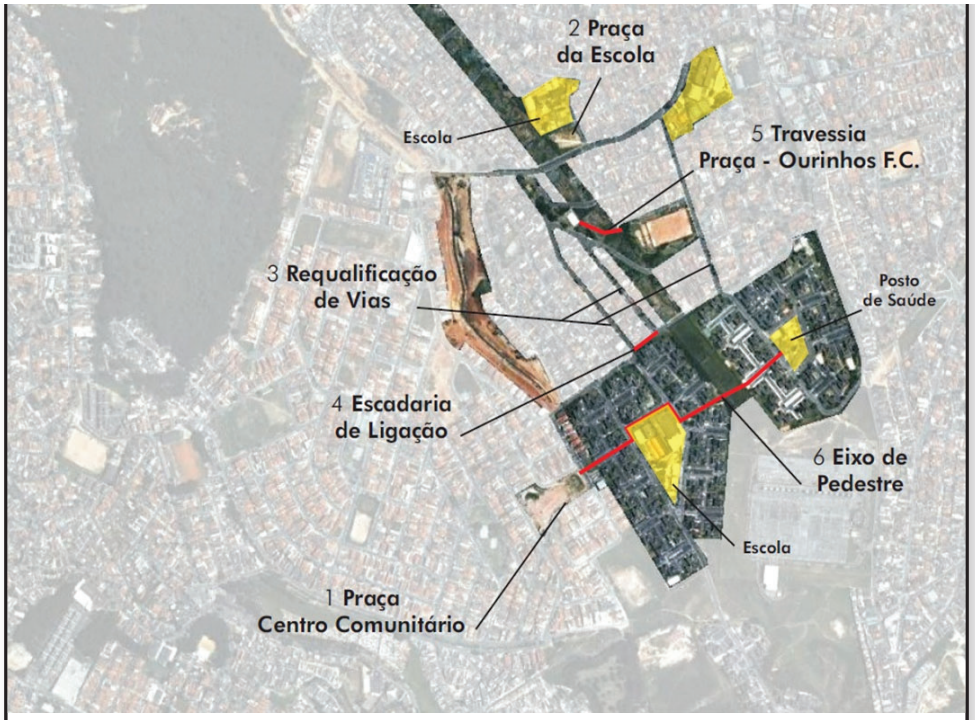



Figura 22- Propostas de implantação de sistema de áreas livres, elaborado pelo grupo de alunos do tema "Áreas Livres de Uso Especial", (SEMASA & FAUUSP, 2010)

**PRAÇAS:**

A temática "praças" foi trabalhada em conjunto com os espaços livres especiais, visando fortalecer o desenvolvimento da proposta de um Sistema de Áreas Livres. Para desenvolvimento do projeto, foram selecionadas quatro áreas do Jardim Las Vegas, destinadas para o uso de áreas verdes e lazer, conforme exige a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Federal 6766/79). O Jardim Las Vegas é um dos bairros mais próximos da APA Haras de São Bernardo.

Figura 23- Implantação geral das quatro praças que compõem o Sistema de Espaços Livres, elaborado pelo grupo de alunos do tema "Praças" (SEMASA & FAUUSP, 2010)

Além das praças, o grupo elaborou propostas para o sistema viário, vislumbrando um tratamento das calçadas, diminuição do tamanho das vias e modificação de fluxos e implantação de "eixos de luz", trabalhando a iluminação pública das vias de maior circulação dos pedestres. Outra questão desenvolvida foi a que chamaram de "apropriação da rua" onde se procurou compatibilizar, a circulação de pedestres, automóveis e ônibus. A figura 23 apresenta a proposta do grupo.

**MOBILIDADE URBANA**:

O grupo trabalhou o conceito de mobilidade como "a criação de estratégias que promovem o desenvolvimento urbano, a convivência e a preservação do ambiente por meio de espaços utilizados para a circulação de maneira abrangente e democrática" (SEMASA & FAUUSP, 2010).

A estratégia foi criar um plano geral de macromobilidade envolvendo a bacia como um todo. As diretrizes gerais do projeto consistiram em criar conexões entre pontos de interesse, como grandes áreas verdes e o centro de Santo André, por meio do tratamento de vias importantes de circulação e comércio, com o aumento do passeio público e inclusão de ciclovias, priorizando o uso de meios de locomoção alternativos ao automóvel. O tratamento das vias consistiu desde mudanças de uso

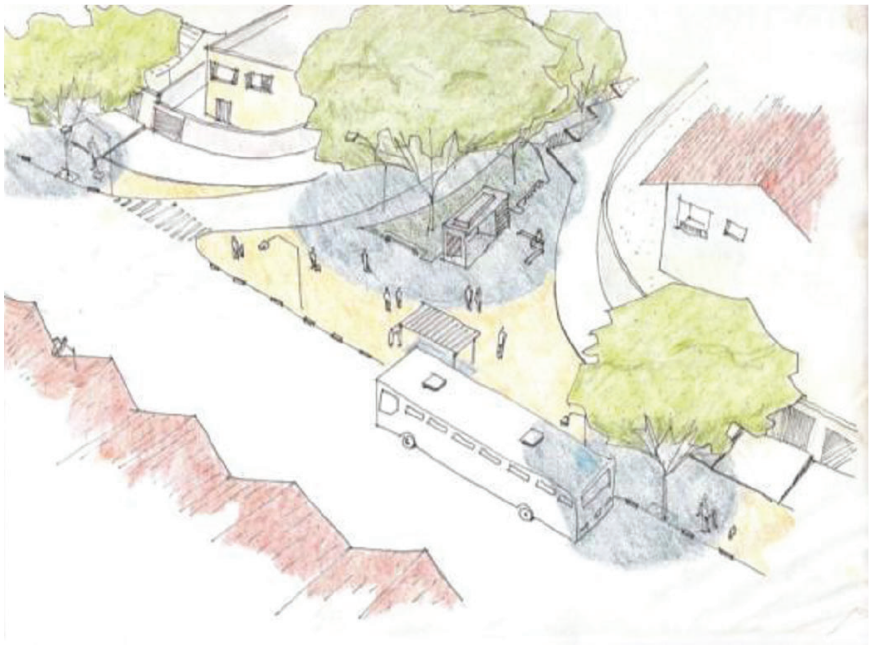


Figura 24- Proposta de tratamento das esquinas elaborada pelo grupo de alunos do tema "mobilidade urbana", (SEMASA & FAUUSP, 2010)

de estacionamentos para ampliação de circulação para pedestres e ciclovias até troca de pisos drenantes e nivelamento entre calçada e leito carroçável. O grupo abordou outras questões como aumento de arborização e tratamento de vielas, integrando-as ao sistema de áreas livres.

É válido fazer referência ao *Mapa Oral das nascentes do Taióca* desenvolvido pelo morador Sr. Carlos Lousado, cuja metodologia consistia coleta de depoimentos de antigos moradores que pudessem identificar a localização das nascentes e posterior confronto com as indicadas no mapa oficial da Prefeitura de Santo André. O exercício foi interessante para mostrar que duas delas, ainda existentes, não foram consideradas no documento oficial.

Reconhecendo o potencial deste trabalho na Sub-bacia do Córrego Taióca, a FAUUSP também formou um Grupo de alunos do Curso de Graduação e do Programa de Bolsas da Prorreitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (Fundo de Cultura e Extensão) para elaborarem um *Plano Cicloviário Municipal* tomando a mesma área de estudo como unidade de planejamento.

Outros trabalhos da FAUUSP confluíram para o mesmo estudo de caso a partir desta experiência:

(i) TFG do curso na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), da aluna Lívia Pugliesi sobre os "Espaços Livres no Conjunto Jardim Cristiane";

(ii) Mestrado, na área de Paisagem e Ambiente (FAUUSP) da aluna Elaine M. Albuquerque. Trata-se da presente pesquisa;

(iii) Doutorado na área de Paisagem e Ambiente (FAUUSP) da aluna Flávia Tiemi Suguimoto - pesquisa em andamento sobre os espaços lúdicos no Haras São Bernardo.

Sobre o envolvimento da comunidade, além da intensa contribuição para o desenvolvimento dos projetos junto aos alunos da USP, observou-se que este trabalho contribuiu para a capacitação e organização dos agentes envolvidos, sistematizando bases de informação existentes e produzindo um novo conhecimento, uma nova abordagem para o futuro da paisagem do lugar que considera a relação afetiva da população com seus lugares de vida. ((ALBUQUERQUE et al, 2011)

O reconhecimento deste trabalho por parte de alguns técnicos do poder público se refletiu na revisão do Plano Diretor do município, ocorrida em 2011, um ano após os trabalhos realizados pela USP na Sub-bacia do Córrego Taióca, quando o grupo setorial do Saneamento Ambiental Integrado[13] considerou o recente trabalho da Universidade em sua discussão, se consolidado no pleito que alterou o artigo 68, de incluir toda a Sub-bacia do Córrego Taióca como ZEIA B (Zona Especial de Interesse Ambiental) tendo em vista a proteção de seus corpos d`água e não apenas a estrutura vegetal da APA Haras de São Bernardo.

### 3.4. CONTRIBUIÇÕES À SUPERAÇÃO DO CONFLITO NATUREZA x SOCIEDADE

No intuito de ampliar o debate, tendo em vista a construção de um quadro que evidenciasse o candente assunto da APP urbana, trazendo luz ao problema e procurando encaminhamentos para enfrentar os conflitos a ela inerentes, realizou-se a pesquisa de campo e revisão bibliográfica, observando, num primeiro momento, certo distanciamento das opiniões. Porém, como a pesquisa reconhece a dimensão da participação social como eixo estruturante para o enfrentamento coletivo das tensões urbanoambientais, buscou-se empreender um debate  sobre o tema nos processos das oficinas.

13 - Grupo setorial de saneamento ambiental integrado: assim como outros grupos, formado por técnicos da municipalidade para discutir a revisão do plano Diretor. Cabe destacar que alguns membros desse grupo participaram do trabalho da Universidade aqui relatado.

Também se considerou importante ouvir atores sociais que tivessem o perfil da contribuição acadêmica na área de urbanismo e paisagismo, cuja trajetória política visasse à superação do conflito inerente às APPs na dicotomia Cidade x Natureza.

**3.4.1. A ESCOLHA E APRESENTAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**:

A escolha dos entrevistados se deu por seleção de arquitetos e professores atuantes na área de Paisagem e Recursos Hídricos, tendo em vista suprir uma necessidade de entendimento sobre as perspectivas do arquiteto em relação às águas urbanas e a gestão de seus espaços. A descrição do perfil dos entrevistados:

**Renato Augusto Tagnin, entrevistado em 19 de abril de 2011. Local: FAUUSP - Pós Graduação**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Braz Cubas (1979), mestrado em Engenharia Civil e Urbana pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2000) e doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Conduziu projetos de controle de inundações, recuperação ambiental, e coordenou o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo. É professor de planejamento ambiental e gestão de recursos hídricos, membro de comissão técnico-científica do Movimento em Defesa da Vida do ABC e consultor nas áreas de planejamento urbano e ambiental, atuando principalmente nos temas de recursos hídricos, cidades, gestão ambiental, políticas públicas e saneamento ambiental.

**Paulo Renato Pellegrino,entrevistado em 9 de junho de 2011. Local: Vila Madalena.**

Formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP (1981), com mestrado (1987) e doutorado (1995) na área de Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, SP. É Professor Doutor junto ao Departamento de Projeto dessa Faculdade, onde desenvolve estúdios de projeto e planejamento da paisagem, para os cursos de graduação e pós-graduação. Lidera o Grupo de Pesquisa Laboratório Verde/CNPq, pelo qual já se formaram vários mestres e doutores, sob sua orientação. Foi um dos idealizadores do LAB-Verde, laboratório da FAU-USP, voltado para o desenvolvimento de pesquisas de ponta na proposição, medição e avaliação do desempenho de projetos paisagísticos que contribuam no tratamento das águas urbanas, no cultivo da floresta urbana, no conforto ambiental, na recuperação de áreas degradadas, na mobilidade da população e na saúde e segurança pública. Sua experiência profissional inclui também o desenvolvimento de vários projetos pro bono e consultorias nas áreas de arquitetura da paisagem, sistemas de drenagem natural, ecologia da paisagem aplicada, revitalização urbana, parques e praças públicas. Dentro do escopo de que os projetos para os espaços abertos urbanos e rurais devem ser entendidos em sua inserção biofísica e social, são prospectados diferentes tipologias paisagísticas, de forma a aperfeiçoar os serviços essenciais que os espaços abertos, associados aos edifícios e redes de infraestrutura, podem desempenhar para o desenvolvimento de nossas cidades.

**Caio Boucinhas, entrevistado em 11 de outubro de2011. Local: Vila Madalena.**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1967) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é pesquisador - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da FAUUSP e professor da FIAM-FAAM Centro Universitário em Projeto de Urbanismo e Paisagismo e Planejamento Urbano e Regional. Desenvolve projetos de urbanismo e paisagismo e processos participativos na

produção de espaços públicos.

### 3.4.2. PECULIARIDADES, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DAS CONTRIBUIÇÕES

As contribuições disponibilizadas por meio de entrevistas[14] e palestra[15], ainda que coletadas de modo individual, possibilitou várias reflexões que nortearam esta pesquisa, produzindo o conteúdo que se refletiu na síntese deste trabalho.

Destacaram-se, pela peculiaridade de cada discurso, as seguintes contribuições:

**Tagnin**: critica o modelo predominante nas cidades, que ignora a relação Homem-água, e aposta na pedagogia como forma de promover essa re-conexão. Não vê alternativa de projeto que seja suficiente para atender a questão antes que haja plena mudança de postura da humanidade perante as estruturas ecológicas e, sobretudo, nas formas de apropriação da água urbana;

**Pellegrino**: aposta no novo desenho urbano que utilize tecnologias da paisagem para manejo das águas urbanas. Acredita que, após a implantação desses projetos, a população obterá referenciais positivos para reivindicar;

**Boucinhas**: aposta no processo participativo como forma de construção coletiva da mudança do desenho urbano.

A grande convergência entre todos é o reconhecimento de que a somatória do antigo modelo da engenharia aos interesses do poder hegemônico do capital promove a degradação dos sistemas hidrológicos, da paisagem e, sobretudo da qualidade de vida das pessoas que vivem no meio urbano, na RMSP.

Os entrevistados têm a mesma formação profissional, ou seja, arquitetura e urbanismo, e defendem a base biofísica enquanto essencial para vida, principalmente no meio urbano. Desta forma, não há divergência quanto ao reconhecimento da tensão urbanoambiental das APPs, bem como da importância de manter a integridade de suas funções mesmo no meio urbano. O que se percebeu foram diferenças nos "graus e tempo" de preservação essencial para a cidade: enquanto Tagnin defende prioridade na mudança cultural que implica na visão de gestão das cidades e é cauteloso quanto a busca por soluções a partir da intervenção nas áreas ambientalmente sensíveis, tanto Pellegrino como Boucinhas defendem que é possível implantar o uso adequado nessas áreas como áreas verdes e lazer, o que pode ser mais eficiente para sua proteção em curto prazo. Neste sentido, Pellegrino aponta que maior capacitação dos técnicos em relação à "novas" tecnologias de paisagem é o caminho para construir um novo modelo de cidade. Por outro lado, Boucinhas trabalha na questão da construção de um novo modelo de cidade em conjunto com todos os atores envolvidos, ou seja, não apenas os técnicos do planejamento/desenho, mas agentes do governo, instituições de educação e sociedade civil.

Há um conflito típico da área urbana, que se insere fortemente sobre a questão das APPs que não foi enfatizada nessas entrevistas dos três professores (até porque o foco de perguntas foi diferenciado), mas que ficou muito explícita na entrevista realizada com a Socióloga Elena Maria Rezende[16], que é a dicotomia ambiente-moradia.

Reconhece-se que há argumentos consistentes tanto no segmento ligado ao direito à moradia como ao de defesa ambiental; o problema está na polarização, que acirra o embate e agudiza as convicções resistentes ao diálogo. Entretanto, é esse enfrentamento fragmentado

14 - As entrevistas, em sua íntegra, estão disponibilizadas no Anexo II deste volume.

15 - O conteúdo da palestra ministrada pela Profª Drª Ermínia Maricato no "Seminário Nacional sobre o Código Florestal" está inserido no Capítulo 2 desta pesquisa.

16 - A entrevista, em sua íntegra, está disponibilizada no Anexo I deste volume.

e hermético que impede o encontro do ponto em comum de atuação, mesmo entre aqueles que, ideologicamente, estão na mesma direção. As tensões presentes no tema 'regularização fundiária em APP' não foram aprofundadas nas entrevistas, mas certamente levanta importante discussão que merece mais estudos.

A correlação de forças que se estabelece sobre a gestão das APPs ficou revelada não apenas entre sociedade civil, incluindo mercado e Poder Público, mas entre profissionais de igual formação, onde ocorrem dificuldades semelhantes às que se inserem no campo mais amplo da interdisciplinaridade. Esta pesquisa revelou que, até mesmo no "microcosmo" de uma mesma formação, neste caso, da arquitetura e urbanismo, a diversidade de visões a respeito do assunto reforça a complexidade do quadro, significando que um longo caminho precisa ser perseguido em busca da convergência. Reconhecer essa pluralidade é o primeiro passo a caminho da convergência.

O desafio que se coloca frente à pluralidade em questão é seu enfrentamento por meio da construção da síntese que acomode as potencialidades e oportunidades que cada visão possa trazer ao assunto.

### 3.5. A CONTINUIDADE

O projeto junto àquela comunidade foi concluído ao término das disciplinas, porém têm ocorrido desdobramentos que deram início a outras atividades naquele local em prol da qualificação espaços livres, priorizando a gestão do Haras de São Bernardo, bem como a reivindicação pela efetiva implantação do Parque Linear na área prevista para compensação das obras de canalização do Córrego Taióca. Duas delas, aqui consideradas: a "Discussão para a Retomada dos Trabalhos" e a "Oficina da Linha do Tempo", promovida por um grupo de moradores representados pela comunidade do Haras, dos Bairros Jardim Las Vegas, Jardim Cristiane e Jardim Milena.

A seguir será apresentado o registro dos dois encontros realizados: após o termino dos trabalhos da USP, tendo por objetivo a continuidade dos trabalhos no Taióca.

#### 3.5.1. "A Retomda dos Trabalhos": Reunião com a Comunidade do Jardim Las Vegas/ Jardim Milena / Haras São Bernardo.

Realizado em 10 de fevereiro de 2011, o encontro atendeu à expressa solicitação de alguns representantes desta comunidade, que gostariam de discutir os desdobramentos dos trabalhos realizados pela Universidade no ano anterior, bem como possíveis encaminhamentos de ações no Taióca.

No mesmo local utilizado para realização das oficinas anteriores, ou seja, na EMEIF Prof.ª Yvonne Zahir - Jardim Milena, a reunião foi conduzida pela autora e pelos professores Prof.ª Dr.ª Catharina Lima e Prof. Dr. Caio Boucinhas, além da fundamental colaboração de Robson da Silva Moreno, que organizou o encontro e, enquanto técnico do poder público municipal deu suas contribuições. Participaram desta oficina os representantes dos bairros Jardim Milena, Jardim Las Vegas, Núcleo Haras de São Bernardo e funcionários da Prefeitura de Santo André, tanto do SEMASA como da Secretaria de Educação de Santo André - representada pela Diretora Vilma A. de Barros. Os trabalhos tiveram por objetivo refletir sobre os resultados dos trabalhos da Universidade e definir próximos passos no fortalecimento da atuação da comunidade sobre as áreas livres daquele local.

Esta reunião objetivou elencar os assuntos considerados, pelo grupo, como mais relevantes para serem discutidos na Sub-bacia do Córrego Taióca relacionados aos Espaços Livres Públicos, bem como levantar propostas e encaminhamentos, conforme síntese apresentada na Tabela 7.

*Viviane: "... eu não entendo como vão fazer um parque naquele lugar (...). Há muitos anos falam que seremos removidos. Removidos para onde, se falam que não tem lugar em Santo André? Aí a gente vive correndo risco de mosquito da dengue, rato e queda de árvore? Os barracos que estão caindo dentro do rio serão removidos para debaixo das árvores, para depois não poderem fazer nada pela gente?"*

*(...)*

*Caio: Vocês gostariam de morar lá, acham bonito? Vocês sentem que os moradores gostam de morar lá, eles tem uma relação com o lugar?*

*Viviane: "as pessoas pensam em morar lá, só que organizado. Se fosse separado um tanto de terra para cada um de um modo igual e justo todo mundo ia querer".*

*(...)*

*Robson: "... vocês acham que é compatível fazer a urbanização do local onde vocês moram (...) e fazer a implantação do Parque no Haras de São Bernardo?"*

*(...)*

*Catharina: "... existem formas de projetar que pode permitir que as pessoas permaneçam lá no Haras dentro de uma APA. Mas não pode ser um modelo espalhador, tem que ser um modelo que preserve as nascentes, que faça educação ambiental com a população para entender que estão em um lugar diferenciado. Tem essa expectativa a mediação do conflito: Não precisa tirar o povo de lá, vamos ver qual é a situação, vamos estudar o lugar!"*

*(...)*

*Viviane: "Ah, foi por isso que o Robson perguntou se havia possibilidade de compatibilizar a moradia com o Parque!"*

*Depoimentos da Sra. Viviane Aparecida de Nelis, Sr. Robson da Silva Moreno e Srª Catharina Lima – na oficina "Retomada dos Trabalhos".*

Figura 26 – Oficina "Retomada dos Trabalhos". Fonte: Moreno, R., 2011.

Figura 26 – Oficina "Linha do Tempo". Fotos: Santos, E., 2011.

Tabela 7 - Quadro síntese das propostas e encaminhamentos:

| RESPONSÁVEL | PROBLEMA | OBSERVAÇÃO | PROPOSTA | ENCAMINHAMENTO | APOIO |
|---|---|---|---|---|---|
| COMUNIDADE | **O papel da comunidade** | Como fazer o Haras e o Las Vegas e toda a Sub-bacia mais bonita? Sociedade civil trabalhar integrada. Papel da comunidade e poder público: parceria com a Universidade | Criar uma comissão de moradores | A Comunidade se organiza para definir o tipo de mobilização e forma de representação: "Vamos fazer o pré-conselho gestor de micro bacia hidrográfica, com toda a comunidade e com representantes que possam dialogar?" ***Sugestão : reunião com os moradores para definir a mobilização de várias comunidades e núcleos.*** | MDDF e Associação dos bairros Baeta, Las Vegas e Milena |
| | **O aspecto intermunicipal** | Entender que não dá para tratar a Sub-bacia Hidrográfica Córrego do Taióca sem envolver o Baeta Neves no contexto.. | | | |
| USP | **As más condições das vielas e violência urbana** | A falta/inexistência de iluminação e acessibilidade facilitam a ocorrências de assaltos | Ajudar a construir uma proposta técnica para que a comunidade se aproprie e reivindique seus direitos | A universidade fará uma proposta de síntese do conhecimento acumulado sobre o tema e região. Talvez com um projeto de implantação do sistema de áreas verdes na bacia hidrográfica, contemplando também outras questões ***Propor algumas alternativas.*** | Elaine e Robson |
| | **O desejo de moradia digna** | Onde morar (ninguém quer sair)? e como morar de forma digna e em um lugar bonito? | | | |
| ESCOLA | **A representação da comunidade perante o poder público**: | Discutir os temas como saúde, moradia e lixo e que tal interlocução poderia resolver problemas como o mau atendimento pelo poder público. | Fortalecer a atuação da escola | As professoras Catharina (USP) e Vilma (EMEIF Yvonne Zahir) se reunirão para para discutir como a comunidade escolar pode se envolver. ***Sugestão : considerar a metodologia do projeto "Uma fruta no Quintal".*** | USP |
| | **A saúde e moradia** | Resolver acúmulo de lixo e proliferação de ratos, dengue e seus riscos. Há um papel especifico do Poder Público e da população também. | | | |

* A transcrição da reunião em sua íntegra consta no anexo II ao final deste trabalho.

### 3.5. 2. "Construindo a Linha do Tempo": Reunião com representantes do Jardim Las Vegas / Jardim Milena / Haras São Bernardo, Jardim Cristiane e Bairro Baeta Neves.

A reunião foi realizada em 01 de outubro de 2011, no Jardim Milena, na residência de um dos participantes das oficinas anteriores. O motivo desta reunião surgiu a partir da necessidade de entender o histórico dos movimentos sociais naquela região, pois a medida que pesquisava tanto o processo de tombamento da APA Estadual Haras de São Bernardo como os processos de canalização do Córrego Taióca e Urbanização do Jardim Cristiane, percebeu-se uma sequência de avanços e retrocessos causados não apenas por fatores externos à comunidade, como a interferência do Estado sobre a região, mas também pelo conflito de sobreposição de interesses entre os movimentos sociais (ecológico x moradia), cujo embate resultou negativamente na região, no sentido mais amplo da coletividade.

Inicialmente, no intuito de levantar esse histórico, foi procurada a socióloga Elena Maria Rezende, funcionária do Município, que teve grande atuação em projetos sociais direcionados para organizar associações comunitárias tendo em vista qualificar a participação popular no Orçamento participativo[17]. Ao explicitar-lhe a intenção, além de fornecer suas contribuições[18], foi sugerida a realização de uma oficina com representantes da Sub-bacia do Córrego Taióca, aplicando ferramentas do grupo focal[19], a fim de que pudesse ter uma troca de informações com maior consistência, contemplando tanto o ponto de vista de técnicos do poder público como da comunidade. Vislumbrou-se também a possibilidade de desdobramentos positivos a partir desse encontro, cujo objetivo poderia não apenas recuperar o testemunho histórico, mas também retomar a mobilização sócio-ambiental da região.

Optou-se por um grupo pequeno, porém, suficientemente representativo na Sub-bacia com a maior abrangência territorial possível, ou seja, contando com a presença de pelo menos um representante dos moradores de núcleo; dos moradores de bairros regulares de Santo André; e dos moradores do Bairro Baeta Neves. Assim, participaram Sr. Adilson Gatti e Sr. Carlos Lousado pelo Jardim Las Vegas, Milena e Alvorada; Sr. Valdir Reis pelo Haras São Bernardo; Sr. Ednilson Santos como funcionário do SEMASA e ex-morador do Jardim Cristiane, e Sr. José Soares Malta pelo Bairro Baeta Neves. O trabalho teve por objetivo construir uma "Linha do Tempo" [20] sobre a atuação dos movimentos sociais na Sub-bacia. A dinâmica realizada consistiu em apontamentos do grupo dos marcos mais relevantes que eram classificados como positivo ou negativo para a participação popular. A figura 27 mostra o conteúdo do trabalho produzido pelo grupo.

Após a dinâmica da linha do tempo, o grupo fez um exercício de

**17** - Orçamento Participativo: *"é um instrumento de Planejamento anual que ajuda na priorização das demandas da cidade, permitindo o acesso universal da população às decisões referentes à destinação do orçamento municipal. É um espaço de co-gestão onde comunidade e governo decidem juntos onde e como investir os recursos públicos. O processo do Orçamento Participativo tem duas bases: 1) Territorial - A cidade foi dividida em 19 regiões, 2) Temática - São considerados seis Eixos Temáticos, a saber: Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Saúde, Educação, Identidade Cultural, Inclusão Social."* (BISPO *et al.,*2004)

**18** - Tais contribuições foram expressas em entrevista realizada em 13/09/2011, cujo teor está no anexo II deste trabalho.

**19** - Grupo Focal: *"Trata-se de uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador. A técnica pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de constituição das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos."* (extraído do roteiro baseado no livro "Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente - um modo de fazer". Tanaka, Oswaldo Y.; Melo, Cristina. São Paulo : Edusp, 2001.)

20 - Cabe destacar a importante colaboração da socióloga Elena Maria Rezende, que participou da discussão como moderadora da dinâmica "Linha do Tempo".

reflexão sobre quais seriam os grandes aprendizados extraídos ao longo dos processos participativos, sobre a situação atual e os rumos a serem tomados pelos movimentos sociais na Sub-bacia do Córrego Taióca - representados pelas associações de Bairros (Jardim Milena, Las Vegas, Alvorada e Baeta Neves e associações comunitárias do Núcleo Jardim Cristiane e Núcleo Haras), conforme Tabela 8.

Tabela 8: Aprendizados dos movimentos sociais e rumo a ser tomado.

| | |
|---|---|
| Retomar a participação de forma organizada. Cobrar as demandas; | "Temos que participar de forma organizada, aproveitando o que o governo oferece como instrumentos e espaços e, quando não oferecer oportunidades de participação, cobrar as demandas como população organizada para que a 'coisa' ande do ponto de vista da cidadania". (Sr. Adilson Gatti) |
| O Poder Público pode facilitar ou travar a participação | "Quando o Poder Público que alavancar a participação, ele ajuda, mas quando não, o povo sente que está sendo interrompido e que está jogado para o canto. Mesmo tendo os 'canais abertos', ele é tratado apenas como 'alguém que assina' e que não pode colocar a opinião dele!" (Sr. José Malta) |
| Ainda predomina a apatia/ cultura paternalista | "Por outro lado, ainda predomina uma postura de apatia por parte da população: quando ela não tem oportunidade de participar, normalmente ela não vai lá reivindicar, ela fica quietinha, esperando em uma atitude passiva. Em uma cultura paternalista, fica esperando que o Governo diga para ela onde e como participar, como se não fosse algo que está nos nossos direitos" (Sociol. Elena Maria Rezende). |
| Avanço na consciência popular superando o corporativismo | "A comunidade precisa se impor e não ser tão corporativa. Precisa parar de dependem da atuação de vereadores e deputados, evitando a relação do 'toma lá da cá'. O corporativismo é que nem docinho na boca de criança; o produto essencial não é discutido. Mas aqui foi diferente, se não tivesse sido construída uma discussão prévia do Haras, acredito que já seria tudo prédio (sic referindo às obras do INOCOOP). Neste sentido vejo que houve um avanço, apesar de que eu gostaria que houvesse maior consciência popular." (Sr. José Malta) |
| Recomeço da participação cidadã e popular. Será mais lento, mas não vai parar. | "Santo André foi referencia de participação popular no Brasil, mas com o atual modelo de gestão a cidade se degradou, por isso penso que na retomada os trabalhos terão um ritmo mais lento do que era. Mas a cidade só poderá voltar a ser referencia se ela se pautar na participação, pois para que as coisas andem bem em uma gestão é fundamental ter a participação para afinar os discursos. Enfim, a participação pode ser lenta, mas tem que andar" (Sr. Carlos Lousado) |
| Novas perspectivas nas convergências entre USP e a Associação | "Vivemos um momento positivo nesse processo, onde a retomada das associações culmina com o trabalho da USP. Acredito ser esse o ponto principal para tocar os trabalhos na Bacia do Taióca. A partir das duas associações, mais a associação dos Haras, do pessoal do SEMASA e da USP, quais os desafios que teremos? Precisamos entender o quanto as questões específicas do Haras significam para o pessoal de todo o conjunto daqui da região, se há consistência suficiente para a gente aproveitar essa questão de compensação ambiental do Rodoanel, tendo em vista viabilizar recursos e caminhos junto às prefeituras para viabilizar essas propostas" (Sr. Adilson Gatti). |

Fig. 27: Linha do Tempo

# CONCLUSÕES E DESAFIOS

*"É aqui que ganha corpo a questão da ética (...). 'Ethos' em grego significa a morada humana, aquele espaço da natureza que reservamos, organizamos e cuidamos para fazê-la nosso habitat. A partir dele nos enraizamos, estabelecemos nossas relações e elaboramos o sentimento tão decisivo para a felicidade humana que é o 'sentir-se em casa'".*

Boff, 2006.

# CONCLUSÕES E DESAFIOS

A pesquisa realizada revelou algumas dimensões do problema "APP urbana" que reforçaram a grande complexidade e tensões envolvidas, expressas por diferentes variáveis e graus de intensidade.

A começar pela dimensão ambiental, percebe-se que as APPs se estruturam sobre um sistema extremamente delicado e as dinâmicas, inerentes aos processos ecológicos, caracterizam tal fragilidade na sua amplitude, pluralidade, diversidade e constantes interações.

Com a migração escalar da população rural para os grandes centros urbanos, ocorrida no País mais acentuadamente no século passado, a APP passa a ser tratada em outro contexto, quando essa sensível base biofísica começa a interagir com as transformações, aí operadas a partir das ações antrópicas: *"a natureza, no campo, sujeita às ações imponderáveis dos processos naturais, passa agora, no ambiente urbano, a ser compreendida como resultado dos processos de interação com a ação antrópica artificial, regulada pela razão, pela dimensão do tempo e do relógio e pela intensidade das frequências e das relações intersubjetivas"* (Pereira, 2006:190).

A tensão que se estabelece entre a sensibilidade ambiental e as pressões decorrentes das ações antrópicas sobre as APPs urbanas tende a ser tratada, muitas vezes, por duas vertentes: por um lado, a exclusiva proteção da base biofísica, restringindo-se à análise de impactos ambientais e degradação dos recursos naturais, negligenciando outros impactos relacionados aos lugares de vida dos habitantes da cidade, bem como as interações da dinâmica urbana do lugar; por outro lado, em nome da "funcionalidade urbana" os processos naturais são ignorados (como se a base biofísica não tivesse funções na cidade), comprometendo não apenas a integridade da estrutura ecológica, mas a qualidade de vida de todo o meio - chegando a resultados desastrosos, incluindo perdas de vidas e materiais.

Em outras palavras, tais posturas acabam contribuindo para a consolidação da injustiça socioambiental na cidade; o fato de se furtar à especificidade do meio urbano, ao tratar as APPs urbanas como intocáveis é, no mínimo, irreal do ponto de vista da prática; por outro lado, reduzir os direitos de determinada comunidade à faceta da moradia, não é um enfrentamento consistente aos nocivos efeitos da lógica do capital sobre os mais vulneráveis da sociedade, uma vez que muitas dessas áreas apresentam riscos ambientais, em diversos gradientes.

Fato é que, fora do radicalismo, há argumentos consistentes para defender as necessidades de ambas as vertentes, porém o equívoco está na forma fragmentada de tratar uma questão, que por essência, demanda um olhar sistêmico.

Para enfrentar esta fragmentação é indispensável considerar a diversidade de conhecimentos sob enfoques interdisciplinares e até supradisciplinares (no sentido da busca de um objetivo ético comum), sejam eles, empíricos ou teóricos, científicos ou vernaculares, como meios fundamentais para melhor compreensão do tema. Assim, mediar e compatibilizar essa diversidade - para potencializar a síntese dos conhecimentos - é um caminho a ser construído de modo que alcancemos, em tempo hábil, uma situação mais favorável à Vida no meio urbano.

Um exemplo do desafio que a diversidade de visões representa, ficou evidenciado nas entrevistas dos arquitetos, pois ainda que envolvidos em uma mesma consonância ética, propuseram diferentes estratégias para o enfrentamento da tensão nas APPs urbanas. Deste modo, constatou-se que integrar as diferentes opiniões sobre o assunto é um desafio a ser depurado no microcosmo de uma mesma área de conhecimento (como o do urbanismo), onde é possível encontrar também argumentos polarizados presentes na questão da moradia x preservação ambiental.

É óbvio que o desafio só tende a aumentar quando a abordagem envolve técnicos e pesquisadores egressos das ciências naturais e geociências, os quais, não raro, têm uma visão preservacionista e, de outro lado campos como o da engenharia hidráulica e sanitarista que, em geral, têm uma visão de intervenção mais antropizante. Para não citar, embora não tenham sido aqui abordados, os estereótipos que permeiam tais discussões.

Ainda no contexto da discussão fragmentada, foi percebida a prática reducionista expressa, muitas vezes, nos diagnósticos e planejamentos de municípios conurbados como os do ABC, os quais são abordados como se fossem ilhas isoladas, ignorando sua inserção regional. Dessa forma, o planejamento urbano também tem, não raro, considerado o curso d'água como elemento de separação entre municípios, cuja segregação se revela negativamente na cidade, a exemplo da consolidação das chamadas "áreas de divisa" e seus efeitos.

Tendo em vista encontrar melhores alternativas, foi utilizada a bacia hidrográfica como unidade de planejamento da paisagem para a análise do objeto de estudo; fato que contribuiu como um recorte bastante adequado, uma vez que favoreceu a identificação das interações dos processos naturais. Além disso, o 'enquadramento' da área entre dois municípios proporcionou um exercício interescalar - local e regional - que enriqueceu a leitura do lugar. Reconhece-se, porém, que a bacia hidrográfica é um recorte limitado, quando o antrópico é colocado na discussão. Mas, apesar dessa limitação, a análise foi um ponto de partida importante para ampliar o olhar que enseja uma necessidade de avançar no entendimento de recortes oportunos que possam fazer frente a essa interação Cidade x Natureza, tais como delimitações do território em unidades e compartimentos da paisagem.

Além da dimensão urbanoambiental, a dimensão politicoinstitucional, também foi percebida neste tema, destacando várias contradições que permeiam a gestão das APPs no Brasil, atribuída ao poder público ao longo do século XX (TRAVASSOS, 2005:21).

A partir do fortalecimento das políticas neoliberais, o papel do Estado, enquanto garantidor dos interesses da sociedade[1], se desqualificou, resultando em uma instância fragilizada frente às pressões econômicas, em favor de interesses daqueles que detêm o poder.

1 - Essa expectativa atribuída ao Estado remete-se à ideia norteada pelo Bem-estar social, característica que jamais configurou o governo brasileiro, ao contrário, o patrimonialismo tem sido um traço muito peculiar desde sempre.

Mesmo reconhecendo um atual contexto histórico no País, a partir da atuação do Partido dos Trabalhadores no Poder - expresso por uma postura menos liberal e mais social-democrata[2] do que as anteriores, exercidas desde os anos 90 - a garantia do interesse público como resultado da atuação conjunta entre poder público e sociedade ainda se mostra muito vulnerável, em um sentido mais estruturado; na maioria das experiências onde tais parcerias resultaram de forma menos injusta, percebe-se uma "coincidência" com o fato de o setor privado ter feito menos pressão naquela determinada situação que menos lhe interessou. Então de modo geral, a realidade ainda retrata uma constante predileção do interesse privado em detrimento da coletividade.

Como exemplo recente, pode-se citar a atuação do Estado na condução da revisão do CFB, que viu frustrada a sua intenção de compatibilizar as diversas forças da sociedade referentes às questões da agricultura, do meio ambiente e da regularização fundiária. Ao que parece, nenhuma delas foi atendidas, exceto às referentes aos interesses privados. Particularmente para o meio urbano, entende-se que mesmo com a inserção do capítulo sobre a regularização fundiária, não foi resolvida a dificuldade da aplicação da Lei, pois ao restringir o debate ao estabelecimento de faixas o 'meio' foi definido em detrimento do 'fim', que é a preservação da Vida.

2 - Sob esse aspecto, os esforços para diminuir a desigualdade social tem se revelado por várias frentes, como por exemplo, o aumento do poder de consumo da chamada classe C (provocados pelo ciclo a partir da valorização do salário mínimo de pensões e de aposentadorias, que aquecem o mercado interno, aumentando o número de empregos formais e, em um segundo momento, a queda da taxa de juros, ajuste tarifário do setor elétrico etc) e a ampliação do acesso ao ensino superior (que se refletiu pelo estabelecimento de cotas e financiamentos do ensino particular), demonstra um avanço social mais quantitativo que qualitativo. O fato é positivo é que um processo político mais democrático tenha sido iniciado, marcando esse momento histórico com a inclusão de um número considerável de brasileiros no mercado consumidor, mas o salto de qualidade no sentido democrático só virá quando houver investimento na formação e transformação desses consumidores em cidadãos.

De modo geral, essa contradição se reflete, pelo menos em duas situações no meio urbano, no que se refere à atuação pública sobre a ocupação das APPs:

Uma delas trata das ocupações irregulares - consequentes da falta de melhor opção de moradia, frente ao déficit habitacional para população de baixa renda - que apontam para a inoperância do poder público no papel de fiscalização e preservação desses territórios, bem como à sua deficiência quanto à consolidação de Políticas Públicas que façam o devido enfrentamento do conflito 'moradia - meio ambiente', considerando a dialética existente nas relações sociais de produção capitalista x produção da segunda natureza.

O fato suscita questões sobre o porquê de, até mesmo gestores bem intencionados, não aprofundarem a questão no enfrentamento da regulação do mercado fundiário e imobiliário sobre o solo urbano[3], que definitivamente fomenta as ocupações nessas e nas demais áreas de interesse ambiental. Não seria a consolidação dessas áreas uma forma de fortalecer tal ação em detrimento de toda a sociedade?

Outra situação além da insuficiência do Estado quanto às ocupações irregulares em APPs, são as práticas adotadas pelo próprio poder púbico, voltadas à retificação e canalização de corpos hídricos, seguida da implantação de avenidas ao longo de seu percurso - que consistem em alternativas tradicionais de urbanização de fundo de vale e extravasamento dos córregos - e são consideradas "práticas regulares".

O que deve ser trazido à tona é o que vai a reboque da decisão do poder público em adotar um modelo de engenharia, que atrelado aos grandes incentivos públicos (destinados, por exemplo, para o transporte individual) tem priorizado interesses privados representados

3 - MARICATO (2011:78) refere-se à forma do mercado fundiário e imobiliário atuar como desigual e especialmente predatória, cuja atitude especulativa tenha sido potencializada pela introdução de investimentos maciços dos programas federais.

por grandes empreiteiras e multinacionais, em detrimento da qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Apesar da consolidação de tais práticas, o padrão de ocupação nas áreas de preservação permanentes fluviais tem sido questionado e até mesmo combatido por especialistas, segmentos da sociedade civil e órgãos públicos voltados ao interesse de proteção ambiental desses espaços, cuja atuação tem se concretizado de modo mais contundente, no fortalecimento do arcabouço legal protetivo, tendo em vista frear a degradação sobre as áreas de interesse ambiental, inclusive no meio urbano.

Mas, a realidade tem mostrado que a legislação ambiental brasileira, apesar de seu nível avançado em relação aos outros países em desenvolvimento, apresenta insuficiência para atingir os resultados esperados quando o assunto é a efetiva proteção das áreas de interesse ambiental. Da mesma forma, tem se observado um claro esforço em adequar as políticas públicas para integrar a dimensão socioambiental nas APPs no meio urbano, evidenciados desde o advento da resolução CONAMA 369/2006, da Política Habitacional Minha Casa - Minha Vida, da Política Nacional de Defesa Civil e, até mesmo, na revisão do CFB; porém, na prática, tais mecanismos são limitados para a plena garantia do direito à Cidade Sustentável, estabelecido pelo Estatuto da Cidade, uma vez que dependem de correlação de forças favoráveis para sua aplicação.

A limitação do instrumento legal nesse tema ocorre porque, por si só, significa apenas uma das frentes no assunto das APPs urbanas. Seu efeito torna-se fugaz quando a Lei é o único mecanismo considerado na questão, onde o desrespeito às suas regras é a maior evidência de sua fragilidade.

> *"...elas (as leis) existem, mas como fazê-las sair do papel? É a tal correlação de forças que produz a cidade, que faz a lei sair do papel ou virar 'letra morta'; e as leis devem ser regulamentadas, para ter operacionalidade; isso tem sido um processo onde é o poder que define o que sai e o que não sai do papel, influenciado pela tal correlação de forças na qual podem dialogar, influenciar, se digladiar o poder público e todas as instâncias da sociedade – movimentos sociais (ambientalistas, sem teto, sem terra, etc.), mercado imobiliário e universidade (com papel importante na democratização do conhecimento). É claro que de acordo com cada conjuntura, um tem mais poder do que o outro".* (Boucinhas, 2011).

Outro aspecto percebido na dimensão política foi a ampla gama de atores sociais que, além do poder público, influem nos desígnios das APPs urbanas e, que nessa pesquisa foram abordados na sociedade civil (enfatizada na população, conforme citado no capítulo 3).

As APPs urbanas, enquanto componentes do espaço público, são de interesse de todos e, por isso é fundamental o envolvimento da sociedade civil nas tratativas do assunto, visto que as consequências de suas dinâmicas e apropriações interferem profundamente na vida das pessoas. É neste sentido que a participação social, enquanto parte do processo democrático, é um mecanismo do qual não se deve abrir mão; apesar de reconhecer que, por si só, não é definidora de bons encaminhamentos.

Cabe como exemplo, citar a postura da sociedade civil, frente ao processo de revisão do texto do CFB, onde a apatia da maioria, quanto aos rumos das APPs, demonstrou o despreparo na atuação democrática. Ao analisar a questão, LIMA (2011) chama a atenção, que pior situação seria, se a sociedade resolvesse atuar sem o devido preparo:

> *"... se um plebiscito fosse realizado hoje, provavelmente teríamos a trágica repetição do que ocorreu com o plebiscito das armas, onde o povo votou sob a égide do medo e da desinformação; com a campanha acirrada do lobby ruralista por meio da Grande Mídia,*

*não acredito que tivéssemos um resultado fruto de uma consciência ambiental compreensiva, ou pelo menos, minimamente informada e amadurecida no tempo".*

Então, como a população poderia se apropriar, minimamente, das informações técnicas para se fortalecer nessa correlação de forças? Se os espaços públicos institucionalizados e mecanismos, como audiências públicas, são etapas conquistadas no processo democrático, quais são os próximos passos para a consolidação de uma efetiva participação crítica libertária?

A reflexão sobre o processo de revisão do CFB, inversamente comparada às atuações políticas na Sub-bacia do Córrego Taióca, indica que a ausência de uma real participação decorre, entre outros motivos, da falha na formação política dos agentes sociais que não compreendem as questões estruturais globais e seus reflexos nos seus lugares de vida, porém, apesar de suas limitações, a participação social ainda é o melhor instrumento para garantir a manifestação das vontades e interesse público.

O desafio é consolidar estratégias para a formação política e combate ao analfabetismo urbanístico[4] - mais ainda, analfabetismo paisagístico - que utilize, além da educação formal, outros mecanismos e formas que potencialize focos de "massa crítica" em diversos grupos da sociedade.

Neste sentido, o *direito de saber*, suscita uma discussão fundamental, revelando que o atual canal de construção de conhecimento com a sociedade se apresenta muito aquém do que deveria ser e, demonstra que as melhorias só ocorrerão mediante a convergência de vontades não só do poder público como também da sociedade civil.

4 - Combate ao analfabetismo urbanístico: expressão utilizada por MARICATO (2011:45) referindo-se à elucidação das estratégias das forças selvagens que fazem do solo urbano e dos orçamentos públicos posto para seus interesses.

A partir da observação das oficinas realizadas junto à população da Sub-bacia do Córrego Taióca, percebeu-se que a reflexão coletiva a respeito do lugar foi facilitada, porque existia um grupo social que já estava motivado a aprofundar seus conhecimentos em prol de uma participação crítica.

Tal experiência mostrou que a busca por "terrenos férteis"[5] onde haja uma população desejosa por uma vida com mais qualidade urbana, consiste em um precioso potencial em direção da positiva transformação do ambiente urbano; onde a disponibilidade afetiva do lugar e o conhecimento técnico - científico possam se aglutinar, resultando em boas interações na paisagem.

Do mesmo modo, a troca de conhecimentos, ocorrida por meio desse canal dialógico, também beneficiou a atuação de técnicos (estudantes e funcionários públicos envolvidos) na elaboração de planejamentos e projetos, uma vez que o devido enfrentamento das tensões em APP urbana se pauta no conhecimento do lugar. Para tanto, o conhecimento vernacular pode contribuir para o alcance de melhores e mais adequadas proposituras. Neste sentido, a construção coletiva, baseada na fusão de conhecimentos empíricos e teóricos, consiste em uma forma de atuação concernente aos tempos atuais: *"Esses novos tempos em que vivemos requerem, portanto, enfoques cada vez mais plurais, relacionais, pedagógicos e processuais, de tal forma que possibilitem uma abertura para ações coletivas da construção da paisagem na cidade"* (PEREIRA, 2006:191).

Também ficou evidenciado que o conhecimento técnico-científico é limitado, e pode até ser prejudicial se não estiver pautado no compromisso ético, pois uma objetividade, dependendo de como é orientada, pode levar a um pragmatismo exagerado, fortalecendo as condutas radicalizadas entre o preservacionismo irreal x a intervenção

5 - Terrenos férteis: faz-se referência à origem filosófica para "humano", que vem de húmus que significa terra fértil e boa.

inconsequente.

Ter tangenciado essas questões deu mostras de que o tema sobre as APPs urbanas deve ser tratado de modo supradisciplinar, considerando as diversas formas de conhecimento sobre as interações que se estabelecem nesses territórios - sejam elas sociais, ambientais, institucionais ou econômicas e, principalmente a correlação de forças na cidade. Também apontou para a necessidade de fortalecer a participação da sociedade civil para sua atuação junto ao poder público, sendo efetivamente envolvida nos processos pertinentes ao planejamento, projeto e gestão no âmbito da bacia hidrográfica como unidade territorial, articulando-a à outras instâncias urbanas.

Contudo, a busca pela síntese da diversidade de conhecimento, a compatibilização de unidades territoriais ideais para o planejamento urbanoambiental, bem como a consolidação de um engajamento participativo-crítico da sociedade são processos que só poderão ser concretizados se forem norteados por posturas comprometidas com uma sensibilidade ética, baseada em *"um novo paradigma de convivência entre natureza, Terra e humanidade que dê centralidade à vida, mantenha sua diversidade natural e cultural e garanta o substrato físicoquímicoecológico para a sua perpetuação e ulterior coevolução"* (BOFF, 2006).

Olhar a Paisagem da Sub-bacia do Córrego Taióca sob o recorte das dimensões biofísica e sociopolítica evidenciou também outros enfoques, que neste trabalho foram apreendidos de maneira, talvez, menos contundente, mas que merecem aprofundamentos futuros. Tais enfoques convergem para a dimensão do sensível que suscita questões mais subjetivas, porém relevantes, para a discussão da gestão das APPs urbanas no que se refere às relações das pessoas com o lugar:

Como as pessoas se relacionam com a APA e as APPs da Sub-bacia? Há como compatibilizar a iminente necessidade de morar com preservar ambiental para médio e longo prazo?

Os moradores da região se orgulham ou rejeitam o lugar onde vivem? Ou essa relação se manifesta de forma dialética? Percebem a latência de beleza que se expressa nos espaços livres e suas contribuições para a 'revelação da paisagem fluvial'?

É assim que, a noção de paisagem, no que contempla instâncias objetivas e subjetivas - as estéticas, simbólicas e de afetividade - se coloca como elemento promissor no campo das ideias, onde a sua percepção sensível se estabelece, ao mesmo tempo em que promove uma mudança cultural que implica em internalizar a ideia de pertencimento indissolúvel entre Homem-Natureza. Tal relação ética como reafirmada por, Tagnin (2011), evidencia que a forma de tratar a gestão das águas urbanas está intimamente ligada às questões que definirão o futuro de nossa existência.

*"É preciso entender que, ao expropriar a água de alguém e suas qualidades, estou também me matando, porque não é só uma questão de falta de respeito, é uma a questão de que eu sou feito dela. São vários haraquiris que estou fazendo à medida que eu desprezo a água da qual sou feito!"* (Tagnin, 2011).

# REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

De acordo com a Norma Técnica da ABNT NBR 6023 – Informação e Documentação – Referências – Elaboração (agosto de 2000). Abreviaturas de periódicos segundo a Norma Técnica da ABNT NBR 6023 – Abreviação de títulos de Periódicos e Publicações seriadas (ago./1989)

## PUBLICAÇÕES


BANCO Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. Define Projeto Multissetorial Integrado. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/pmi.html> Acesso em: 31 jul. 2012.

ALBUQUERQUE, E; LIMA, C; MORENO, R. *Gestão Pública e a Pedagogia da Paisagem: o Processo Participativo na Sub-bacia do Córrego Taióca*. In 41ª Assembléia Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE. Campinas, 2011.

BOFF, L. *Ética e Sustentabilidade.* Caderno e Debate Agenda 21 e Sustentabilidade, Brasília: Ministério do meio Ambiente, 2006.

BOUCINHAS, C. *A tensão entre a ocupação e a sensibilidade ambiental nas APPs urbanas*. São Paulo, 2011. Entrevista concedida à autora, disponível no Anexo I.

CARVALHO, M. C. *Participação Social no Brasil Hoje*. Banco de dados. Disponível em http//www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002. Acesso em 18 jun.2012

CASARINI, F. S. *Gerenciamento, Organização e Planejamento de Intervenção de Projetos de Drenagem Urbana* - Santo André - SP. In: 33ª Assembleia Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE, 2003. Disponível em: <http://www.semasa.sp.gov.br/Documentos/ASSEMAE/Trab_57.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011

CENTRO de Pesquisa Meteorológicas e Climáticas Aplicada à Agricultura da UNICAMP. Disponibiliza relatórios climáticos dos municípios da RMSP Disponível em <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_537.html>.Acesso em 31 jul. 2012.

COELHO, Lauro. "*Intervenções Nas Áreas de Preservação Permanente em Zona Urbana: Uma Discussão Crítica acerca das Possibilidades de Regularização".* Custos Legis. Revista eletrônica do Ministério Público Federal. Acesso em 16 nov. 2011.

CORMIER, N; PELLEGRINO,P. *Infraestrutura Verde: uma estratégia paisagística para a água urbana*. Paisagem e Ambiente, São Paulo: FAU-USP, 2008.

CONCEIÇÃO, J. J. *Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: 50 anos de síntese da sociedade brasileira - São Bernardo do Campo*, 2009 - http://www.mundosindical.com.br/sindicalismo/noticias/noticia.asp?id=2246. Acessado em 17 nov. 2011

DAGNINO, E. *¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?*. In Daniel Mato (coord), Políticas de ciudadania y sociedad civil em tiempos de globalizacion. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp 95-110.

_____. *Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal*. Revista Rio de Janeiro, n. 15 - jan. - abr. 2005.

DENALD, R. *Regularização de Favelas em Áreas de Preservação Permanente na Região do Grande ABC: Resultados, Abordagens e Conflitos*. In II Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano: Abordagens, Conflitos e Perspectivas nas Cidades Brasileiras, 7.,2012, Natal. Anais e textos completos, Natal: UFRN, 2012.

FRANCE, R.L. (Editor) – *Handbook of Walter Sensive Planning and Design.* Integrative studies in water management and land development. Lewis Publishers, 2002.

FREITAS, A. *Parque Natural do Pedroso*: Uma Unidade de Conservação em área Urbana. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2011.

HELLMUND, P.; SMITH S., org.. *Ecology of Greenways: Design and Function of Linear Conservation Areas*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - (2010). Informações sobre os municípios do Brasil. Dados Disponíveis em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

INPE. *Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras Às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo*. Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro). São Paulo, 2010. Acesso em: <www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/megacidades.pdf>, em 03 dez. de 2010.

JACOBI, P. *Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade.*Revista Saúde & Sociedade, São Paulo 8(1) 31-48, 1999.

JOVENS LIDERANÇAS. *O que é - Jovens Lideranças Ambientais?*. Disponível em: http://www.jovensliderancas.org/o-que-eacute.html. Acesso em 08 ago. 12.

LIMA, C. *Em pauta, O Código Florestal*. Revista LABVERDE, n. 02 - São Paulo, 2011.

LOPES & PONTUSCHKA. *Estudo do Meio: Teoria e Prática*. V18 n. 2. Londrina, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2360/. Acesso: 08 ago. 12

MAGNOLI, Miranda Martinelli. *Espaços Livres e Urbanização: Uma Introdução a aspectos da paisagem metropolitana.* 1982. (Tese Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo, 1982.

_____. *Ambiente, Espaço, Paisagem*. Revista Paisagem ambiente, São Paulo, n. 21, 2006 . Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-60982006000100019&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 ago. 12.

MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MÉDICI, A. *São Bernardo do Campo: Seus bairros, Sua Gente. Cadernos Históricos*. Seção de Pesquisa e Banco de Dados - SA.212 - PMSB, 1981.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. *Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação & Áreas de Risco. O que uma coisa tem a ver com a outra?* Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

MORENO, R. S. *Gestão local participativa em santo André, São Paulo: o gerenciamento participativo em áreas de mananciais.* Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. USP, 2004.

PELLEGRINO, P. R. *A tensão entre a ocupação e a sensibilidade ambiental nas APPs urbanas*. São Paulo, 2011. Entrevista concedida à autora, disponível no Anexo I.

PEREIRA, R. *O sentido da Paisagem e a Paisagem Consentida*. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, 2006.

SANDEVILE, E. *Paisagens e Método. Algumas contribuições para a Elaboração de Roteitos de Estudo da Paisagem Intra-urbana*. Revista eletronica Paisagem em Debate, n.2 - São Paulo, 2004.

SBPC, ABC, 2011. *O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo*. Sociedade Brasileira para o Prgresso da Ciência/ Academina Brasileira de Ciência, São Paulo: SBPC, 2011. http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-547.pdf. Acessado em 16 nov. 2011.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise e Dados - (2011), Perfil Municipal. Dados disponíveis em: http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php.

SEMASA & FAUUSP, 2010. Trabalhos finais de disciplina elaborados pelos alunos, com a participação de moradores e técnicos da Prefeitura de Santo André. No prelo.

SMA - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE / INSTITUTO FLORESTAL. 2005. Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo. Imprensa oficial, São Paulo.

SOS FLORESTAS. Código Florestal: entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. Brasília, 2011. http://assets.wwf.org.br/downloads/cartilha_codigoflorestal_20012011.pdf. Acesso em 16 nov. 2011

SPIRN, A., W. "O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade". São Paulo, Edusp, 1995.

TAGNIN, R. A, . *A tensão entre a ocupação e a sensibilidade ambiental nas APPs urbanas*. São Paulo, 2011. Entrevista concedida à autora, disponível no Anexo I.

TEIXEIRA, E. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife : EQUIP ; Salvador : UFBA, 2001.

UFBA/MARSOL – Universidade Federal da Bahia. Ementa da Disciplina Atividade Curricular em Campo (ACC) Mapeamento Biorregional Participativo em comunidades costeiras tradicionais como ferramenta para educação ambiental, oferecida para estudantes de diversos cursos de graduação. *apud* Aberly e George, 2010. Disponível em: http://marsol-ufba.blogspot.com.br/p/acc-mapeamento-biorregional.html. acesso em 06 ago. 2012.

**PERIÓDICOS**

ABCDmaior JORNAL, 2009. *Ponte reconstruída 45 dias depois das chuvas.* Disponível em: http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=12384. Acesso em 01 ago. 2012.

REPORTER DIARIO, JORNAL, 2012. *Situação na área em 2012.* Disponível em: http://www.diarioregional.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6076:corrego-na-divisa-de-s-andre-e-sao-bernardo-preocupa-moradores&catid=300:sao-bernardo-do-campo&Itemid=403. Acesso em 01 ago. 2012.

RUGE RAMOS JORNAL, 2009. *Ponte Provisória na Rua João Ducin* Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: http://www.metodista.br/rronline/rrjornal/pasta-3/viver-na-fronteira. Acesso em 01 ago. de 2012.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Lei n. 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 11 jan. 2007, P. 1.

BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1979, P. 19457

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 set. 1965. Revogado pela Lei n 12.651, de 2012

BRASIL. Lei n 12.651, de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 mai. 2012, P. 1

BRASIL. Lei n. 7.803, de 18 de julho de 1989. . Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 jul. 1986. **Diário Oficial da União**, Brasília 20 jul 1989 012025 1

BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília 08 jul. 2009, P. 2

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. . Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília 19 jul.2000, P. 1

BRASIL. Lei 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 dez. 2006, P. 1

CONAMA. RESOLUÇÃO n. 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mai. 2002.

CONAMA. RESOLUÇÃO n. 302, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 mai. 2002.

CONAMA. RESOLUÇÃO n. 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP

. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 mar. 2006

SÃO PAULO (ESTADO). Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991 de

São Paulo. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídrico. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo 31 dez. 1991, p. 2/5

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Lei n. 6184, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor do município de São Bernardo do Campo, e dá outras providências. **Seção de Atos Oficiais da Secretaria de Chefia de Gabinete**, São Bernardo do Campo, 11 jan. 2012.

SANTO ANDRÉ Lei n. 8696 de dezembro de 2004. Institui o novo Plano Diretor do município de Santo André, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, do capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade - e do Título V, Capítulo III, da Lei Orgânica do Município de Santo André. **Diário do Grande ABC**, Santo André 18 dez. 2004.

SANTO ANDRÉ. Lei n. 9.394, DE 05 DE JANEIRO DE 2012. Altera a Lei n. 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André, atendendo o art. 181 que prevê a revisão do Plano Diretor. **Diário do Grande ABC** n. 14925: 01 Santo André 06.jan.2012

SANTO ANDRÉ. Lei n. 7443 de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre diretrizes para ampliação do sistema viário no município. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 15 nov. 1996, Cad.Class. P. 09

SANTO ANDRÉ. Lei n. 8.836, de 10 de maio de 2006. Institui a Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo da Macrozona Urbana. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 11 mai. 2006

SANTO ANDRÉ. Lei n. 7733 de 14 de outubro de 1998. Dispõe sobre Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental e dá outras providências. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 15 out. 1998, Cad. Class. P. 20

SANTO ANDRÉ. Lei n. 8.499, de 21 de maio de 2003. Autoriza a celebração de convênio entre o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA e o Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente, com a interveniência do município de Santo André, e dá outras providências. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 22 mai. 2003, Cad.Class.,P 07.

SANTO ANDRÉ. Decreto n. 15.091, de 08 de julho de 2004. Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades, atendido o disposto na Lei Municipal nº 7.733, de 14 de outubro de 1998.

**FONTES DOCUMENTAIS CITADAS**

MORENO, R. S. *Relatório apresentado ao Ministério Público de Santo André.* 2007

RAMOS, Ruth C. F. Preservação - *Haras São Bernardo*. Relatório Interno de Análise da Unidade de Conservação e dos Serviços Ambientais. COMDEPHAPASA, Processo nº 320/95-7, PP 53-93. Santo André, 2009.

SANTO ANDRÉ - a. *Anuário de dados do município de Santo André*. Santo André, 2010.

SANTO ANDRÉ - b. *Diagnóstico do Uso e Ocupação do Solo de Santo André*. Santo André, 1998

SANTO ANDRÉ - c. *Plano Municipal de Habitação de Santo André*. Santo André, 2006.

SANTO ANDRÉ - d, 2007 - *Sumário de dados de Santo André*, 2007.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. *Sumário de dados do município de São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo, 2010.

SÃO PAULO. Deliberação Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) nº 33, de 22 de setembro de 2009. Dispõe sobre diretrizes para descentralização do licenciamento ambiental.

SEMASA. Estudo de Impacto Ambiental do Aterro de Santo André. Santo André, 2008

SEMASA. Plano Diretor de Drenagem. Santo André, 1997

SEMASA. Processo Ambiental do SEMASA nº177/05.

SEMASA. *Diagnóstico das APP Urbanas do município de Santo André*. Relatório elaborado pelo DGA, 2007.

# ANEXO I
## ENTREVISTAS

# ENTREVISTAS

**Entrevistado: Renato Augusto Tagnin**

**Entrevista concedida em 19 abr. 2011**

**E** - Tomando como base a APP fluvial urbana e a tensão entre a sensibilidade ambiental e a ocupação, como você se coloca, vê alguma saída?

**T-** A primeira coisa que me chama a atenção é que o ambiente natural é aquele em que diferentes seres vivos convivem há milhões de anos e nessa coexistência eles são criativos e vão coevoluindo. Eles coevoluem em um super trabalho de equipe e é uma equipe multivariada. Não é uma equipe mono-profissional, não é uma equipe só de espécies de arquitetos, nem de espécies de engenheiros, nem de espécies de geógrafos, nem de espécies de engenheiros+geógrafos+assistentes social+jornalistas. Não! São milhões deles desde os unicelulares até os mega-super-hiper-ultra seres pluricelulares. E um come o subproduto do outro ou o próprio produto quando não o próprio ser e assim não tem lixo na natureza .Ou seja, se eu fosse interpretar como mecanicista, é uma máquina perfeita, que tem resiliência e que nenhum dos seres para quieto e a cada geração, provavelmente, vai se melhorando nessa relação. E um é, dessa forma, generoso com o outro, seja involuntariamente, quando "oferece" um filho mais fraco para ser abatido, seja voluntariamente, quando uma árvore espalha frutos apetitosos para muitos que vão levar suas filhas (sementes) para outro lugar. Então como posso chegar perto disso? É uma pergunta minha: "como posso chegar perto disso?". Na realidade já estou dentro disso, mas eu só estou se eu me permito, se eu não tento olhar e dizer: "bom, aqui está precisando de uma organização". Porque dentro da minha visão limitada vejo uma **desordem** ou, pelo menos, uma ordem que eu não me reconheço dentro dela, então é uma DES-ordem, não-ordem à minha apreciação. Mas podemos pensar assim: "já teve momentos em que, provavelmente, a rede estava funcionando bem!" e talvez os índios estejam mais próximos dessa visão de "estamos juntos, estamos nessa e somos parte disso!

Nesse contexto, fica difícil imaginar uma "compatibilidade" se a "incompatibilidade" é parte crítica, já é ponto de partida, na minha visão. A meu ver o urbano-natural não é compatível. Talvez, o que eu posso fazer é aquela compatibilidade de poucas variáveis, de um olhar mais linear, tipo: ÁGUA-EU, ÁRVORE-MIM; que é , no máximo, uma relação dialógica entre 'eu + alguma coisa', como você está me perguntando, entre 'Eu a Água', que absolutamente não é um

elemento que acaba em si mesmo e nem tem recorte espacial, nem cronológico, porque a água passa, portanto aquela que eu estou olhando não é aquela que eu vi e nem aquela que será amanhã. Então com qual delas você está conversando? Está falando com toda ela? Ah, então aí é outra conversa! Porque para falar com toda ela você precisa de ajuda, não dos "universitários", e esses em geral, acham que não precisam de ajuda, acham que eles é que são a solução! É muito mais uma questão de postura; é como se o teu marido te achasse legal pelo crivo do que ele idealizou e não do jeito que você é. Não dá certo! Outro exemplo, você cria seu filho para ser um "arquitetinho", que ridículo! Ele nem está andando ainda e, você já quer deixar projeto para ele! Mas ele está dando um tempo, está querendo ouvir, está querendo conversar, ele está querendo se relacionar. É a mesma coisa, talvez seja mais fácil compreender essa questão comparando ao relacionamento, que é algo do nosso cotidiano. Desse jeito, eu diria: Quanto queremos nos aproximar e entender a água? Podemos iniciar alguma conversa respeitosa?

Também precisamos entender o que é diálogo, que não é imposição de ideias de um para o outro. É uma conversa recíproca: o que preciso é ouvir, ouvir o barulho da água até o fim e depois ainda tentar mergulhar nela!

Para começar esta conversa é preciso disposição, e não pouca, afinal a gente tem pressa, porque a gente quer enquadrar nos produtos, porque a gente quer ver materializados os projetos, porque isso e porque aquilo. Ao mesmo tempo há a morfologia da água e, se houver alguma simpatia pela pegada morfológica, então é possível que surja o amor pelo físico! Isso já é um bom começo de processo. Não tem um lado certo para começar a conversa: tem vários lados. E como os arquitetos têm esse lado da percepção espacial, vale à pena começar a olhar (água urbana) pela morfologia. Isso não vai esgotar o assunto, porque o que está na morfologia não é o suficiente. Mas que tal começar por aí?

Então você começa a olhar assim e percebe que muitas intenções têm sido um "delírio do que faço daquilo com o que sobrou" (em se tratando do espaço das águas) e que o remanescente é "aquilo que eu vou fazer o rio entrar dentro". Esta não é da água que se está falando, percebe? Não é viável! Entre você e eu existem milhões de partículas de água em dispersão; você é toda feita de água que não acaba, e eu também. Você acaba, mas água não acaba depois de você. E olha a quantidade e olha tudo o que é feito com um volume de água! Daí você começa a olhar a cidade como água também, qual é a conversa que é possível ter? Na realidade, a conversa que é possível ter é o começo, mas não é o fim, porque se há interesse em ter esse relacionamento, se começa por isso, mas também não se pode colocar um limite, como: "Eu vou parar no dia 27!" porque a água, se Deus quiser, vai continuar no dia 28, 29 e 30!

Agora a questão é que para ter essa conversa e ter esse dialogo é uma trajetória sensível, que se tem de abrir mão de muita coisa para poder ter (esse diálogo), e aí já fica difícil, porque a cidade tem os seus limites! A cidade limita essa conversa em demasiado; você sabe...

**E-** Você está falando de capacidade de suporte?

**T** - Não, o limite, por exemplo, pode ser as nossas exigências: ~eu quero andar de carro.", "eu quero que o rio vá mais pra lá!", "eu não me importo muito com a qualidade do espaço que a água percorre, mas eu me importo com a qualidade que ela fica!", só que ela está lavando o meu espaço, por isso ela fica suja; não é porque ela é suja, ela fica suja porque ela vai lavar o espaço que eu sujei. E na natureza não é assim, porque uma coisa limpa a outra, mas no nosso caso não tem isso. Se você olha (e nem precisa ser com um olhar de água), com o olhar de uma pessoa que se incomoda com a sujeira, falará: "Sou capaz de tomar a água que enxágua as minhas necessidades? Sou capaz de tomar esse caldo? Posso imaginar que alguma espécie queira fazer isso? Que consiga viver bem bebendo isso?". O que estou falando é que é uma

conversa que tem como, mas não tem muito que se falar. Acaba neste engenho, acaba nesta arquitetura. Então, para eu arrumar a água eu tenho que rever a cidade! Daí já é outra tarefa...

**E** - É possível viver de forma que a gente se adapte?

T - É possível. Várias culturas conseguiram uma relação. Uma relação diferente desta que para eu viver, tenho que matar o outro, pois hoje a nossa relação é essa: minha qualidade está na suposição de que vou tirar a qualidade de outro alguém, ou de outro "alguem". Então como posso ter um diálogo se "eu só vou ter grana se eu roubar a Elaine?". É mais ou menos essa a relação que a gente tem com o resto. Preciso entender que, ao expropriar a água de alguém e suas qualidades, estou também me matando, porque não é só uma questão de falta de respeito, é uma a questão de que eu sou feito dela. São vários "haraquiris" que estou fazendo, à medida que eu desprezo a água da qual sou feito!

A nossa conversa definida no "Plano Perfeito" foi apagada, e foi afastada e ela é cada vez mais borrão de tinta, porque a gente acaba encarando a água como inimiga também. "Ela cheira mal". Agora veja: Por que a água cheira mal? Por que o rio é sujo? Eu o chuto e digo: "aí, tá saindo sangue da boca dele!". Mas eu o chutei! Não consigo ver que o rio está doente, não vejo nada senão desgraça. Porque desde o centro da cidade até a minha casa, o rio só aparece nos seus defeitos e eu pego a tristeza como sinônimo de água. Estas acabam sendo a minha definição para a água da cidade: "cheira mal, imunda, falta quando eu preciso, me enche o saco quando eu quero sair andando, me inviabiliza". Agora, vai vendo, onde a água é bonita? Nos filmes. Olha como a nossa relação fica: abstração do imagin a, não é que elas mudaram é que nunca deixaram de fazer parte. O que aconteceu com elas é que não mudaram.

**E** - Então a única forma de mudar é rever não o papel da água, mas a nossa relação e o meio urbano?

**T**- Sim rever a nossa relação, que, aliás, inclui a cidade e outras atividades, não só o urbano. Todas. Eu tenho o que a água tem a ver comigo. Se eu deixar, ela me conduz; e o fato de ela me conduzir me faz vibrar em harmonia. Se eu voltar a entendê-la no plano racional, volto a entender o que eu sou.

**E -** Você tem referências atuais de boas relações ou de melhor relação com a água na cidade?

**T –** Não; generalizando, tem gente que olha, na Itália a terra da mudança: "era o rio meio da cidade". Não é rio que vem da montanha, passa pela cidade. Ela se abriu para o rio percorrer. Esta referência é Veneza. Todo aquele volume de água, ninguém imagina! Uma das melhores coisas que pode acontecer nessa relação é "virar-se para a água". Esta é uma expressão que é um bom começo, mas não é o fim.

Tanto lá, como em outros lugares o mau fim desse bom começo é enxergar a água como elemento paisagístico, um item na minha composição. Desta forma, apenas, eu não estou entendendo nada! Começo com vida curta. Significa que mesmo vendo, não se entende. "Olhar" faz toda a diferença, e não apenas "Ver". Um idoso adoece muito menos se deixar ele em uma praça olhando as árvores, não pensando em nada, simplesmente estando lá. A cidade tem que se permitir, só depende das pessoas.

**E -** Sobre o Plano da Bacia do Alto Tietê, quais são as grandes perspectivas, contradições e deficiências? Quais são as linhas de frente de enfrentamento dessas dificuldades? Como vê o meio urbano?

**T –** Os planos que foram criados, não vêm atingindo seus objetivos num ritmo necessário, por várias razões: uma essencial é que seu projeto, seu desenho foi feito por equipes consultoras com interesses muito circunscritos no campo da engenharia, e esses planos não contemplam de maneira mais abrangente as demandas sociais, as leituras dos diferentes atores sociais e muito menos as questões institucionais que são bastante limitantes no desempenho dessas ações. Então é a visão da

engenharia que não dialoga com nenhum desses campos, nem o campo politicoinstitucional, nem o campo social e nem ambiental. Esse é um problema sério. Quando participamos da Câmara Técnica de Controle de Inundações, fizemos e aprovamos o Termo de Referência para o Plano de Drenagem, um dos poucos planos, das poucas vezes que comitê se envolveu *a priori* na definição dos rumos de um plano, como o de controle de inundações. Aprovado o Termo de Referência, designou-se o DAEE como contratante. O problema é que o DAEE não tem perfil para acompanhar um plano da maneira como ele foi concebido, que é um plano de negociação de fortalecimento institucional, de discussão, de educação ambiental, que envolve planejamento urbano, variáveis que nãos são só hidrológicas nem hidráulicas. Foi assumido que eles não poderiam fazer aquilo porque eles têm um olhar hidrológico e hidráulico, mas o governo insistiu que eles é que deveriam contratar esse plano e eles contrataram um plano de obras, justamente o tipo exclusivo de intervenções que foi criticado no passado, com base nas experiências anteriores - e que motivou a elaboração compartilhada no Comitê, de um novo termo de referência, uma nova encomenda. Deveria haver um plano diferente, pois tudo bem que obras são necessárias, mas elas são, apenas, uma parte das coisas necessárias. Não se pode fazer uma obra que não tenha inserção nenhuma, nem com a população nem com o setor hidráulico geral e, nem com o planejamento geral da cidade. Nenhuma obra se basta, sozinha, em lugar nenhum.

Mas eles avançaram em coisas boas também: avaliação dos dados hidrológicos, dos postos de monitoramento e, corrigiram as curvas de chuva-vazão (porque nós usamos modelos importados que não reproduzem a nossa realidade). Então, nesse campo, houve um avanço, porém só nesse campo.

A política foi fazer piscinões em todos os lugares. “É o samba de uma nota só” e, não houve uma crítica ao sistema operacional da nossa macrodrenagem, ao contrário, foi assumido que é bom bombear água pra Billings, foi assumido que é bom ter uma barragem ali segurando, ter a barragem móvel estreitando as vazões do Rio Tietê. Coisas que não são discutidas de forma ampla no próprio Comitê; foram assumidas desse jeito.

O Plano de Bacia, da mesma maneira, assumiu que tudo aquilo era bom por si e, atribuiu a maior parte dos problemas que nós temos a variáveis independentes. Os municípios, considerados despreparados, considerados que, a despeito de terem o controle constitucional do uso e ocupação do solo, não exercem esse controle; o que é verdadeiro. Porém, o outro lado foi eximido da responsabilidade; como é o caso do Estado na gestão metropolitana, pois justamente os municípios sozinhos pouco podem fazer em seus territórios, especialmente, em se tratando das poderosas dinâmicas metropolitanas, que os atravessam sem perguntar em que município estão pisando. Então, no Plano de Bacia, foram sugeridos instrumentos para criar condicionalidades para os municípios, para que, ao atenderem as definições e diretrizes do plano, teriam vantagens no processo de uso, por exemplo, dos recursos do FEHIDRO. Mas o debate não foi crítico, não abrangeu o que deveria ter sido abrangido, a discussão do Plano ficou centrada em poucos porque ele ficou pesado e gigante, uma “massaroca” de dados. Não foi criada nenhuma versão mais *pop* para discussão (que era a nossa proposta: criar um plano que fosse inteligível, que trouxesse questões fundamentais para envolver a população e os municípios nessa discussão). Essa interface não foi tratada, também e, no final, a relação de ações era “uma relação de obras” que não levavam a objetivos ou à metas no tempo e no espaço. Ficou em uma generalidade, ficou uma coisa que, absolutamente, foi concluída ou foi avaliada sua conclusão e sua implementação; porque, também, dependia de outros atores para fazer seus projetos nos seus ritmos. Então, diminuiu o ritmo da implementação do plano de macrodenagem? “Paciência!”; diminuiu o ritmo do plano dos mananciais ou foi retardado? “Paciência!”, diminuiu o ritmo ou foi o projeto Tietê? “Paciência!”, e a culpa? Sempre e exclusiva

dos municípios...

Teve um prisma político muito definido que foi de apoiar as ações do Estado, ser muito leve nas criticas a esses investimentos e, ser muito crítico nas ações do município, sem propor nada além de condicionalidades para que eles obedeçam àquele "saber técnico", ou seja, um Plano positivista, onde o "saber técnico" está acima de todos, ainda que não seja o "saber técnico" pelas razões que falamos e, "os outros que se eduquem, que corram atrás", mas para isso a gente tem que oferecer dinheiro se não eles não vão se interessar! Desqualificando a política, o envolvimento das pessoas, a compreensão ou não das pessoas, ou seja, se for feito por uma elite para os demais, não produz efeito, naturalmente.

Agora o plano está em revisão e não sabemos que resultado terá: se haverá uma revisão dessas premissas e pressupostos, se haverá a necessária revisão diante da própria realidade, ou se não haverá revisão nenhuma. Seria uma coisa boa pegar as versões dos planos que não circulam muito o que contraria a própria Lei 7663/91[1] que requer que a discussão seja descentralizada, integrada e participativa - e, efetivamente colocá-los num debate amplo. Contrariando os pressupostos da lei em que se buscou superar o tipo de gestão que nos produziu os atuais problemas, eu não sei como chegaremos a uma efetiva proteção, ou a uma nova relação entre as pessoas e delas com as águas!

**E –** Essa revisão vem com qual demanda? Por uma questão de prazo legal?

**T –** Que eu saiba, não há uma reflexão crítica de que as coisas não deram certo. É por que agora está na hora, ou no prazo de revisar o plano e pronto.

1 A Lei Estadual 7663/91 estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

**E –** Sobre esse assunto das inundações, você tem algo a acrescentar? Outra questão?

**T –** Nas inundações há um conflito que a gente menospreza, que vai além da óbvia apropriação de valor imobiliário pelo uso dos terrenos "sobrantes" (as várzeas, por exemplo) da cidade; nós temos, também, a questão do transporte. O transporte individual é sedento de espaço, , se vê o consumo de carro cada vez maior e o investimento público para a criação de espaço para transporte individual mostra uma falta absoluta de democratização de espaço e desse investimento público. Isto porque se está trabalhando (via políticas governamentais) para concentrar renda, para excluir socialmente e degradar ambientalmente. Então se consegue dinheiro público para produzir três grandes efeitos mensuráveis (facilmente, com qualquer régua que você use) por toda a cidade: diminuir o investimento relativo ao transporte coletivo; quanto se expande a cidade; o quanto se deteriora o transporte coletivo; e os resultados sócio ambientais de todo esse processo. Todos esses (e outros) parâmetros são mensuráveis e, neles, verifica-se que estamos, claramente, perdendo.

**Entrevistado: Paulo Renato Pellegrino**

**Entrevista concedida em 9 jun. de 2011**

**E** - Qual o seu posicionamento em relação à água na cidade?

**P** - Não temos como nos posicionar contra, na verdade a posição é favorável, temos que ver a água como recurso que a cidade necessita. O que é a cidade? Cidade é uma concentração de pessoas que exigem uma série de serviços para continuar existindo naquele lugar de forma habitável e a água é a base de tudo. Com a água se tem duas ideias: o abastecimento, de um lado - "os SEMASAS da vida" que pegam a água de mananciais e tratam ou distribuem p/ edificações, pessoas, edifícios usarem; outro lado é a drenagem, o escoamento da água da

chuva. São duas situações complementares: como entra com a água, *in put* e como se tira a água, *out put*. A saída da água é sempre realizada a partir da visão da engenharia mais tradicional, estabelecida há 100 anos, que via a drenagem como algo que deveria ser feito com a maior eficiência possível. Ao mesmo tempo em que isso acontecia, para ter uma "máquina perfeita" de abastecimento de água, também se previu (apesar de nunca ter sido implantado totalmente) uma máquina eficiente de tirar água da cidade "sem causar problemas". Era só uma questão de concluir essa máquina e "todo mundo ficaria feliz"! Ou seja, todo o escoamento da água de chuva, juntamente com as águas existentes dos corpos de água seria drenado e, a cidade "ficaria feliz", recebendo a água pura e se livrando das águas sujas. Mas essa visão teve algo falho logo de início, porque a cidade não tem essa entrada de água garantida para sempre, pois essa água pega para distribuir o abastecimento não vem garantida de fora, na verdade é da mesma região, e a cidade, que faz uso dela, deveria cuidar.

Existe uma área que pode ser do próprio município ou região onde se produz a água para abastecimento, que é área de manancial e, ao mesmo tempo é necessário que ao se liberar as águas da chuva, exista um lugar para depor essa água que passou pela cidade e que é o excesso que precisa se livrar, a área de drenagem. É preciso espaço, pois ela não vai desaparecer. O município não tem um ralo no final onde ele joga fora toda sua água! Tem outro município abaixo, pois o município está em uma bacia hidrográfica. No conceito de bacia hidrográfica, o município, idealmente, pega a água limpa de um lugar preservado, principalmente se for do município vizinho, o chamado manancial e, joga fora a água suja para o município de baixo, que "não pode" reclamar. Isso acontece em São Paulo: a cidade quer ter a garantia que os municípios vão ficar parados no manancial só para produzir água, enquanto joga em Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, suas águas sujas (e eles não podem reclamar por ficar embaixo da nuvem de espuma!). Como se fosse essa a função deles e, isso é uma situação insustentável. Porque não existe essa situação ideal, onde se tem sempre disponível uma água 'x', sem se preocupar onde jogá-la ralo abaixo.

**E** - Sobre a questão das APP pluviais urbanas: A tensão sobre a ocupação e a sensibilidade ambiental. Qual a sua colocação? Você vê alguma saída?

**P -** Nessa visão de que não se resolve nenhuma cidade sozinha. Qualquer cidade está em um ponto dentro de uma bacia hidrográfica. Tem que se resolver a água dessa cidade tanto para abastecimento quanto para escoamento, dentro de uma visão de bacia. É uma questão que não vai se resolver sozinha em uma cidade, mas deve ser resolvida em um plano, em uma forma continuada de ver como se recebe e como se libera essa água, sem causar transtorno para ninguém; e isso só pode acontecer por meio de uma visão integral da rede de drenagem, que tem que estar calcado em cima da fisiografia, ou seja, das linhas drenagem que são dadas pelo relevo da cidade. As águas continuam seguindo a lei da gravidade e vão sempre do ponto mais alto para o mais baixo, escoando da altura maior para a menor, mais rápida ou mais tranquila, dependendo da forma como o sistema é construído. Para isso, os parques lineares, as zonas de mananciais, os grandes cursos d'água, as várzeas de uma cidade, devem ser vistos como elementos desse sistema. Esses espaços não estão lá, vazios, esperando para serem urbanizados! São áreas estratégicas para facilitar e para dar condições para o funcionamento da cidade. Não podem ser vistos como apenas um 'espaço que ainda não foi usado'. Não podemos olhar para uma área de fundo de vale e dizer que aquilo poderia ser urbanizado, passar uma avenida em cima e conseguir mais espaço para a cidade; conseguir uma linha de tráfego mais condizente; resolver as condições das pessoas que estão morando no fundo de vale, apenas urbanizando. Mas como vamos conseguir espaço para a água? Ela continua existente!

Apesar das muitas incertezas sobre como se dará, os eventos climáticos podem continuar ainda mais extremos, por causa de aumentos

de temperatura em decorrência das mudanças climáticas, mas isso tudo aponta que aquele espaço que vemos como espaço vazio ou livre, na verdade é um espaço estratégico para a manutenção do funcionamento da cidade, que pode até ser ocupado, se for mantido dentro dele uma estrutura de preservação das suas funções originais, que são: receber e reter as águas, liberando-as de forma segura. Para isso é preciso fazer um projeto que permita que esses 'espaços estratégicos' para a drenagem e o abastecimento da cidade e a conservação dos espaços hídricos sensíveis da cidade se mantenham (o projeto é uma forma de tentar se resolver esse conflito entre a necessidade de uso desse espaço, que vão se tornando centrais e muito importantes para a ocupação) e ao mesmo tempo, manter todo esse papel que eles têm de suporte para cidade, de desempenho dessas funções.

**E -** Qual a sua opinião sobre a discussão do Código Florestal nas áreas urbanas?

**P -** Eu acho que a discussão é feita baseada muito numa visão meio esquizofrênica, como se tivesse dentro da cidade um ambiente diferente do resto do mundo, sendo que na cidade nós sofremos os mesmos processos naturais, que estão mudados e só não são idênticos, porque as chuvas vêm com mais força, as águas escorrem com mais velocidade, se acumulam mais rápido, mais sujas, carregando toda a sujeira da cidade etc. Mas, basicamente é o mesmo processo natural. Então, não adianta imaginar que porque estamos na cidade não é preciso considerar esses processos naturais, pois eles acontecem das mais diversas formas, da mesma maneira, ou de maneira similares que acontece no campo. Dentro da cidade tem que ter espaço para as águas se acumularem, para as águas serem filtradas, para se alimentar os aquíferos. Deve-se ter espaço para que as águas sejam tratadas de forma segura e que não ocasione problemas para as propriedades, para a vida das pessoas e as funções que a cidade desenvolve todos os dias. Mas para proporcionar essa funcionalidade, deverá ter algumas áreas com essa função.

O discurso que se faz é que as APP são corpos estranhos dentro da cidade, que não deveriam ser pensadas para cidade, e sim, para o campo. Aí se vê o pessoal no campo (os ruralistas) dizendo que as APP também são corpos estranhos nas áreas rurais porque atrapalham a produção. Quer dizer, que não terá espaço para nenhum lugar, porque não tem lugar pra acomodar as águas! Mas como uma propriedade rural irá funcionar se não tiver água para irrigação? Eles até acham que podem, em um mundo distante, fazer um sistema de irrigação todo mecanizado, mas mesmo assim, a água tem que ser pega de algum lugar! Existe essa ideia que se pode acabar com as nascentes em uma área de proteção na beira de cursos d'água de uma propriedade rural, porque está viabilizando a própria cultura daquele lugar. Essa presunção de que as APP são 'corpos estranhos' na área rural tanto quanto na área urbana é uma visão  fruto de certa ignorância de pessoas que não percebem que, mesmo para as atividades que eles acham que são desvinculadas da natureza, é preciso ter serviços que são fornecidos por aqueles espaços. É contraditório, quer-se ter na cidade todas as áreas ocupadas e tratadas absolutamente como áreas construídas e ter, como em um passe de mágica, a água para abastecer a cidade. O que tem que ser feito? De onde vai tirar a água para abastecer a cidade? O seu município não é sozinho, está rodeado de outros municípios. Quer-se que a sua cidade seja tratada como algo independente das zonas de preservação, mas exige que os municípios acima sejam mantidos como zona de preservação. Essa força política exige que os outros municípios se conformem com uma posição de não ter nada a fazer a não ser fornecer água gratuitamente às jusantes e, os municípios de baixo a se sujeitarem a receber a poluição com todos os efeitos das grandes enchentes e aceitar os prejuízos também, sob o argumento de que eles tiveram a má sorte de estar à jusante na bacia! Não existe essa passividade, mesmo cidades que se julgam que são poderosas a ponto de imporem a sua vontade às outras, uma hora essa imposição se enfraquece. Ninguém aceita esse posicionamento injusto em relação às

outras cidades. Não adianta dizer que na zona de manancial se preserva e quando entra na cidade se ignora, pois e aí, como fica para baixo? Não tem como brecar esses fluxos. Eles estão amarrados, intrinsecamente, seja na área rural, seja na área urbana, sempre terá que se planejar as áreas de interesse ambiental, porque elas são fundamentais para o funcionamento, seja da cidade ou das propriedades agrícolas. Mesmo uma cidade com porte de São Paulo, é totalmente dependente de que suas áreas ambientalmente sensíveis sejam mantidas. Evidentemente, que se pode pensar em formas de se adaptar dentro das condicionantes da própria forma de urbanização, as funções que esses espaços possam ter. Um grande problema, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, é a imposição de normas únicas e idênticas para todos os ambientes. É isso que acaba gerando uma série de inconsistências: pois é evidente que uma área na beira de um rio precisa de um lugar, talvez com mais de 15m, 30m ou 60m dependendo das condições e, em outros lugares ela poderia ser reduzida, porque em algum ponto não precisaria ter exatamente essa largura devida suas condições topográficas. Nesse ponto, entra a questão do projeto, pois ele tem a capacidade de olhar para cada lugar especificamente, desenvolvendo para aquele lugar uma proposta que entenda a localização do lugar em um todo e consiga dar um desenho mais adequado para que aquele espaço funcione da melhor forma possível. Já a legislação é um arcabouço para segurar ou lembrar-nos que existe uma série de coisas acontecendo, e dentro dessas condições deve-se tentar resolver o caso da melhor forma: por meio do projeto. Para cada beira de curso d'água deveria ter projetos que trabalhassem alternativas nas faixas de proteção, por exemplo, oferecendo compensações, criando alternativas em forma de áreas, nem sempre ao longo do curso d'água, mas próximo, desenvolvendo papéis similares aqueles, que atenda as várzeas, cumprindo o papel de armazenamento com faixa contínua em uma área ao longo de uma encosta. Este tipo de coisa deve ser previsto em um plano que tenha essa escala maior onde os projetos que saíssem desse plano que solucionasse os problemas específicos. Ao contrário, o Código Florestal tenta dar uma regra única para todos os lugares e acaba sendo um erro, porque os lugares não são iguais. É correto quando a lei é a mesma para as pessoas, mas para os lugares não são iguais, cada lugar é diferente um do outro com uma função, com um valor diferente. Não pode ser a mesma lei, é esse tipo de problema encontrado, porque temos uma falta de conhecimento que nos diga, precisamente, o que pode ser feito em cada lugar e, então, pela a falta de conhecimento cria-se uma regra única, para evitar um estrago maior; pelo menos, segurando o mínimo. Mas isso é uma etapa que precisa ser vencida, pois é na verdade o momento de avançar com o conhecimento, as pesquisas para definir cada lugar, o que pode e o que não pode ser feito, o que causa estrago e o que não causa estrago.

**E** - Continuando com o assunto sobre 'estratégicas e táticas' na intenção de viabilizar as tecnologias de paisagem, o que você considera como dificuldades a serem superadas para a concepção desse novo paradigma?

**P** - No meu ponto de vista, estamos sob um sistema dominante de construção do espaço urbano que está montado em cima de uma tecnologia de fabricação daquele espaço. Há todo um processo de produção da cidade calcado, seja fundiária, das edificações, da estrutura urbana, das redes de estrada, das vias. Enfim todas as obras que precisam ser feitas para a produção da cidade, estão calcadas em um 'modelo dominante de tecnologia de infraestrutura urbana'.

Esse sistema foi montado em cima de princípios técnicos que via a cidade como uma máquina que pegava a água limpinha e se depositava fora, independente da ideia de isso ser totalmente viável, mas como um plano ideal, parecia que funcionava, foi sendo aplicado assim.

Até hoje a desculpa, pelo menos da grande parte dos que advogam esse sistema, é que não dá certo porque esse sistema nunca foi totalmente implantado, ou seja, "precisa ser mais feito, está faltando

completar o sistema, tem que ser construído mais piscinões, mais canais, avenidas e abrir as avenidas". Como se tivesse que ampliar esse sistema para que ele num passe de mágica funcionasse perfeitamente. Só que não existe nenhum lugar do mundo aonde esse sistema chegou a funcionar perfeitamente. Os países de industrialização mais antiga, que estão numa fase de reurbanização de suas cidades industriais, estão abdicando desse sistema e indo para outro modelo, no qual a infraestrutura verde acaba sendo um dos parâmetros para *retrofit* das cidades, uma vez que não teve como chegar naquele plano perfeito da máquina urbana que se via há anos atrás. Assim, essa visão da 'cidade como a máquina perfeita' está calcado ma visão de um sistema dominante tecnologicamente, economicamente, politicamente e que foi se estabelecendo em cima disso. A máquina da administração da cidade e todos os agentes que constroem a cidade foram se organizando nesses anos todos, de forma a tirar o máximo proveito dessa fábrica de produção da cidade. É um modo de produção que acabou se tornando uma propriedade de grandes poderes econômicos, tanto dos técnicos que têm a informação de como projetar esses sistemas tradicionais (que guardam seu saber e não querem ser desafiados a dizer que eles não são mais os 'donos desse conhecimento', afinal eles vivem da venda desses projetos), bem como das empresas que são contratadas para executar essas obras que já têm todo o *know how* de como executá-los; e toda a parte da administração pública também é toda organizada e muito bem estabelecida em todos os níveis (mais oficiais ou menos oficiais, a coisa anda com maiores e menores intervenções, em vários níveis), mas a máquina funciona assim e, politicamente, isso rende também. No fundo é uma máquina, um sistema dominante de infraestrutura urbana de construção da cidade. Ele é uma lógica que se auto-organiza e, como todo sistema dominante, não aceitaria, que alguém chegasse e dissesse: "vamos fazer de outro modo", porque bagunçaria todo o equilíbrio de forças políticas, econômicas e técnicas já está estabelecido. Esse sistema já estabelecido não vai aceitar entregar a 'galinha dos ovos de ouro' tão facilmente. Vai segurar o quanto puder!

Mas, justamente o uso daqueles conceitos de estratégia e de táticas urbanas vem na visão de como esses lugares nas cidades já estão em outros níveis de evolução urbana. Eles foram trabalhando essa transição. Chegar e trabalhar nessa transição, não significa chegar e derrubar um sistema dominante e substituir por outro (porque ele é forte e, e mesmo que esteja se enfraquecendo, precisa parecer ser forte). Ele tem que se reforçar dizendo: "Não!". Essa transição exige, então, uma série de táticas de negociação para que se comece a introduzir novos modelos de estrutura urbana e construção da cidade, áreas de paisagem ambiental, etc. É um modelo que tem todo um diferencial para oferecer para esses espaços abertos ou livres onde estão o 'grande gatilho' para fazer a cidade exigir que se comece a criar e descobrir brechas no modelo dominante. Assim se vai enfiando suas 'novas cunhas', vai calcando e criando dentro das fissuras desse sistema dominante, até que se comece a fincar essas novas posições, comecem a se multiplicar e ver como vai se transformando o sistema dominante a partir das bordas ou lugares internos. Isso exigiria estratégias e táticas específicas: uma delas seria um discurso de não enfrentamento do um modelo dominante, mas certa aliança estratégica com as forças que constroem a cidade, para que possa calcar junto aos que tem poder hoje, para introduzir o novo modelo. É uma questão de 'empoderamento': não se vai ver nessa fase de transição (entre antigas formas de infraestrutura urbana para as novas), esse modelo acontecer de uma hora para outra. Ele vai sendo feito e dessa forma tem que ser entendida 'como' e 'aonde' começa a mudar esses paradigmas na construção. Quer dizer, na hora que os técnicos começarem a ver que eles têm informação, que eles sabem calcular e fazer os projetos desses novos modelos; na hora que as empreiteiras, as construtoras, as grandes empresas que constroem a cidade começarem a ver que seus métodos e instrumentos, vão conseguir absorver esses modelos; e, quando a fiscalização, a parte da administração urbana, os administradores da cidade começar a entender esse processo, verem

que eles poderão participar e poderão tirar partido para se fortalecerem para ganhar espaço; e, quando a população visualizar e perceber que esse modelo pode ser mais eficiente, agradável e benéfico para ela, começará a exigir do poder político que vá atrás para conseguir manter seu poder político. Essa somatória de coisas não vai ser feita de uma hora para outra: será construída em ações. O livro *Transitions of Urban Infraestructure* narra o exemplo de algumas cidades, basicamente europeias, e como foi sendo feita, ou ainda, que estão em um processo de transição de infraestrutura tradicional para um modelo mais inovador, que leva em consideração essas questões paisagísticas e ambientais e que geram maior eficiência no trato da cidade.

**E** - Você acha que há uma pressão da população exigindo um novo modelo?

**P** - Como você acha que a população pode exigir se ela não tem os modelos para ver? Porque o poder que está aí é que gera o desejo da população, cujo desejo é aquele submetido aos modelos tradicionais: rua asfaltada, calçada com concreto, postes de concreto, bocas de lobo, galerias. Isso é visto como o ápice da urbanização: que está lá nos bairros rico-centrais. É aquilo que gera o espelhamento, quer dizer, "eu vejo lá, eu quero aqui, exijo aqui, pois eu exijo aquilo que eu conheço".

O que vai acontecer é que para mudar o desejo, precisa ter uma mudança de cultura, quase. Isso não acontece de uma hora para outra, e não é tão interessante... As culturas evoluem, elas não mudam, mas vão para seus próprios modos de evolução. O ideal seria ter áreas ou modelos que pudessem mostrar que funciona também de outro modo.

**E** - Você acha que a instituição de ensino pode fazer isso? Levar essas referências aos grupos organizados e mostrar-lhes outros lugares?

**P -** Mas onde estão esses lugares? O ideal seria ter áreas próximas à realidade das pessoas. Poderia ser um parque na rua vizinha, mas os parques que são feitos em área de manancial, por exemplo, como os projetos de parque lineares do município de São Paulo, são desenhados como se fossem em qualquer lugar, com pisos concretados que atravessam várzeas, quadras de esportes, áreas de construção, o trato da vegetação e o reficionamento topográfico é muito pobre em relação às informações do lugar, do projeto que está sendo implantado e do uso de novas tecnologias da paisagem (que poderiam ser usadas como grandes vitrines para demonstrar essas formas). É a história do que vem antes, "o ovo ou a galinha?", se não tiver os técnicos e o poder público com capacidade de reconhecer e produzir projetos com diferencial, implantando-os com o mínimo de qualidade e tornando-os modelos a serem seguidos, vai ser difícil. Porque não é função da Universidade fazer projetos para fora e, sim, formar gente que façam bons projetos.

Quanto a esses profissionais que estão fazendo os projetos na área pública, teriam quer ser capazes de produzir projetos que façam esse diferencial, mas não é isso que se vê. Essa máquina perversa que se configurou na administração pública é calcada em um desincentivo geral para os funcionários que estão lá. Eles não se sentem motivados para ir atrás de coisas novas, porque não tem motivo para "queimarem as pestanas produzindo coisas muito diferenciadas" e é capaz de nunca saberem que fizeram o projeto, não sendo reconhecidos. Isso se ele não for uma espécie de um mártir de um projeto maravilhoso, dentro de um órgão público, onde seja bem provável que algum superior ou um político tire o partido do projeto e ele acaba sendo uma "escadinha". O sistema dentro do órgão de administração da cidade acaba sendo um matadouro de boas ideias, as suas boas ideias não se proliferam. Primeiro, tem que ter a informação técnica, depois ainda que o técnico tenha boa informação e condições de produzir um bom projeto, quem pode dizer o que acontece com esse projeto (o quanto se desfigura) depois que entra na máquina de licitações de preços mínimos? E, posteriormente, até chegar numa construtora que ganhou a licitação, até a implantação e a fiscalização, até o final da obra, quem garante que o processo todo é produzido com a segurança de estar conforme

o projeto do cara se matou no início? Vai ser outra coisa! Ainda mais quando se trata de projeto de espaços livres; porque um parque, não é como um prédio de uma escola que se constrói. Quando a prefeitura faz um CEU, ela contrata um projeto que tem a metragem das salas, quantidade de esquadrias, luminárias, com tabelas e consegue chegar ao final e saber que foi tudo instalado e, o acabamento se consegue ver, mesmo que mal-feito e medir. Mas quando se chega em um parque, a falta de cultura de paisagismo aqui no Brasil, acaba criando um "vale-tudo" nesses projetos, porque além dos técnicos não terem o preparo específico para produzir os projetos, as empreiteiras estão acostumadas a passar a máquina, jogar fora o solo bom sei lá onde, aterrar o que for, nivelar tudo, plantar gramas em placas e umas árvores aleatoriamente. Até fazem os caminhos dos desenhos originais, mas que acabam sendo implantados de uma maneira que se desfaz em pouco tempo e, raramente, tem plantio de outras espécies, além meia dúzia de árvores. Há essa falta de padrão de uma cultura de projeto paisagístico que exija que o projeto seja feito completo na sua qualidade, que seja implantado como algo a ser seguido ao "pé da letra" e que não é só uma sugestão. Pois é um documento que deve ser seguido e, no máximo, pode-se sugerir alterações com o apoio do projetista. Mas deve ser observado como um documento e no final ter uma manutenção (até porque um projeto de paisagem não é entregue pronto como um prédio: vai demorar um tempo para se consolidar, demora anos para ficar com a cara que se imaginava). Essa cultura de ver projeto de paisagem nesses três momentos: do projeto, da implantação e da manutenção, faz com que se tenha "uma terra de ninguém nessa área". São poucos os lugares que tem um senso de controle de qualidade desde o projeto até a manutenção para conseguir melhores recursos. Mas mesmo assim se vê que esses projetos não são baratos e nem o custo da implantação é barato e, por isso se tornam muito atraentes (para as construtoras), pois se tem um preço alto, relativamente, perto daquilo que se entrega. Fato que gera uma acomodação: é muito bom pegar os projetos de implantação de paisagismo, porque vai ter um projeto fácil de implantar. Porque não vai seguir nada, praticamente, vai fazer alguma coisa e entregar "aquilo lá", gerando uma acomodação geral. Até porque a parte técnica não vai "esquentar a cabeça" e, talvez, nem tenha a competência para ver que a árvore plantada não é a que foi a indicada no projeto (talvez nem conheça a espécie da árvore), e depois, a empresa vai achar mais fácil pegar o entulho por embaixo e plantar a grama em cima e ninguém vai saber o que aconteceu. Como aconteceu no Rodoanel e na Marginal Tietê: nas áreas de compensação com plantio de árvores, as mudas até chegaram em bom tamanho e condição, mas elas foram enterradas em covas mínimas e no meio de entulho e assim, tudo se perdeu. Mas para o órgão público que foi lá e mediu que tinha seis mil árvores plantadas, "Tudo bem!". Se elas morreram três meses depois, "Já foi". Essa falta de qualidade, de conhecimento e de comprometimento para que a gente tenha projetos factíveis, acabou produzindo na população o outro lado: ela ficou mal impressionada, porque recebe coisas muito ruins, por isso se contenta com qualquer coisa que se configure como vantagem, como ter uma área que é hoje em dia um playground, com alguns bancos e um gramado, que talvez seja melhor que uma área que deposite lixo. Isso pode ser uma vantagem, mas que é abaixo do padrão que podia ser. Essa lógica gera esse tipo de "pouco caso" da população com aquele espaço, que acaba sendo um espaço qualquer. Não é um lugar agradável, que chame atenção, que valorize a sua propriedade, mas um lugar que deixou de ser um transtorno.

Surge então um efeito perverso, porque damos muita pompa para esse espaço, mas na verdade a gente populariza um padrão ruim que acomoda mais ainda a população a aceitar que é aquilo que cabe ali, gerando um círculo vicioso que nós, do poder público construímos e entregamos. Cria-se um padrão baixo que leva a população a aceitar aquele padrão de "o que é possível" naquela área, mas que ao mesmo tempo banaliza o lugar. Em uma área mais visível, talvez se trabalhe melhor, mas no trivial, se faz qualquer coisa, sem qualidade; apenas

uma “garibada”, uma tapeação, para minimizar o estorvo de uma área abandonada. Mas o que acontece é que assim geramos mediocridade de projeto, que produz uma implantação de qualquer jeito e largada ao “Deus-dará” e de uma forma que ninguém se interessa por usar aquele lugar. A população teria que ser motivada a partir para bons projetos, bem implantados e bem geridos. Demaneira que fosse injetada qualidade, um *upgrade* nesse sistema para gerar coisas melhores. Por exemplo, a Praça das Corujas, mesmo sendo um projeto classe média alta, na Vila Madalena, mesmo sendo implantado aquém do que era para ser, gerou uma apreciação da população, pelo pouco que mudou do trivial e gerou uma atenção muito maior: todo mundo gosta de estar lá, com movimento de pessoas, empresas querendo adotar a praça, todo mundo querendo tomar partido da visibilidade proporcionado pela praça. Até já gerou briga com associações que querem tomar conta do lugar! Isso é bacana, através de um mínimo resultado, apesar de grande esforço. Se fosse um projetinho igual a todos, não teria nada que atraísse. Quando se consegue injetar qualidade, a expectativa do “nada” que é hoje, com algum tratamento gera-se uma possibilidade de interação com a população muito maior, pois eles veem como algo interessante. É preciso atuar com um projeto bom, que atenda todas as necessidades ambientais, sociais e culturais, tentando fazer um projeto mais eficiente possível e que visualmente também tenha um resultado. É uma questão de avançar na capacitação dos técnicos, dos arquitetos, em projetos de paisagem e que é falha em sua formação. Aqui no Brasil existe uma glorificação da ignorância na hora de projetar a paisagem, parece que é bonito não saber nada sobre solo, vegetação e clima, no máximo, ele acha que deve fazer apenas o lay-out de um piso e implantar alguma coisa e depois isso acaba sendo a banalização do mal-feito. Há a glorificação da ignorância até dentro das universidades, vejo colegas dizendo que temos que nos dar por satisfeitos porque é nossa realidade social, com coisas de quinta qualidade. É preciso ter um movimento de reação, onde possamos dizer que temos condições, sim, de fazer bons projetos e gerar uma expectativa na população de que tem lugares de qualidade e que esses lugares vão fazer algum tipo de diferença na vida delas. É importante sairmos dessa acomodação.

**E** - Há um argumento que os projetos convencionais são mensuráveis, sendo que os “novos” não são tão mensuráveis, quantificáveis. Você acha que criar indicadores positivos que mensurassem a qualidade (vantagem) desses novos projetos seria um caminho para conscientizar os tomadores de decisão?

**P-** Há um projeto de pesquisa de um orientando meu, em uma disciplina da Poli, muito interessante, em uma bacia de Santo André e, que o cálculo que fizeram de possibilidade implantação desses elementos de drenagem referentes à infraestrutura verde equivaleria a metade da área de reservação de um piscinão previsto para o lugar. Quer dizer, a metade de um piscinão já pode ser absorvido por esses elementos implantados ao longo de canteiros. Já há esse cálculo, é o trabalho final de uma disciplina. Isso significa que já se consegue chegar a alguns indicadores desse tipo e você vai ter esses números para por na mesa. Nessa hora, você vai poder dizer: “Esse piscinão vai reter esse volume e vou conseguir com esses elementos. Poderei reter metade, ou mais ou até 100% do volume de água, conforme evoluir o meu projeto”, sem falar da qualidade do lugar. Só para questão de retenção! Vai ter a possibilidade contrapor ao modelo antigo. Quando se tiver condições de por na ponta do lápis que se está retendo ‘x’ de água com água limpa e, quando for um desenho que não é um estorvo como o piscinão (ninguém quer um piscinão por perto, porque é um lugar cheio de lama), mas um desenho mais agradável, que valorize as pessoas e possa ser usado como um jardim, uma área amena e arborizada, garantindo que está tendo a solução para o problema; por que optar pelo modelo piscinão, se há outro modelo de infraestrutura verde? Imagine se a população, um dia, souber disso...

Assim, o argumento dos arquitetos paisagistas poderá ser:

"ao invés de receber um buraco a população poderá ter um jardim!", garantindo a mesma eficiência, ou mesmo que seja quase a mesma eficiência! Talvez seja interessante entrar nessa linha de argumento. Porém, esses argumentos técnicos, que contrapõem o modelo tradicional devem considerar os muitos interesses nessa questão. Por exemplo, esse piscinão custa 'x', os elementos de infraestrutura verde custa menos e a sua manutenção fica menos ainda, porém quem terá condição de plantar? Será que a mesma empresa especializada em piscinão? Eles não vão querer perder a obra do piscinão para implantar esse! Então são interesses fechados!

Mas é o caso da população se opor, pois se for dada a oportunidade de se apresentar para os dois quadros: "Vocês preferem esse piscinão ou esse tratamento nos espaços abertos?" É uma questão política, de quem compra briga... é uma saída. Com essa a solução, os arquitetos, em vez de entregar um buraco podem entregar um jardim, garantindo que tem a mesma eficiência! Entre um projeto monofuncional, como uma mera bacia para segurar água e outro que tem multifunção, não só para segurar a água, mas com usos educativos, de lazer e ambientais, quem conseguir fazer o último, estará em uma situação de vantagem! O problema é enfrentar a reação.

Tem uma visão paranóica de que existe certo receio que à medida que esses projetos vão se tornando visíveis se vai exigir que "o lado de lá" se atualize, porque senão, 'perde-se o bonde'. Só que é dessa forma que vai ser: não tem como segurar! Esses que parecem ter o poder hoje, na verdade não o tem, estão apenas segurando o finalzinho do bonde e será preciso que outras pessoas assumam. Para isso é preciso ter arquitetos e engenheiros abertos a essas novidades, que não sejam aqueles que reproduzem o que já sabem e, sim, que façam coisas novas. Tem muito arquiteto que estão interessados só no paisagismo tradicional. A questão é que é preciso ter quem saiba fazer o projeto com aqueles que trabalham a base técnico-científica e, ao mesmo tempo pegar essa base cientifica e tecnológica e traduzir em projetos interessantes, mostrando isso para o usuário, para população. Assim se vai conseguir quebrar o modelo dominante, encontrando essas fissuras. É uma estratégia que precisa ser feita.

**E** -Há poucos dias, fui procurada por uma funcionária de uma empreiteira de algum conjunto habitacional que queria saber mais sobre alternativas de manejo de água de chuva a ser implantado na área do condomínio que ela estava trabalhando. Isso me deixou animada, me pareceu um pequeno avanço nessa transição que você comentou. São jovens arquitetos, que querem conhecer essas referências. Primeiro, tomei um susto, depois fiquei animada (risos).

**P –** Não é um 'susto', não. Uma colega em São Paulo foi convidada para uma concorrência de projetos de uma favela do Paraisópolis, em um parque de lá, e na lista dos elementos constantes no Termo de Referencia aparecem biovaletas, jardins de chuvas etc. Quer dizer alguém já 'pegou', né? Por isso, nossos colegas convencionais estão nervosos, porque vão ter que saber "o que é isso e como fazer essas coisas?". Por que a demanda já está sendo pedida, principalmente nesses contratos feitos com dinheiro de Banco Mundial e Fundos Internacionais, que já exigem esse tipo de coisa. Então são obrigados a saber o que é isso. A corrida está posta, porque eles querem se manter no mercado de ponta, senão vão perder projetos. Mas ainda precisamos chegar ao ponto de ter pesquisas que consigam dar respostas concretas, se não ficamos muito no empírico; não se tem a base científica técnica suficiente, que precisaria ter sido feita a dez anos atrás. É uma tática. É preciso ter uma rede de trabalho com pessoas interessadas com as mesmas ideias e, para isso a universidade funciona, ela junta as pessoas interessadas que tem possibilidade de fazer pesquisas a serem usadas por outras pessoas.

**E –** Dei uma olhada no seu blog e achei muito interessante. Quais outras referências você indicaria como boas experiências nesse assunto?

**P -** Sobre infraestrutura verde, indico o livro do Dr. Yu *The Art of*

*Survival - Recovering Landscape Architecture* e o livro do Thimoty Moss *Urban Infrastructure in Transition: Networks, Buildings and Plans.*

**Entrevistado: Caio Boucinhas**

**Entrevista concedida em 11 out. 2011**

**E -** Sobre a APP fluvial urbana: tensão entre a ocupação e a sensibilidade ambiental, quais as possibilidades de enfrentamentos dessa questão?

**C-** Há uma constatação de que as cidades precisam mudar, que seu desenvolvimento, sua expansão deve ser diferente, principalmente, em países como o Brasil. Esse crescimento desordenado, esse inchaço das cidades, faz a gente pensar que é preciso ter outra atitude, outro paradigma de urbanismo. Que urbanismo nós queremos? Que urbanismo nós precisamos? Isso é uma questão que se coloca: como configurar as nossas cidades daqui para frente? Como aprender com os erros do passado? Eu acho que é um processo no qual nós todos aprendemos um pouco, e aprendemos para um lado e para o outro; se há cinqüenta anos me pedissem para projetar a Avenida Sumaré, como eu a projetaria? Projetaria o sistema viário em cima da APP? Se aquela fosse a diretriz da prefeitura, eu me recusaria a fazer aquele projeto ou iria procurar uma solução mais adequada para mobilidade, para transporte, para proteção dos recursos naturais? Naquela época eu já teria consciência de que a avenida não deveria ser implantada em cima da APP?

Hoje eu faço essa reflexão e acho muito importante trazê-la para as discussões com moradores de Perus, que serão removidos para ser implantado um parque ao longo do ribeirão Perus; é difícil para eles entenderem que se existem a Avenida Sumaré, a Avenida Aricanduva, a Avenida Nove de Julho e o Vale do Anhangabaú, por que eles devem sair da beira do ribeirão ? Como fazer que o parque fluvial que protege o Ribeirão Perus, que limpa o Ribeirão Perus, que recupera aquela APP, seja desejável?

Há muitas questões desse tipo para enfrentar e é interessante ouvir os moradores contando que o Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, enquanto candidato a deputado federal, visitou esse local nas margens do ribeirão Perus de onde agora terão que ser removidos, quando não havia ainda esse projeto e disse: “olha, o córrego está prejudicando vocês, afasta três metros da beira do rio que fica legal!”, mas depois, visitando o mesmo lugar como Secretário do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo, falou: “olha, não está certo, vocês precisam se afastar no mínimo trinta metros”. Os moradores ficaram perplexos: “como ele muda assim de uma hora para outra”? O Eduardo Jorge, que é médico, foi um deputado federal e Secretário de Saúde de São Paulo e naquela última visita, como Secretário de Meio Ambiente tinha se enfronhado e adquirido mais consciência sobre as questões ambientais da cidade de São Paulo e por isso mudou; mudou porque adquiriu mais conhecimento sobre a questão ambiental! Como democratizar o conhecimento da questão ambiental urbana? Porque cada vez mais, para mim, participação significa democratização do conhecimento, então a questão começa por aí...

Veio a São Paulo em 2011 para uma reunião de prefeitos, o prefeito de Copenhague e falou que 90% dos moradores de Copenhague moram a 300 metros de área verde com água, e água lá não é só para olhar: eles tomam banho, eles molham os pés, as crianças brincam na água. A água tem um papel muito importante como qualidade no viver cotidiano, no lugar onde se mora. Eu sou de Rondônia, região da Amazônia, e, por exemplo, tomar banho num igarapé, no final da tarde, era uma coisa para quase todo mundo. Claro que os idosos não iam, mas a maior parte da população tomava banho, as mulheres lavam roupa, todo mundo pesca, etc.; mas é uma cidadezinha muito pequena.

Percebe-se que o 'desenvolvimento urbano' que se pratica vai, necessariamente, acabando com esses 'benefícios dos recursos hídricos perto das pessoas'. Mas podemos sonhar com uma inserção dos recursos naturais no ambiente urbano, preservando as suas funções ambientais, tanto aquelas citadas no Relatório da SBPC, quanto suas funções como fonte de lazer, de recreação e de meditação. Eu acredito nesse depoimento do prefeito de Copenhague. Não sei se ele sensibilizou o prefeito de São Paulo, o pessoal de meio ambiente, o pessoal do desenvolvimento urbano do poder público paulistano, mas espero que sim.

O projeto de córregos lineares de São Paulo está no papel, ele pode avançar ou não, ele pode avançar para compor e enriquecer um sistema de áreas verdes em São Paulo, como era a intenção de Santo André, que tinha por objetivo ter um tecido verde e azul em cima do tecido urbano, onde estariam conectados todos os percursos das águas, os corredores de flora e fauna e o sistema de lazer que utilizasse todo esse percurso, conectasse os bairros, as praças, os parques, os lugares de encontro, não necessariamente todos verdes; pode-se ter uma praça seca e fazer parte desse sistema de áreas verdes de lazer, desde que seja um ambiente acolhedor, bonito e seguro.

**E -** E sobre as 'brechas' na questão da participação, você aposta nisso?

**C -** Pois é eu tenho que apostar, porque eu não quero morrer, eu quero continuar vivo e, nesse sentido se São Paulo continuar nesse ritmo de ocupação, de expansão e de degradação ambiental nós teremos uma grande tragédia urbana sócio-ambiental!

Hoje se fala num grande parque ao longo do Rio Tietê; acho que é possível recuperar grande parte disso. Acho que é possível o Rio Tietê não ser um 'canalzinho' no fundo de paredões de concreto atravessando a Região Metropolitana de São Paulo, de uma água suja que ninguém quer ver, ninguém quer se aproximar, ninguém quer se conectar com aquilo. Nesse sentido, acho que tem um movimento na sociedade favorável à contemplação das questões sócio-ambientais. Agora tem um aprendizado, e pelo que vejo, seria importante se houvesse a parceria do poder público com a universidade e com a sociedade organizada através de ONGs, movimentos sociais de sem terra, com terra, com moradores de rua, com ONGs que gostam do mico-leão-dourado, todos irmanados para recuperar o Tietê e suas bordas, apesar de suas dez pistas de tráfego de um lado e do outro. Há um movimento vendo que o espaço do automóvel está excessivo e quem dirige automóvel não está feliz nessa estrutura urbana, nesse sistema viário que nós temos aí. Nós não podemos negar o automóvel, ele está aí, é um bem que está à minha disposição, na hora que eu quiser, mas tenho que entender a cidade como uma obra coletiva interdisciplinar, que é para todos e que tem lugar para o automóvel e horário para o automóvel também; se eu gosto de pegar o carro e ir passear, posso gostar também de andar confortavelmente e rapidamente na cidade e tenho que ter a oferta de um transporte público, ou de uma ciclovia ou calçadas seguras, a qualquer hora do dia e da noite para poder recuperar a cidade acolhedora onde eu possa respirar sem medo.

Além disso, tem outra questão: no nosso urbanismo, no urbanismo que vai sendo feito, essa correlação de forças, está criando cidades que negam o espaço público. E o espaço público com seus rios, seus córregos, suas nascentes, sua vegetação (seja arbórea, seja arbustiva, seja de forração, seja qual for a vegetação mais adequada ao tipo de solo) pode abrigar usos desejáveis no viver urbano. As pessoas devem ser bem-vindas nesse espaço, recuperando a cidade como lugar da urbanidade, do encontro das pessoas, da diversidade, do conhecimento, das atividades mais significativas de arte, de participação, de postura política, de passeatas, de comemorações, de celebrações à vida. A recuperação do espaço público também está ligada à recuperação e ao respeito aos recursos naturais no tecido urbano. Mais uma coisa, a

Constituição Brasileira é lindíssima, o Estatuto da Cidade é lindíssimo e temos Planos Diretores belíssimos, instrumentos legais, leis que são para ser cumpridas. Elas existem, mas como fazê-las sair do papel? É a tal correlação de forças que produz a cidade, que faz a lei sair do papel ou não, os pedaços que lhe interessam devem sair do papel. E as leis devem ser regulamentadas, para ter operacionalidade. Isso tem sido um processo onde é o poder que define o que sai e o que não sai do papel. Quanto à minha fala sobre o 'fim de um ciclo', penso que estamos realmente no fim de um ciclo e temos uma tragédia anunciada. É preciso mexer nisso, é preciso dar outro rumo para o desenvolvimento urbano, fazer valer direitos conquistados. A lei ajuda a colocar trincas e fendas no que está posto, para podermos entrar, influir, abrir espaços. As leis ajudam nisso: há discussões no mundo inteiro, os fóruns, a Rio+20 (não estou com grandes esperanças), mas é um lugar que a gente pode colocar as questões. Tem reuniões preparatórias que devem dar algumas diretrizes, tirando sua importância ou dando-lhe mais importância.

Então, o processo de 'abrir brechas' nessa correlação de forças é importante: 'enfio uma cunhazinha' e abro, eu sei que pode ser que eu faço a trinca, a brecha e ela fecha de novo... É um processo de idas e vindas. O Antônio Cândido falando disso mostrou que é possível ter conquistas no mundo capitalista; por quê? Porque tem gente refletindo diante dessa situação, e vou lembrando de filósofos, sociólogos, antropólogos, arquitetos, geógrafos, engenheiros, médicos, que têm uma visão de que é necessário outro mundo e melhor. E possível. Isso não quer dizer que nós não vamos juntar essas pessoas e criar um partido, mas onde nós estivermos temos que procurar os rumos para fazer avançar a mudança que a gente quer! O que Antônio Candido chamou de socialismo, eu vou chamar de outro nome, porque é a sociedade que eu quero. Não quero que ela se desvie e vire uma União Soviética, nem China, nem Cuba - tem algumas exceções para Cuba, pois acho que é algo um pouco artificial, porque está na boca dos Estados Unidos - mas, precisamos aproveitar todas as brechas e, nós, profissionais da arquitetura, do urbanismo, do paisagismo, da ocupação do território, nós temos conhecimentos que devem ser utilizados nessa busca por um mundo melhor! Por exemplo, a operação urbana Água Branca, tem tido audiências públicas muito faladas e disputadas e denunciadas. As audiências públicas do Rodoanel são muito manobradas, manipuladas, mas tem pessoas e movimentos que se posicionam, mostram alternativas, denunciam! Então, a tua preocupação é minha também, acho que 'botar a viola no saco e não tocar mais' é a morte! Temos que tocar, continuar tocando para poder descobrir o novo e os caminhos para o novo.

Uma das nossas dificuldades é saber que o capitalismo se desenvolve em cima da produção, e a produção não pode parar e, que a produção tem que aumentar e, isso está ligado ao lucro e, é preciso fazer consumir e, é preciso fazer com que cada cidadão vire um consumista para promover o desenvolvimento cada vez maior e que o território está a serviço da visão capitalista. O território está para servir o crescimento da produção, do lucro e do consumo. Enquanto nas nossas cidades, tem arquitetos informando e alertando sobre o desenvolvimento urbano em Fortaleza, Campo Grande, São Paulo e em todos os lugares que esse modelo não está adequado, que as pessoas estão infelizes por ficarem horas no trânsito, que as pessoas estão infelizes ao respirar um ar poluído que as levam muitas vezes ao hospital. As pessoas estão infelizes por saber que, ao morar em São Paulo, têm menos anos de vida. É uma situação de muita emergência! Mudar o quadro fazendo um planejamento urbano e propostas urbanísticas que revertam essas situações é democrático, porque atende aos interesses de toda a população de São Paulo! Esse interesse é dos moradores do Ribeirão Perus e como também é interesse dos moradores do Jardim América. Claro que uns tem mais pressa que outros. Lembrando dos moradores do Ribeirão Perus, em um de seus afluentes há pessoas morando em zonas de risco que poderão morrer nas próximas chuvas. Como está na lista de alto risco, já existe um projeto de remoção, mas há muitas áreas de alto risco em São Paulo em função de APP, de beira de rio e de alta

declividade que não possuem projeto ainda. É uma situação dramática! Uma tragédia anunciada em São Paulo e, para as outras cidades de porte médio que aspiram se tornar São Paulo, também há tragédias para elas! Sobre as APP urbanas, na grande discussão da Reforma do Código Florestal, é importante a contribuição da SBPC e da ANP, evidenciando falta de aprofundamento técnico e cientifico nessa discussão.

A partir desse quadro, voltamos ao que falamos no começo, sobre a democratização do conhecimento: quando eu falo da importância de juntar poder público, sociedade civil e universidade, como local onde se produz o conhecimento e não só para se preparar mão de obra para o mercado! O conhecimento tem que ser democratizado, é para todo mundo. Assim podem ir acontecendo processos participativos mais sérios, mais efetivos e mais conseqüentes.

**E-** Como funciona a articulação das vontades da universidade e sociedade em prol das APP das áreas livres?

**C -** Temos que inventar cada momento; há bons exemplos de parcerias que podem mostrar processos complexos e exitosos como o do Parque Pinheirinho d'Água, que foi uma parceria entre sociedade civil, poder público e universidade e o do projeto GEPAM, em Santo André, parceria entre poder público, universidades e moradores organizados.

**E –** No Pinheirinho foi uma iniciativa de quem?

**C -** Foi do poder público. Mas do GEPAM, foi da Universidade, partindo da ligação da Ermínia com a UBC de Vancouver; a universidade bolou aquele plano e procuraram o Celso Daniel, que apoiou totalmente. Já no Pinheirinho, eu era diretor do DPAV e procurei a Catharina da FAUUSP, pois vi uma oportunidade. Mas quem detonou o processo foram os movimentos sociais: eles é que foram me cobrar, me pedir, e eu achei que fazendo a parceria seria bom para nós todos.

Esses processos são muito ricos, pois se tem que inventar formas de procurar as parcerias possíveis e necessárias e, ampliá-las cada vez mais para que seja mais efetiva a busca de brechas, de trincas, de aberturas. Para poder avançar nessa sociedade é preciso a cada momento inventar, sonhar, ousar.

**E -** Como você compatibiliza o trabalho de participação, um trabalho que você aposta, com o conhecimento tecnológico?

**C -** É preciso reconhecer que são processos trabalhosos; cito, por exemplo, aquele Córrego de Seul: foi um longo processo, de onze anos, para discutir com moradores, fazer estudos da bacia, fazer um tratamento da bacia inteira antes de chegar a um projeto de requalificação para Seul, muito importante. Um espaço refinadíssimo! Dizem que o prefeito teve muita oposição no início, mas depois de onze anos, com o projeto implantado, foi eleito presidente da Coreia do Sul. Pode ser que seja isso que atraia os gestores públicos no seu interesse de ir para frente. É o que eu iria falar, a respeito da história da correlação de forças, cuja lógica é mais ou menos essa: se eu for eleito prefeito em São Paulo, eu vou viabilizar tudo o que eu penso e sonho; se acho que isso é o correto, o mais justo, o desejável, o mais democrático e o mais correto, vou ter uma correlação de forças que vai me deixar avançar parcialmente. Mas mesmo o gestor público, o prefeito de São Paulo, vai tem que descobrir as 'brechas' e os caminhos mais possíveis! Mas nós temos que cobrar dos nossos gestores que eles aproveitem as brechas de fato, e pensem em como criar alianças que avancem esse processo. Estou dizendo isso porque, obviamente, no passado se questionava muito sobre um modelo de socialismo, modelo de uma estrutura nova de poder, muito mais democrática, muito mais eficiente, muito mais adequada, mais justa, que iria gerar mais oportunidades para todo mundo e etc. Mas as experiências não foram bem assim, pessoas deram sua vida por isso, pegaram em armas para isso, e nós ainda estamos conversando aqui sobre processos democráticos desejáveis. É claro que num governo ditatorial, regimes de exceção, as atitudes são de exceção também. O

que eu estou vendo é que nós avançamos em muitas coisas no Brasil depois da ditadura, mas ainda estamos sonhando em poder utilizar esses novos instrumentos, a partir da base da Constituição e da base do Estatuto da Cidade, para teimar em fazer modificações e avançar num processo mais democrático.

**E -** Você falou sobre a necessidade do gestor buscar brechas no poder público, aí você falou da democratização do conhecimento, do papel da universidade...

**C-** Desculpe-me, não é da universidade só, porque estou lembrando, por exemplo, das nove escolas que trabalharam em torno do Pinheirinho d'água; houve uma discussão profunda (profunda assim, o mais profunda possível naquela conjuntura) para conhecer o papel daquele todo, das nascentes, da proteção do córrego, do equipamento de lazer e de saúde, - um parque seria um equipamento de saúde? - e também, da qualidade do bairro, da qualidade do ar, da recuperação de nascentes etc., nesse sentido, você ia falando da educação não formal...

**E-** Isso mesmo! As brechas nessa outra instância, além da instância do poder público e da instituição (educação), poderia ser o caminho da educação não formal também?

**C -** Também! Encontram-se por aí muitas organizações que tem essa postura, de educação através da arte, da educação não formal; a COOPERIFA trabalha com poesia, com arte, com música, etc; acho que eles são incríveis no processo de democratizar o conhecimento, democratizar a potencialidade da arte, da cultura. Então acho que a educação não formal é muito importante e acho que ela deve ser incentivada, implementada e apoiada.

**E -** E os movimentos sociais? Como entender o conflito, a competição por interesses do movimento ambientalista e do movimento de habitação, quais brechas, quais os potenciais, onde trava?

**C -** Acho que a democratização do conhecimento real, deve impedir a cooptação de movimentos sociais. Quando entro num movimento social em função de um interesse meu, ou por habitação, ou por transporte, ou algo que eu precise para o meu bairro, eu estou batalhando por uma causa própria. Por exemplo, tem muito movimento de habitação que após a conquista da habitação para, mas por outro lado tem gente de movimentos sociais que só vai parar quando houver habitação digna para todo mundo e atendidas outras demandas que vão necessariamente surgir! Isso a gente tem que distinguir. Além disso, tem o produto do movimento social, aquela reivindicação pela casa, vira uma mercadoria também, e quando vira mercadoria, ela é objeto de troca, então se continua no processo, avançando e pegando cargos e priorizando determinados parceiros. Essas são formas de cooptação dos movimentos. Esses riscos existem, o movimento pode avançar até certo ponto e depois parar, pode avançar até certo ponto e avançar em outros processos reivindicatórios. Por exemplo, o pessoal que participou do Pinheirinho d'Água, não parou apenas na habitação; eles queriam também um parque e hoje estão se reorganizando para ter um parque melhor.

**E -** E o caso de Perus?

**C -** O conflito de Perus é muito típico disso tudo. Perus é um bairro dormitório, tem uma história muito rica, é um bairro onde quase todo mundo trabalhava na fábrica de cimento. Mas fecharam a fábrica de cimento porque a fábrica não tinha proteção para seus resíduos, e teve muita gente com doenças pulmonares. Eles fizeram greves e fecharam a fábrica, então o bairro passou a ser bairro dormitório; é um bairro onde moravam os funcionários da fábrica. Há outras histórias em Perus, inclusive a história do cemitério D. Bosco, onde, na gestão da Luiza Erundina, descobriram um cemitério comum, onde em uma vala foram enterradas clandestinamente mais de mil pessoas perseguidas pela ditadura militar. É o limite do município de São Paulo, à noroeste.

A Subprefeitura de Perus contratou a FUSP para elaboração do projeto do Parque Linear do Ribeirão Perus. Foi um processo rico ainda em andamento e cheio de conflitos, envolvendo a remoção de moradores de mais de 30 anos; o projeto é inovador em termos hidráulicos, tem a função também de acabar com enchentes em Perus, sendo que a proposta não é piscinão, mas lagoas de retenção que contemplam espaços de lazer e esportes;  foi um processo com muito conflito, porque a várzea está sendo recuperada para um parque e para a prevenção de enchentes e as pessoas que estão na várzea serão removidas; Nesse contexto teve uma retomada da discussão em busca de uma democratização do conhecimento do por que ser removido, por que não ser, a questão hidráulica, onde o canal precisa ser ampliado, onde não precisa ser ampliado, chegando-se a minúcias técnicas. É um processo que não acabou e está cheio de conflitos ainda, mas de certa forma, durante esse processo surgiu o desejo de ter o parque desejo, que não existia antes.

**E -** E isso foi como o sistema de lazer de Santo André? Que você trabalhou lá, você fez participativo também, e é um resultado diferente porque foi plano, mas assim, o que você acha, comparando, os avanços dessa história?

**C -** O Plano Diretor de Santo André determinava a elaboração do Sistema Municipal de Áreas Verdes e Lazer e definia suas diretrizes. Começamos a pesquisar e vimos que há as experiências de Berlim, Boston e Sevilha sobre uma visão de sistema composto por espaços de lazer e de esporte conectados, formando um sistema benéfico para as pessoas, fauna, flora e recursos hídricos. Em Santo André a proposta foi discutida com ONGs, associações e todo o corpo técnico do município que tinham interesse e envolvimento no assunto. Um dos pressupostos da proposta era incluir as APPs, muitas delas ainda preservadas, como parques fluviais e importantes conectores no Sistema. Priorizou-se a macrozona urbana do município para a implantação do SMAVL, toda ela inserida na Bacia Hidrográfica do Tamanduateí. Foram organizadas oficinas envolvendo ONGs, associações e todo o corpo técnico do município que tinha interesse no assunto como o pessoal do meio ambiente, de transporte, de áreas verdes e de gestão ambiental.

Muito importante a contribuição do pessoal do DPAV de Santo André que tinha uma experiência rica de muitos anos que configurou a “cara paisagística” da cidade. Pode ter seus equívocos, mas foi uma linha que deu uma personalidade paisagística para Macrozona Urbana do município, porque a Macrozona de Proteção Ambiental ficou fora do desenvolvimento dos trabalhos por causa de conflitos internos. A contribuição do  pessoal do DPAV foi muito importante:

- tinham um cadastramento por bairro da vegetação;
- quando discutimos em uma oficina sobre as conexões entre os componentes, por exemplo, uma das possibilidades eram as faixas verdes debaixo de linhas de alta tensão, que já tinham convênio para implantação de hortas comunitárias e, entendiam como possível incorporar no sistema a produção agrícola permanente;
- tinham um conhecimento preciso dos bairros, contribuindo nas possíveis conexões entre parques, praças, ruas com condições de serem caminhos verdes e cicolvias etc.

**E -** O sistema de áreas verdes foi pensado por Sub-bacia hidrográfica**?**

**C -** A proposta era que a gestão fosse por Sub-bacia, porque na Macrozona Urbana os córregos estão muito ocupados, mas tudo que fosse possível de ramificação incluíamos na proposta. Lembro que na Alzira Franco2 tinha duas ou três nascentes que iam para o Tamanduateí, não tinha isso mapeado, mas através da foto aérea fomos chegando lá e definimos parques lineares lá também, assim, o projeto de habitação que estava desenvolvido lá que não estava contemplando isso passou

a contemplar. Também se avançou no diálogo com transporte, pois no início foi muito difícil discutir ciclovias, calçadas mais largas etc.

**E -** Então, do ponto de vista do território o plano não está completo, mas pode ser retomado, não é?

**C -** Acho importante para Santo André e seus moradores que ele seja retomado. Gostaria que você conseguisse fazer aquele mapa sobrepondo as propostas, o mapa como um documento de um processo participativo importante que poderá ser um instrumento de retomada do projeto do SMAVL.

**Entrevistado: Elena Maria Rezende**

**Entrevista concedida em 14 set. 2011**

Perfil: É socióloga e especialista em gestão ambiental, educadora sócio-ambiental, moderadora de grupo. Como educadora há mais de 25 anos, apóia movimentos sociais: mulheres, associações de moradia, conselheiros municipais de OP, habitação e segurança alimentar. Como funcionária pública: há mais 17 anos como promotora comunitária no SEMASA atuação no COMUGESAN, Plano Participativo Municipal de Drenagem Urbana, e, como encarregada social no DEHAB-SDHU, atuação no Projeto GEPAM (Gerenciamento participativo em áreas de mananciais) na coordenação do PP2 Núcleo Pintassilgo, na implantação do Conselho de Representantes, Feira de Talentos, Horta Comunitária Orgânica, História Oral, Plano de Desenvolvimento Econômico Comunitário, atuação no DRUP – Diagnóstico Rápido Urbano e Participativo como metodologia de participação para processos de Urbanização de Favelas e desenvolvimento comunitário de território.

**E -** Quais as peculiaridades da Região I em relação as outras do OP?

**E. M. -** Foi uma das regiões do OP mais organizadas e articuladas de Santo André, graças as lideranças da Associação de Moradores do Jardim Las Vegas e Milena, Associação dos Moradores da Gamboa (Favela), Associação dos Moradores do Jardim Primavera, Associação dos Moradores do Jardim Cristiane (Favela), Associação dos Moradores do Haras (Favela), Associação de Pais e Mestres da EMEI do Jardim Cristiane, alunos jovens e adultos da Escola Profissionalizante Júlio de Gramont. Nas primeiras edições do OP na região houve forte participação de um Movimento popular e partidário (PT) pela retomada das obras da UBS no Jardim Cristiane. Haviam dois vereadores do PT com forte atuação na região, Carlinhos Augusto que apoiava a Associação do Jardim Primavera e do Jardim Cristiane (Favela), da UBS Jardim Alvorada e do vereador Lima (morador do bairro Jardim Cristiane). A articulação estratégica destas várias Associações e Movimentos Populares fez com que a cada edição anual do OP fossem votadas as prioridades de interesse de uma dessas Associações. Assim, em todos os anos, todas as grandes demandas da região I do OP eram votadas massivamente. As assembleias e reuniões de acompanhamento das obras aprovadas era a oportunidade destes atores sociais cobrarem ações de encaminhamentos às suas reivindicações. Exemplo disso, foram os esforços do DEHAB/PSA em mediar junto ao Governo de SP uma solução habitacional para a ocupação do Haras (área física sob a responsabilidade do Governo do Estado de SP). A PSA realizou várias reuniões para esclarecer as possibilidades de solução habitacional e ambiental e dava satisfação regularmente à Associação dos Moradores do Haras.

**E -** Quais os avanços e os entraves das lutas dos movimentos sociais na Sub-bacia (movimento ambientalista - movimento por moradia - movimento sindical)?

**E.M. -** A única entidade que defendia especificamente a questão "ambiental" do Haras era uma entidade de SBC, através da Vera Retondo, que era funcionária pública em SBC e filiada ao PV. Vez ou outra ela

atravessava o Córrego Taioca para colher assinaturas pela defesa da Chácara da Baronesa. Vi e li esses abaixo-assinados. As Associações de Moradores do entorno do  Haras viam esta ecologista de uma forma bastante negativa, julgavamque tinha uma visão muito limitada para compreender as questões sócio-ambientais de toda uma região e que desconsiderava a realidade do seu município vizinho. Quanto à participação do movimento sindical,  embora houvesse a participação de muitos sindicalistas (da CIPA e da Comissão de Fábrica) atuando em algumas associações de moradores do Jardim Las Vegas, do Jardim Primavera, da Gamboa, não é possível afirmar que havia uma ação articulada/organizada enquanto Movimento Sindical na região.  O que o movimento sindical fez, algumas vezes, foi emprestar um caminhão de som (da Central de Movimentos Populares que fica sediado no Sindicato dos Químicos) para algumas manifestações.

**E -** Qual o nível de participação da Sociedade Civil para o projeto de canalização do Córrego Taióca e Urbanização do Jardim Cristiane.

**E.M. -** Não tenho informação exata de quando iniciou a elaboração do projeto do Jardim Cristiane. Talvez o arquiteto Robson Moreno e arquiteta Soraia Dias, que atuaram na diretoria do DPO (Departamento de Planejamento e Obras) naquele período, saiba um pouco mais sobre isso. Mas, enquanto técnica social pela GDC-DEHAB (Gerência de Desenvolvimento Comunitário - Departamento de Habitação) estive trabalhando no final de 2007 e, intensamente, durante 2008, no acompanhamento das Obras de Urbanização do Jardim Cristiane, soube que em 2007 o DEHAB teve que alterar o Projeto de Urbanização, já bastante adiantado devido às Obras de Canalização. Quem sabe dar detalhes é o arquiteto Filipe Xavier (DEHAB) que coordenou a elaboração deste projeto. A informação de campo na qual toda Equipe Técnica do DEHAB tinha era que se tratava de um complexo de obras interligadas: Obras de Urbanização (dentro do Núcleo); Obra da SSM-Trânsito (para cumprir um antigo Plano Municipal de Trânsito) com a ampliação da Av. Rangel Pestana para chegar até marginal Taioca que interligaria com a Marginal Caiuby e esta com a Pereira Barreto; Obras de Saneamento (SEMASA) com construção de coletor-tronco e mini-piscininhas no final da Av. Brasília, canalização aberta do Córrego Taióca, indenização das famílias no final do Taióca/Caiubi.  Naquele período, nunca ouvi dizer ou nos solicitaram a Equipe de Técnicos Sociais do DEHAB para acompanhar alguma discussão do projeto de canalização do Taióca. Talvez outras Equipes de Projetos do DEHAB tenham mais informação, mas nós da área social, responsável pela mobilização comunitária tínhamos apenas estas informações para o trabalho de campo/esclarecimentos aos moradores do Jardim Cristiane.

# ANEXO II

## OFICINA RETOMADA DOS TRABALHOS

# TRANSCRIÇÃO "OFICINA RETOMADA DOS TRABALHOS"

Participantes: Representantes da Comunidade Las Vegas, Jardim Milena e Haras São Bernardo

Em 10/fevereiro/2011, foi realizada a primeira oficina após os trabalhos realizados pela FAUUSP na área de estudo. O local de encontro foi na EMEIF Prof.ª Yvonne Zahir – Jardim Milena.

Participaram desta reunião os Professores Catharina Lima e Caio Boucinhas (USP/FIAM-FAAM), Robson da Silva Moreno (SEMASA) e Vilma Barros (Secretaria da Educação de Santo André) como Técnicos representantes do Poder público; Adilson Gatti (morador do Jardim Las Vegas – Santo André), Viviane Ap. de Nelis, Josélia V. da Silva, Elias A. dos Santos, Tânia M. do Rosário e Valdir R. Morais (Comunidade Haras – Santo André), José S. Malta (Bairro Baeta Neves - SBC) e Sarah Bryce (Movimento de Defesa dos Direitos de Moradores em Favelas – MDDF) participaram como representantes da comunidade moradora na Sub-bacia.

Tal reunião ocorreu como descrito a seguir:

**I- "BOAS VINDAS E APRESENTAÇÕES":**

A reunião foi iniciada às 9,0 hs, com as boas vindas e abertura de espaço para a discussão conjunta dos combinados e da forma como a reunião seria conduzida. O objetivo era discutir as percepções sobre a Sub-bacia do Córrego Taióca e construção dos desejos para aquele lugar; o foco seria entender as expectativas e combinar quais seriam os próximos passos.

Foi combinado, com o grupo, que cada um dos presentes, de forma geral faria um depoimento respondendo: *"Por que vieram e qual a expectativa em relação aquele encontro?"; "Qual a opinião sobre os trabalhos realizados em conjunto com o grupo da USP e técnicos da municipalidade no semestre anterior: pontos positivos, pontos negativos, as oportunidades, as ameaças?" e "O que avançou do que foi realizado?".*

No momento subsequente, seriam elencados os assuntos considerados pelo grupo como os mais importantes na Sub-bacia para serem discutidos, bem como os encaminhamentos e seus responsáveis. Estipulou-se como teto máximo da reunião, às 11h45.

A Profª. Catharina reiterou as boas vindas e sua satisfação em participar daquele trabalho e fez um breve relato sobre sua experiência de 11 anos com processos participativos na sua área de atuação: *"como*

*professora da Universidade da área de Meio Ambiente e Paisagem ligada à questão urbanadevo dizer que os limites entre os campos do urbanismo e paisagismo são muito tênues, sendo vital trabalhar de forma articulada; nós trabalhamos com o conjunto de conhecimento técnico dessas várias áreas para entender a cidade e o seu ambiente, as singularidades de sua população a fim de melhor desenhar a paisagem contando sempre com a participação da população dentro desses processos".* Disse que teve sua primeira experiência oficial em Santo André, no Núcleo Pintassilva, à beira da Billings em área de mananciais, junto com a Universidade Canadense - UBC, o chamado Projeto GEPAM. Neste contexto, declarou sentir-se recompensada por participar de um trabalho como aquele, que é produto da iniciativa de alguns setores da Sociedade, mais ou menos organizados, mas motivados para fazer com que a cidade seja um espaço iteressante, democrático e descente ambientalmente e socialmente com qualidade para todos. Disse que *"esse retorno é de suma importância e significa que há um potencial imenso nesse grupo, representado por um conjunto de técnicos, educadores e comunidade. Esse grupo tem muita força para mudar as coisas em seus lugares de vida, se estivermos bem motivados e pudermos aproveitar como cidadãos todo esse conhecimento acumulado dentro da Universidade. 'Universidade' é uma palavra que vêm de 'universo', etimologicamente falando; então, aqui é o universo das ideias, da produção do conhecimento o qual deve escoar mais e ecoar mais na sociedade.Reconheço esse esforço e a riqueza do conhecimento gerado aqui também. Então, sempre que nos propusermos a fazer qualquer uma destas experiências ponjuntas, pensando no Paulo Freire, construiremos conhecimento. O propósito é ver o quanto isso é importante para que juntos, possamos fazer a diferença nessa comunidade".*

Antes de iniciar os depoimentos, Elaine pediu permissão para gravar e usar o material na pesquisa que envolve o a região da Sub-bacia do Córrgo Taióca como estudo de caso. Foi proposta uma rodada de 2 minutos por pessoa. A formalidade foi explicada para facilitar a transcrição. Como se trata de desenvolvimento dos próximos passos é importante registrar o processo. O grupo foi informado que o Prof. Caio seria o moderador da rodada de depoimentos. Segue a relato dos depoimentos:

No 1º depoimento, realizado pelo Sr. Elias dos Santos , que se apresentou como morador do núcleo Haras de São Bernardo:

Prof. Caio: "*O que você sentiu das oficinas, o que você achou e qual é a sua expectativa hoje?"*

Elias: *"Minha expectativa é de continuar o trabalho da USP e ver melhoras. Como eu moro no Haras, vivemos muitos problemas com o lixo e ratos no rio (sic Córrego Taioca) e há importância da ajuda à população nesta questão".* Sobre suas expectativas em relação aos trabalhos ele disse que apesar de serem interessantes, eles precisam ser idealizados e devem sair do papel.

Ao ser questionado pelo Prof. Caio sobre a ajuda da Prefeitura versus a ajuda da população, Elias respondeu que o problema é da Prefeitura e que a mesma deverá incentivar a população a não jogar o lixo no local.

No 2º depoimento, realizado pelo Sr. José Soares Malta, que se apresentou como aposentado e morador do Bairro Baeta Neves em SBC:

Malta: *"Eu não tive a oportunidade de estar em todas as oficinas. Mas todas as discussões são úteis e devemos colocar em pratica o que for bom, e algumas coisas que a gente discute na vida prática a gente acaba anotando a essência daquilo que foi discutido. Por exemplo, minha filha foi assaltada em uma viela próxima daqui e eu me lembrei do trabalho sobre o tratamento das vielas (como iluminar as vielas fazer um trabalho de piso) apresentado por aquele grupo que discutiu a viabilidade de melhorar os acessos e as vielas, praças etc. Então conhecimento é algo que fica embutido na gente e quando se precisa o nosso cérebro volta à tona e desenvolve isso, ou seja, ele põe em prática*

*o que ele ouviu teoricamente. Então o que eu quero, é lógico que a gente não consegue tudo o que quer 100%, mas se fizer 40% ou 50% já é um avanço. Pelo menos, se projetou. Tudo o que está sendo feito aqui é um projeto que não deve ficar parado no ponto de vista só do papel, mas de alguma forma precisa primeiro sair das nossas cabeças, se não, a gente pode esquecer. Pode não dar certo no fim, mas a gente precisa tentar fazer alguma coisa. Agora, a gente precisa se imbuir em agregar o maior contingente do bairro preocupado com essas questões, por meio da ajuda dos lideres dos bairros e para apresentar ao Poder Público os nossos desejos. 'Já que Maomé não vai até a Montanha a Montanha vai à Maomé".*

No 3º depoimento, realizado pelo Sra. Maria Aparecida M. da Silva, que se apresentou como conselheira da EMEIF e moradora:

Prof. Caio: *"Você lembra que as pessoas falaram de coisas que precisam. O que você acha que poderia melhorar o lugar? O que tem que fazer com o Haras?"*

Cida: *"Precisamos de várias coisas: resolver o problema das vielas, ratos e lixo. Mas não é só a Prefeitura que tem obrigação de resolver a questão do lixo, mas a população precisa colaborar. Já que tem caçamba as pessoas precisam jogar o lixo no lugar certo. Sobre o Haras, acho que deve cortar algumas árvores para fazer as casas, pois já estamos acostumados com o lugar, perto da escola e posto de saúde. Não acho que deve virar um parque, mas acho que tem que ter, pelo menos, uma área de lazer para as crianças. Outra coisa é a dificuldade para levar as crianças para escola (questões do transporte)"*

No 4º depoimento, realizado pelo Sra. Tânia Maria do Rosário, que se apresentou como moradora do Núcleo Haras de São Bernardo:

Tânia: *"Em relação ao Haras há vários problemas: 1) é a moradia. Falaram que foram reservados 10% do local do Parque para a população; 2) 'estamos ao Deus dará'. Não tem um de deputado ou vereador que nos oriente para nada. Quando a gente precisa a gente não sabe a quem recorrer. Por exemplo, sobre o problema do lixo, precisava de alguém para abrir o caminho para gente conversar com SEMASA; 3) Saúde: falta médico da família para nos orientar. Sei que todas as comunidades de Santo André têm, menos a nossa. Nós temos dificuldade de utilizar o pronto socorro do Jardim Alvorada, porque nós não temos endereço fixo de Santo André e buscamos socorro em São Bernardo. São Bernardo atende as pessoas do Haras sem pedir comprovante de residência. A questão do lixo é o menor problema."*

Desse ponto, Elias discordou, dizendo que na parte de baixo da ocupação o problema do lixo é o maior.

No 5º depoimento, realizado pelo Sra. Viviane Aparecida de Nelis, que se apresentou como moradora do Núcleo Haras de São Bernardo, funcionária e conselheira da EMEIF Yvonne Zaihir:

Viviane falou que não poderia opinar sobre as oficinas anteriores, porque não participou delas, mas concordou com Tânia dizendo que a saúde e moradia são os maiores problemas do Haras.

Exemplificou o sentimento de abandono pelo Poder público descrevendo o mau atendimento que recebeu quando ocorreu uma queda de galho sobre sua residência: *"Na semana passada caiu uma galha no meu barraco, liguei para a Defesa Civil e disse: não estou pedindo telha nem madeirite, não estou pedindo nada...Não moro na beira do rio, moro na 'parte de cima' onde ficam as árvores. Daí eu liguei para a Defesa civil e disse o que aconteceu. Eles disseram para eu anotar o numero do protocolo e aguardar em casa. Eles disseram: 'Você não pode sair daí, pois estaremos aí dentro de 3 horas'. Arrumei tudo, pois ia começar a chover e eu tenho uma criança de 3 anos. Porém eles não apareceram na sexta-feira, mas só na segunda-feira e ainda foram ignorantes com a gente. Disseram o seguinte: 'quem mandou vocês construírem debaixo da árvore?'. Só que eu morava na parte de baixo, em área de risco e a Prefeitura é que me colocou lá em cima, foi o lugar*

*que deram pra gente. Daí eles falaram que não podiam fazer nada, mas só quando a árvore caísse!"*

Viviane também concordou com Tânia no aspecto da falta de uma liderança que reivindique as questões por eles. Sente ser necessário formar uma comissão, pois não sabem para quem recorrer: *"Além de deputado, vereador e prefeito, a gente está precisando de uma liderança dentro da comunidade, não que o Elias não seja, mas ele não está no papel. Como estávamos discutindo a respeito da ponte que liga a gente até SBC, a gente precisa daquela ponte, mas abriu um buraco por causa da chuva. Quem vai correr atrás disto? Falaram: 'é a Fátima da comissão'. Só que a Fátima foi embora e agora a gente não sabe quem é da comissão."*

Sobre cidadania, disse que não possuem comprovante de endereço, o que atrapalha muito, até para conseguirem trabalho: *"na hora de correr atrás de alguma coisa, sempre precisa de um comprovante de endereço. Quando a gente foi se inscrever na Frente de Trabalho de Santo André, precisava de um comprovante de endereço de Santo André, daí muita gente não conseguiu, pela falta de comprovante. Precisa de um carimbo da pessoa da direção de lá... Não tem!"*

Falou sobre necessidade de moradia digna: *"O que foi falado a respeito das vielas, precisamos também! Está todo mundo falando que o Haras vai ser um Parque. Como vai ter um Parque ali com aquela favela? Além disso, aquilo não é nem um bairro... a gente queria pedir para colocarem uma luz pra gente, pra gente pagar. Porque o povo só sabe falar assim: 'ah, eles moram de graça'. É verdade, a gente mora de graça. Só que não tem ninguém para correr atrás disso, pra gente pagar luz e água. E quando a gente fala de fazer isso, dizem 'não, mas vocês vão sair daqui! A Prefeitura vai tirar vocês daqui! '. Quando? Tem que esperar a árvore cair em cima de um barraco, matar as pessoas para fazer alguma coisa pela gente? Já aconteceu de uma arvore inteira cair eles foram e só tiraram a árvore mas as casas continuam ali onde tem mais três árvores! Vão esperar matar as pessoas que moram lá dentro? A gente está ali porque não tem condições de sair! Mas se viessem e falassem que a gente tivesse que pagar um tanto por mês e pagar água e luz, acho que todo mundo ia dizer que apoia, só para ter uma moradia digna."*

Viviane também abordou a questão de focos da dengue: *"No ano passado foi falado sobre a dengue. só foram lá jogar o veneno porque teve um caso de uma moça que morreu por causa da dengue e outras pessoas que adoeceram. Depois não foram mais. Outro dia tinha uma funcionária lá e quando eu perguntei o que ela estava fazendo lá e ela falou que estava para lembrar a gente sobre a dengue. Precisa lembrar a gente sobre isso? Não. Precisa jogar mais veneno, porque tem o rio, tem o mato e vasilhas com água parada, e aí vamos fazer o que? Não tão fazendo nada..."*

Prof. Caio: *"...e sobre quem deixa as vasilhas com água?"*

Viviane: *"estamos no meio da mata, pois ali é uma chácara. Então não são os moradores que jogam lixo e deixam vasilhas lá. Muita gente do entorno faz isso. Por exemplo, dentro daquela mata mora gente (outro grupo)".*

A respeito da possibilidade de compatibilizar moradia com parque dentro do Haras, Viviane se colocou da seguinte maneira: *"... eu não entendo como vão fazer um parque naquele lugar, pois além da gente que ta lá há muito tempo tem aquele povo que, entre aspas, não tem família. São como moradores de rua. Há muitos anos falam que seremos removidos. Removidos para onde, se falam que não tem lugar em Santo André? Aí a gente vive correndo risco de mosquito da dengue, rato, árvore? Os barracos que estão caindo dentro do rio serão removidos para debaixo das árvores, para depois não poderem fazer nada pela gente? Tudo isso tem que ser visto. A questão do lixo, também. Como a parte de baixo do Haras, tinha caçamba, mas tiraram até porque de dez moradores, só cinco são organizados, que amarram seu lixo e*

*jogam na caçamba. Por outro lado, os lixeiros que vinham terça, quinta e sábado, mas teve semanas que eles não iam, então a caçamba enchia até transbordar".*

Prof. Caio: *"Tem nome o teu bairro?"*

Viviane: *"Chácara Baronesa, é só o que a gente sabe. Quando eu vou dar o nome de onde eu moro, falo Chácara Baronesa ou Jardim Las Vegas. Estamos ali como uns indigentes porque não temos um endereço certo."*

Elaine: *"Você disse que, de dez moradores, só cinco são organizados. Por que os outros não são? Você tem uma ideia de como eles poderiam se conscientizar?"*

Viviane: *"Tem muitos moradores que são 'folgados', porque falam assim: 'é favela e vamos viver como deve ser um favelado'. Mas eu não concordo, assim como tem marginal no nosso meio, também tem muito trabalhador. Só que um acaba levando todos a perder, como por exemplo, o lixeiro foi lá terça-feira e se queixou para mim dizendo: 'Nossa, tem uma caçamba ali. Por que metade do pessoal não joga o lixo no lugar certo e espera a gente vir buscar aqui? '. porque pensam 'to nem aí, o lixeiro venha buscar'."*

Elaine: *"Você acha que se tivesse certa organização por parte dos moradores esse pessoal mais acomodado se engajaria?"*

Viviane: *"Não sei dizer se eles se engajariam, só acho que se tivesse uma liderança, que não fosse uma pessoa só, como é hoje o Elias, seria melhor."*

Vilma disponibilizou o espaço da escola para viabilizar a formação da comissão da comunidade: *"...na reunião de conselho passado, já havíamos falado que a escola estaria aberta, aos sábados, para receber a comunidade para juntos organizarmos um conselho junto com ela, como é o conselho de escola que é representado pelos pais, pelos alunos, pelos funcionários e pelos professores. Quem sabe este ano a gente não consegue? eu sei o quanto é difícil fazer essa gestão (liderança), seria como administrar esta escola só eu sem o conselho!"*

No 6º depoimento, realizado pela Sra. Josélia, que se apresentou como moradora do Núcleo Haras de São Bernardo:

Josélia: *"Eu gostaria de acrescentar que estamos preocupados sobre onde é que vão colocar a gente?"*

Prof. Caio: *"Vocês gostariam de morar lá, acham bonito? Vocês sentem que os moradores gostam de morar lá, eles tem uma relação com o lugar?"*

Viviane: *"As pessoas pensam em morar lá, só que organizado. Se fosse separado um tanto de terra para cada um de um modo igual e justo todo mundo ia querer."*

Prof. Caio: *"e se for prédio?"*

Viviane: *"acho que seria a mesma coisa."*

No 7º depoimento, realizado por Adilson Gatti, morador do Jardim Las Vegas:

Adilson: *"Eu participei um pouco no ano passado, tanto oficinas como vistoria, e acho fundamental essa relação Universidade e moradores e pessoas próxima da gente, funcionários do SEMASA. Particularmente penso em terminar meu mandato na comissão de fábrica e dedicar mais tempo aqui na nossa organização e espero que a gente dê continuidade na perspectiva do que foi colocado e vejo que essa reunião já é resultado da pesquisa que os alunos começaram a fazer e algumas coisas já estão caminhando. Por exemplo, a PSA e Governo do Estado já firmaram compromisso de desafetar a parte do Núcleo do Haras onde a CDHU construiria 300 apartamentos e a Prefeitura entraria com a infraestrutura, só que com a mudança de governo tudo se perdeu. Agora é nossa tarefa é fazer o Haras mais bonito, o Las Vegas mais bonito, as*

*nascentes mais bonitas…"*

No 8º depoimento, realizado pela Profª. Vilma Barros, Diretora da EMEIF:

Vilma: *"Estou participando como cidadã, pois já morei próximo desse bairro. Sou funcionaria pública e gestora de uma escola nessa comunidade. Sinto-me feliz em participar dessa parceria e poder compartilhar disso e ter um resultado mais bonito. Sinto-me feliz por participar do trabalho com as crianças e me emocionei com a forma que elas se preocupam com a moradia delas. Apesar do avanço, penso que a comunidade poderia se organizar um pouco mais e reitero a possibilidade de utilizar o espaço da escola para promover essa organização e conselho da comunidade. Com relação aos projetos, a minha expectativa é que consigamos mostrar para o Poder Público os projetos que foram construídos com a Universidade e que aquilo que a gente conseguir colocar em pratica que isso aconteça de maneira eficaz e efetiva! Como ponto positivo, de tudo o que foi realizado nessas nossas discussões, eu vejo os alunos da escola mais conscientes, cobrando mais coisas, e isso é fantástico. Pois enquanto vocês nos traziam as propostas eu estava pensando, enquanto educadora e gestora desse espaço, o que mais eu posso fazer para ajudar essas crianças a fazer esse mutirão de linha de frente ajudando seus pais e vizinhos, ajudando a melhorar a Chácara Baronesa?"*

No 9º depoimento, realizado pelo Sr. Valdir Reis, morador do entorno e conselheiro na EMEIF: *"Ao se falar da Bacia Hidrográfica do Taióca começo a pensar nas nascentes. Eu sei que as oficinas foram bem abrangentes e falamos muito sobre isso. Quando se vê a marginal Taióca com duas vertentes se unindo no sentido de São Bernardo a gente pressupõe a existência de muitas nascentes. Dessas, imagino que pelo menos algumas deveriam ser preservadas! Em especial essa que dá origem à marginal Taióca que tem hoje um projeto financiado pelo BNDS, que se iniciou em 2008, que são as duas marginais ao longo do Taióca, que tem sido executada de forma lenta, mas que apresentam dois problemas que, se a Sociedade efetivamente cobrasse do Poder Público e as instituições ajudassem mais, certamente avançaríamos mais nessas questões que estamos debatendo agora, por exemplo, deveríamos cobrar a implantação do Parque Linear fruto de compensação ambiental. O espaço existe e está muito próximo de nós. Nós não sabemos o prazo de execução porque a sociedade civil não cobra e o poder Publico, em minha opinião tem suas prioridade e essa não deve ser prioridade neste momento. Ao longo da marginal tem outro projeto que vem se realizando a muito tempo que é a urbanização do Jardim Cristiane e, isso é um outro problema: eu fui convidado pela comunidade para procurar a direção do SEMASA para apresentar o assunto que seria a invasão por águas das ultimas chuvas. Um dos temas levantados lá foi o fato dessa comunidade estar sendo demolida em função da transferência de algumas famílias e sobre os acúmulos de entulhos que estão sendo objeto de despejo de lixo. Falamos com os superiores e eles explicaram que os entulhos precisavam permanecer lá porque se retirassem esses entulhos a comunidade voltaria a ocupar com barracos. Eu disse que não poderia corroborar com isso, porque se houver uma parceria efetiva entre comunidade e Poder Público o lugar poderia ser um 'espaço de lazer' ao invés de ser 'espaço de lixo'. Aliás, não poderíamos deixar de reconhecer as oportunidades que podem surgir a partir do desenho elaborado pelos professores e alunos em relação a espaços que ainda não são bem utilizados apesar de serem espaços definidos pelo poder Público para uso da comunidade como as áreas livres. Então quais seriam os avanços? Os avanços seriam que a partir dessa discussão a gente passa a ter uma leitura mais clara do espaço e entorno onde se vive. Claro que a partir daí a gente não pode deixar de discutir um assunto importante na Sub-bacia do Córrego Taióca que é a Chácara Baronesa. Esta área tem para mim, uma riqueza exemplar haja vista que é uma área verde sob proteção ambiental, mas que é subutilizada. Além disso, as margens dessa área verde têm uma comunidade com uma expectativa*

*de ter um projeto efetivo de moradia. Eu tenho visitado a Chácara com muita frequência, localizado em um lado da marginal do Taioca, que separa São Bernardo de Santo André, onde teria um assentamento que está cada vez mais deteriorado e cada vez mais levando as pessoas a uma condição de risco; onde está presente, tanto a questão das árvores como a questão do lixo que é jogado sem nenhuma Política Pública de aproveitamento ou educação etc. Sobre a minha expectativa, desejo ver esse desenho preservado, e os projetos sendo efetivados e ver a área da o Parque Chácara Baronesa sendo um espaço de lazer e a proteção da comunidade do entorno. Sobre a comunidade da Chácara Baronesa, a maioria realmente, não tem desejo de sair de lá, gostariam de conhecer uma proposta de Política Publica de habitação para que eles pudessem permanecer lá. Essa oportunidade da USP em parceria junto com a comunidade cria em nós um espírito de participação! Nós temos um problema (que sempre vai aflorar) que é a nossa expectativa sobre a continuidade de uma Política de Participação Popular, em consonância com a que Santo André adotou nos últimos 16 anos e, ainda que (posso falar de forma isenta) não haja essa sinalização por parte do atual governo, nós como sociedade podemos nos organizar nessa expectativa cobrando do Poder Público e não ficar esperando pela Universidade, apesar de nós contarmos com a Universidade que de forma parceira possamos construir projetos que realmente se efetive, seja na questão da proteção ambiental do Parque, seja na implantação do parque Linear, seja da proteção das Nascentes ou resolver o problema do Núcleo da Chácara Baronesa sobre o qual precisamos pensar em algum tipo de prevenção em relação ao risco que aumenta, principalmente, no tempo de chuva."*

Robson: *"Sobre a questão de gostar de morar no Haras, apesar de toda precariedade, eu gostaria de saber se vocês têm parentes ou conhecidos que moram em um núcleo que foi urbanizado?"*

O grupo respondeu afirmativamente e citou o Jardim Silvina, em São Bernardo onde tiraram os barracos e construíram prédios ali mesmo. Foram dados outros exemplos como o conjunto Tamarutaca, Sacadura Cabral e Capuava.

Robson: *"Vocês acham que é compatível fazer a urbanização do local onde vocês moram, no padrão do Silvina, e fazer a implantação do Parque no Haras São Bernardo?"*

O grupo acha que sim, inclusive citou uma área de 10% para habitação que foi reservada em um consorcio entre PSA e Estado, neste sentido, houve o início de cercamento para alguma obra, porém projeto foi perdido com a mudança do governo.

II - RODADA DE DISCUSSÃO A PARTIR DOS DEPOIMENTOS

O Prof. Caio propôs que antes de partirem para encaminhamentos, que fosse feita uma rodada de discussão sobre os temas levantados. A seguir a síntese da rodada de discussão sobre os problemas leantados:

1. Lixo e ratos: há um papel especifico do Poder Público e da população também.

2. Más condições das vielas e Violência urbana: a pouca/falta de iluminação e acessibilidade facilita a ocorrências de assaltos.

3. Representação da comunidade perante o Poder Público: que pode discutir os temas como saúde, moradia e lixo e que tal interlocução poderia resolver problemas como o mau atendimento do poder público;

4. Saúde e moradia: resolver acúmulo de lixo e proliferação de ratos, dengue e seus riscos;

5. Desejo de moradia digna: *Onde morar?* (ninguém quer sair) e *como morar?* (de forma digna e em um lugar bonito)

6. Papel da comunidade: como fazer o Haras e o Las Vegas e toda a Sub-bacia mais bonita. Sociedade Civil trabalhar integrada. Papel da Comunidade e Poder Público: parceria com a Universidade.

7. Aspecto intermunicipal: Entender que não dá para tratar a BH do Taioca sem envolver o Baeta Neves no contexto.

III - ENCAMINHAMENTOS

A Profª. Catharina parabenizou o grupo pela manifestação que se expressou na síntese do desejo de mudanças na sociedade, disse que *"não era pouco, que era uma resistência ao estado geral das coisas que estão por aí nas cidades do nosso país e que o grupo deve ser valorizado pelo seu potencial."*

Enfatizou a fala do Sr. Valdir sobre o que diz respeito ao papel da Universidade, especificamente 'universidade de arquitetos', os trabalhos realizados ajudaram a espacializar os assuntos ali tratados; a ver os problemas no papel no espaço urbano e a sentir qual era o problema de um modo mais amplo, não só localizado *"... que não deixa de ser importante pensar na questão do lixo na minha porta e da moradia, mas entender o que é esse lugar? O que é essa comunidade? E como é viver aqui?"*

Explicou a pesquisa de Elaine como um trabalho de mestrado em torno da Bacia Hidrográfica do Taióca, e pediu para que ela localizasse a Sub-bacia no "mapa de rede hidrográfica" da Macrozona de Santo André.

Fez uma breve explicação sobre o que é Bacia Hidrográfica, Sub-bacia e micro-bacia como *"um conceito que tem sido muito utilizado como unidade de recorte de território para podermos aprofundar coisas. No caso do Taioca não estamos falando de Santo André, estamos falando de uma bacia hidrográfica formada por 'morrinho de um lado e morrinho do outro' e águas drenando para um córrego principal que é o Taioca vai desaguar no Ribeirão dos Meninos e segue embora. Daí Bacia hidrográfica tem sido uma unidade importante de planejamento, de projeto, de gestão de território, por isso existe comitês de Bacia Hidrográfica é uma forma de organizar essas ideias e de por um limite no papel para se trabalhar. Nesse âmbito da Bacia Hidrográfica, falo de dois trabalhos recentes, um que está em andamento que é o de Elaine que está trabalhando as áreas livres da bacia, pensando nas áreas de inundação e enchentes e nesse convívio das pessoas com a água. O segundo, um trabalho realizado sob responsabilidade do Prof. Caio Boucinhas na gestão do Prefeito Celso Daniel que foi pioneiro em todo o Brasil que é o Sistema Municipal de Áreas Verdes e Lazer. Santo André foi vanguarda, neste sentido, porque ele fez um trabalho interdisciplinar mapeando todos os espaços livres em áreas de lazer, recreação, convivências, praças e parques, os linhões e margens de córregos que tem um potencial de se converter em áreas efetivamente de lazer ambientalmente corretas. O plano está feito, mas que ainda precisa ser implementado. As questões são várias, mas é possível discuti-las em um recorte de Bacia Hidrográfica para concentrarmos estas ações em uma perspectiva de planejamento."*

Adilson falou do desejo de construírem esse caminho, cobrando maior participação das pessoas, principalmente daqueles que estavam ali presentes: *"A estratégia é encaminhar várias coisas menores conjuntamente. Nessa perspectiva de continuar procurando projetos mais amplos junto ao Poder Público por meio da organização territorial de Bacia Hidrográfica é preciso que a comunidade trabalhe para criar essa organização"*. Citou que as ações mais organizadas da Comissão do Haras a Sociedade Amigos dos Las Vegas tiveram períodos mais atuantes e disse que era preciso retomar essas organizações nessa nova perspectiva. Como exemplo, além de cobrar o prefeito de implantar o Parque Linear, seria interessante organizar um mutirão com a população para fazer um plantio de algumas espécies que simbolize o desejo da comunidade de ter o Parque.

*"É preciso trabalhar essa 'organização de micro bacia' na perspectiva de qual cidade a gente quer. Para se trabalhar uma atividade maior dentro dela. Considerar também que a comunidade na micro-bacia*

*não a vê de forma uniforme, por exemplo, o Haras é uma comunidade de ocupação e, muitas vezes, o morador do Las Vegas a encara como problema. O morador do Haras, muitas vezes, vê o parque como um problema enquanto o morador do Las Vegas encara o parque como solução na falta de áreas de lazer. Toda essa discussão precisaria crescer na organização (refere-se a fase de organização da comissão), aplainar as diferenças se tem, cobrar o Poder Público tanto das coisas menores (que mesmo com as nossas debilidades, podemos fazer no miúdo), mas aproveitar esses projetos todos, esse aprendizado acumulado que vocês (USP) tem, para conseguirmos dar salto de qualidade nas nossas organizações e aí cada um de nós poderia começar a definir as nossas tarefas imediata: como Elias, Viviane e Tânia começar a trabalhar na escola a Comissão de Moradores para tratar da urbanização, além do problema do lixo, do rato e da dengue; eu e o Valdir, retomar as nossas articulações no bairro Milena e Baeta Neves, mesmo sendo outra cidade. Nem que a gente caminhasse com 'ações simbólicas' como o plantio de algumas árvores nas praças e rua e assim começar a projetar essa área da cidade a partir do olhar que os arquitetos sabem melhor que nós..."*

Sarah Bryce se apresentou como representante do Movimento em Defesa dos Direitos de moradores de Núcleos Habitacionais - MDDF e, a partir de sua experiência com a ONG cujo objetivo a juntar associações e bairro, cada núcleo e seus problemas, para além fazer reivindicações ao poder público, fazer pontes entre várias lideranças dos núcleos principais da cidade e demais atores envolvidos no tema.

Valdir disse que encontrou nas discussões realizadas nessa parceria com a USP uma oportunidade melhor do que as tentativas de conversa com o governo que não abre perspectiva de discussão popular. Disse que sua expectativa é que haja efetivação dos projetos da parceria (entre USP, comunidade e Poder Público). Explicou que há três assentamentos diferenciados no Haras São Bernardo e, para ele há necessidade de organização a partir do território. Explicou que uma comissão ou conselho é um grupo de pessoas que se organiza a partir de uma necessidade pontual. *"No caso, para a 'Comunidade da Chácara da Baronesa' é necessário que se forme o mais rápido possível e assim também influenciar outros núcleos e bairros, identificar suas necessidades em comum e, se preciso criar um conselho maior, como o 'Conselho da Sub-bacia do Taioca'. Acrescentou que era preciso estruturar uma organização que pense em assuntos de maneira mais ampla da Sub-bacia Talvez seja o caminho estruturar uma comissão formada por pessoas que consigam trabalhar com questões pontuais identificarmos uma delas que represente de forma geral a questão geral da Sub-bacia".*

O Prof. Caio afirmou que a atuação da USP neste processo é muito boa, mas não era tudo, pois como qualquer instituição, tem ilhas de excelência e de posturas, portanto o processo de troca de conhecimento e aprendizado é para todos. Sobre o depoimento de Viviane, entendeu que ela tenta resolver um problema imediato (e gasta toda sua energia no 'galho de eucalipto ameaçando a casa'), mas todo esse processo de 'tentar resolver' ajuda a ampliar os sentidos, a entender a problemática e a pensar na cidade que queremos e que construção vamos fazer juntos. *"Um belo dia ela vai curtir um apartamento e morar perto de um parque, porém o mercado imobiliário vai fazer prédios altos na bordas desse parque e tirar as pessoas que não moram em condomínios de alto padrão. Uma pesquisa imobiliária diz que prédios nas bordas dos parques valem 30% a mais. Por isso, a luta para ter acesso à qualidade de vida é um longo processo, mas é preciso pensar nessas coisas. Assim como o Taióca vai para o grande ralo de São Paulo que é o Tietê, que vai para o Paraná, que vai para o da Prata, que vai para o Oceano e contribui para a qualidade de vida do Planeta, assim vamos ampliando o nosso olhar. Mas é claro que, além de tudo, eu quero saber como eu vivo como meus filhos vivem como é a saúde deles como se educam"*. Declarou ver uma riqueza muito grande naquela reunião e citou como exemplo, a Viviane, a Josélia e os outros que estavam começando a entender que, junto

com o Elias, devem participar do processo, pois se tinha uma liderança que foi embora, alguém deveria assumir papel de liderança. Falou sobre a necessidade de envolver os 'folgados', pois podia ser que agiam assim porque tinham medo de serem expulsos de lá, afinal não são donos, não são proprietários efetivos, mas por outro lado, Viviane, Josélia e Elias estavam dispostos a lutar porque entenderam que morar é direito. Afirmou que habitação virou Política Pública no Brasil e que o Estatuto da Cidade assegura o direito de morar com dignidade, *"agora devemos fazer o 'Estatuto da Cidade' sair do papel".*

Profª Catharina: *"O que une o grupo é o desejo de resistir às coisas, é a vontade de mudar o mundo em relação à má administração do dinheiro público e a desmobilização dos movimentos. É um ato simbólico de boa vontade de vários segmentos da sociedade. O fato é que a história de Santo André não se desmonta com uma ou duas gestões, tenho esperança de que façam alguma coisa"*. Desta forma, como encaminhamento propôs que para o próximo encontro houvesse propostas mais concretas por parte da comunidade, escola, técnicos do poder público e universidade.

Sobre a comunidade, achou que não estão claros os níveis de representação, pois não estão unidos, sugere reunião dos moradores para definir a mobilização de várias comunidades e núcleos.

Sobre a atuação da Escola, propôs uma conversa com a Diretora Vilma e o grupo de professores da USP na perspectiva das escolas abraçarem as questões ali discutidas, *"Caio Boucinhas e Raul Pereira são protagonistas de um projeto 'uma fruta no quintal' que reuniu toda a Rede Pública de escolas de Diadema (estaduais e municipais). Esse projeto consistiu em uma tomada de consciência do espaço urbano e projetos com participação da comunidade escolar de pais, alunos e funcionários em torno de projeto das áreas livres das próprias escolas. Desta forma, a escola tem muito potencial! Da parte da Universidade, são os vários projetos que, ou a gente participou ou tomou conhecimento, que apontam para um acúmulo de informações que ainda não foi sistematizado. A ideia é a de fazer uma publicação sobre a qual estamos trabalhando e peço autorização para essa reunião fazer parte do trabalho. É um esforço de síntese, de ter um documento que seja um instrumento que possa ser apropriado pelos conselhos, pelos representantes, pela população. Trata-se de um trabalho que abordou cinco áreas: Mobilidade, Praças, Haras, APP's pluviais e Espaços Especiais (terrenos baldios, áreas com grande declividade, linhão). Esse trabalho deu vários desdobramentos, por exemplo, há uma aluna da universidade que está desenvolvendo o seu TCC sobre o Jardim Cristiane, outro exemplo é um grupo de extensão, financiado pela FAPESP, que aborda a Sub-bacia do Taioca com um projeto de ciclovias urbanas. O município de Santo André, para a FAUUSP sempre foi um lócus importante, por seus desafios: mais de 40% de sua área municipal é de mananciais, tem uma história singular de participação política e lutas sociais e pelo acúmulo de informação para projetos para esse lugar; é muito interessante como desafio de pesquisa e projeto sendo que muito trabalho já há um acúmulo de informcões sobre o assunto."*

ENCERRAMENTO

Profª. Catharina: *"Dentro dessa perspectiva, várias questões podem ser abordadas – do lixo às bacias hidrográficas; nesse contexto deve-se definir quais são os projetos estratégicos. O Haras pode ser a ideia força, a prioridade máxima. O tema tem potencial de ser o elemento aglutinador das pessoas, pois aborda várias questões: moradia, APP (três nascentes), além de ser um importante parque para o lugar. Ele é o que tem mais força de juntar tudo isso."*

O Prof. Caio destacou que o objeto em discussão se trata de uma APA (Área de Proteção Ambiental) e que por lei deve ter regulamentação por um conselho gestor (composto por uma metade poder público, metade sociedade civil). Sugeriu que caso virasse uma APA municipal poderia ser ampliada para toda a Bacia do Córrego Taioca e não apenas dentro

do perímetro da Chácara Baronesa. Uma APA pode ter habitação, pode ter indústria, pode ter um parque, desde que pensado dentro de um Plano de Manejo adequado. Essa pode ser a primeira grande luta.

A Profª. Catharina falou sobre a lei ambiental brasileira, comentando que apesar de importante é muito rigorosa e não acomoda os processos sociais que são muito intensos, e que travando os diálogos não dá conta de problemas como a ocupação irregular em área de risco, resultando em tragédias, como nas serras fluminenses. Tudo por falta de Políticas Públicas. *"Mas os arquitetos têm apostado que o projeto feito de forma participativa pode mediar esse conflito".* Citando o Parque Andreense como exemplo de projeto mediador, Profª. Catharina disse que quando os projetistas chegaram lá, já estava ocupando o território antes da lei de proteção dos mananciais. *"Diante disto, o que se faz com essa informação? Da mesma forma, existem formas de projetar que pode permitir que as pessoas permaneçam lá no Haras dentro de uma APA. Mas não pode ser um modelo espalhador, tem ser um modelo que preserve as nascentes, que fomente a educação ambiental com a população para que perceba que está em um lugar diferenciado. Tem essa expectativa a mediação do conflito: Não precisa tirar o povo de lá, vamos ver qual é a situação, vamos estudar o lugar!"*

Para reforçar a ideia de concilação de interesses entre moradia e meio ambiente, Tânia fez a observação de que quando o CONDEPHAT tombou o Haras de São Bernardo, já havia moradores lá. Neste sentido, Viviane concluiu: *"Ah, foi por isso que o Robson perguntou se havia possibilidade de compatibilizar a moradia com o Parque!"*

Ao término da reunião, foi concluído que a partir das expectativas do grupo para a região, o próximo passo seria estruturar propostas a serem discutidas em um novo encontro específico para definição de um "projeto coletivo factível"; para tanto, acordou-se encaminhamentos para cada setor ali representado: (i)Comunidade: deve se organizar para definir o tipo de mobilização e forma de representação: "Vamos fazer o pré-conselho gestor de micro bacia hidrográfica, com toda a comunidade e com representantes que possam dialogar?"; (ii)Universidade: fazer uma proposta de síntese do conhecimento acumulado sobre o tema e região. Talvez com um projeto de implantação do sistema de áreas verdes na bacia hidrográfica, contemplando as outras questões; (iii) Escola: As professoras Catharina (USP) e Vilma (EMEIF Yvonne Zahir) se reunirão para para discutir como a comunidade escolar - leia-se professores, alunos, pais e funcionários - pode se envolver.

Estimou-se como data prevista para a proxima reunião, o segundo semestre de 2011.